



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Mônica Cristina da Silva Custódio

**As mudanças no mundo do trabalho: e as transformações socioespaciais no
Bairro do Jacaré/Jacarezinho - Rio de Janeiro**

São Gonçalo

2024

Mônica Cristina da Silva Custodio

As mudanças no mundo do trabalho: e as transformações socioespaciais no Bairro do Jacaré/Jacarezinho - Rio de Janeiro



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Produção Social de Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Mariane de Oliveira Biteti

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

C987 Custódio, Mônica Cristina da Silva.
TESE As mudanças no mundo do trabalho : e as transformações socioespaciais
 no Bairro do Jacaré/Jacarezinho – Rio de Janeiro / Mônica Cristina da Silva
 Custódio. – 2024.
 120f.: il.

 Orientador: Prof^ª. Dra. Mariane de Oliveira Biteti.
 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

 1. Desindustrialização – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Territorialidade
humana – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Geografia da população – Teses. I.
Biteti, Mariane de Oliveira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB7 – 5190

CDU 911.3:30

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Mônica Cristina da Silva Custódio

**As mudanças no mundo do trabalho: e as transformações socioespaciais no Bairro do
Jacaré/Jacarezinho - Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Produção Social de Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia.

Aprovada em 25 de setembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Mariane de Oliveira Biteti (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Matheus da Silveira Grandi
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Rafael Haddock-Lobo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcelo José Derzi Moraes
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de dissertação a todas as mulheres da família Custódio em nome da nossa ancestral, minha querida avó: Angelina da Silva Custódio.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos materializam superação, batalhas vencidas, consciência de que a luta é sua mas na batalha você não é sozinho. E essa é a magia da coletividade. Sendo assim, e ainda bem que é assim, inicio meus agradecimentos ao meu Sagrado. A minha lebara (Exú) que me deu caminho e comunicação minha, a mãe Nanãzinha que segurou minha cabeça e me deu sabedoria, ao meu velhinho Omulu que me restaurou e me deu saúde, e a Odè e a Ogum que são caminhos na minha família. Agradeço a minha família, em nome de minhas filhas Taís Alves Carlos e Eloá Custódio Nepomuceno por estarem comigo na minha caminhada, e ainda mais a Eloá por estar no meu cotidiano e criar as condições de tempo para meus estudos. Mas agradeço também a um filho querido, Dharlan Rodrigues, que certamente eu teria muito mais dificuldade sem o apoio deles. Agradeço também à minha orientadora Dra. Mariane de Oliveira Biteti, e faço esse agradecimento de uma forma muito verdadeira e fraterna. Mariane foi uma pessoa incrível, me acolheu, me substanciou, foi um exemplo de ser humano que eu tenho fé que vou conseguir reproduzir em minhas práticas docentes durante minha trajetória. Aos meus camaradas, companheiros e amigos do SindiMetal RJ que fazem parte da minha caminhada desde 1993, é uma vida, muito obrigada ao Ex- presidente Luis Chaves, Ex- presidente Maurício Ramos, a ex- diretora Sandra Maria e ao diretor Severino Lourenço. Quero agradecer respeitosamente a minha banca de qualificação o Prof. Dr. Ruy Moreira, e Prof. Dr Denilson Araújo de Oliveira, onde tive o privilégio de poder ter a contribuição, e a orientação que ampliou a estrutura de minha dissertação. Agradeço aos meus professores em todas as etapas do curso, pelo seu formato respeitoso, humanizado. Agradeço a turma, que delícia, quantas conversas, risadas, preocupações, apoios. Poucas cervejas no bar da frente, que pena rsrs. Gratidão a todos vocês que me ajudaram a chegar até aqui.

Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.

Angela Davis

RESUMO

CUSTÓDIO, Mônica Cristina da Silva. As mudanças no mundo do trabalho: e as transformações socioespaciais no Bairro do Jacaré/Jacarezinho – Rio de Janeiro. 2024. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

A geografia tem um papel fundamental na leitura e interpretação da produção humana e do espaço, das relações sociais e econômicas, e das relações políticas e culturais, considerando os elementos e o processo de transformação do território, observando as dinâmicas e avanços dos fenômenos políticos, culturais, econômicos e tecnológicos, nas suas diferentes escalas. Dessa forma, é importante compreender como as inovações técnicas e científicas podem ser sentidas nos lugares, influenciando a produção do espaço e alterando o modo de vida da população. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo entender a realidade da população do bairro/favela do Jacaré/Jacarezinho, no decorrer do processo de reestruturação industrial e de esvaziamento de seu parque industrial, observando os impactos econômicos, sociais e políticos nesse território, que já foi um bairro operário e hoje se encontra esvaziado de produção econômica e social. O marco temporal deste trabalho se dá em meio ao período de grandes mudanças no cenário nacional e internacional, nas dimensões política e econômica. Nesse período, se materializa a nova ordem mundial, em relação global de abertura econômica, momento em que o Brasil firma sua moeda, inaugura outro formato nas relações capital-trabalho, o que condiciona uma pesquisa mais ampla no sentido histórico e social. A metodologia desta pesquisa foram análises bibliográficas e entrevista estruturada, tendo como base teórico-metodológica o materialismo histórico.

Palavras-chave: desindustrialização; transformações sócio-espaciais; população.

ABSTRACT

CUSTÓDIO, Mônica Cristina da Silva. Changes in the world of work: and socio-spatial transformations in the Jacaré/Jacarezinho neighborhood Rio de Janeiro. 2024. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

Geography plays a fundamental role in reading and interpreting human production and space, social and economic relations, and political and cultural relations, considering the elements and the process of transformation of the territory, observing the dynamics and advances of political phenomena, cultural, economic and technological, at their different scales. And in this way, seek to understand how technical and scientific innovations can be felt in places, influencing the production of space and changing the population's way of life. In this sense, this research aimed to understand the reality of the population of the Jacaré/Jacarezinho neighborhood/favela, during the process of industrial restructuring and the emptying of its industrial park. Observing the economic, social and political impacts on this territory that was once a working-class neighborhood, and today is emptied of its economic and social production. The time frame of this work takes place in the midst of a period of great changes in the national and international scenario, in the political and economic dimensions, it is a period in which the new world order materializes, in a global relationship of economic openness, a period in which Brazil establishes its currency, inaugurates another format in capital-labor relations, which conditions broader research in the historical and social sense. The methodology of this research was bibliographic analysis and structured interviews, with historical materialism as a theoretical-methodological basis.

Keywords: deindustrialization; socio-spatial transformations; population.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Estação Ferroviária Vieira Fazenda	19
Figura 2 –	A visita do Presidente Dutra na favela do Jacarezinho	24
Figura 3 –	Mapa do bairro do Jacaré	25
Figura 4 –	Revolta dos Marinheiros, assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos	27
Figura 5 –	Crescimento Demográfico do Jacarezinho 1920-1965	32
Figura 6 –	Foto do parque industrial do Jacarezinho em 1920	35
Figura 7 –	Milagre Econômico	42
Figura 8 –	Principais polos industriais do mundo	45
Figura 9 –	Taxa de desemprego aberto período de 1990/1994 – PME/IBGE	49
Figura 10 –	Taxa de emprego aberto período de 1994/1998 – PME/IBGE	50
Figura 11 –	Mapa do Município do Rio, zoneamento industrial	60
Figura 12 –	Avenida Brasil – Manguinhos 1946	61
Figura 13 –	Taxa de homicídio por estado no Brasil	69
Figura 14 –	Manifestação contra a chacina no jacarezinho	70
Figura 15 –	Charge sobre a violência policial	72
Figura 16 –	Censo demográfico do Brasil	76
Figura 17 –	Rendimento médio mensal por sexo	77
Figura 18 –	Rendimento médio mensal por cor	78
Figura 19 –	Marcha das Mulheres Negras	81
Figura 20 –	Deputados eleitos por raça/cor	82
Figura 21 –	Taxa de homicídios e de MVCI	85
Figura 22 –	Taxa de mortalidade materna no Brasil	87
Figura 23 –	Distribuição dos homicídios por local de ocorrência da violência	91
Figura 24 –	Operação Exceptis	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Inteligência Artificial
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCPL	Cooperativa Central dos Produtores de Leite
CCQs	Círculo de Controle de Qualidade
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNCDR	Comissão Nacional de Combate a Discriminação Racial
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
ESPEN	Escola Nacional de Serviços Penais
FAFERJ	Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
FAMERJ	Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBSP	Anuário Brasileiro de Segurança Pública
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de campanha
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
Geni	Grupo de estudos de Novos Ilegalismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Ampliada
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNU	Movimento Negro Unificado
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores sem Teto

MVCI	Mortes violentas por Causas Indeterminadas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da população Negra
PPP	Políticas Públicas e Privadas
PT	Partido dos Trabalhadores
RAAVE	Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência do Estado
RI	Revolução Industrial
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
SIM/MS	Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
TICs	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFF	Universidade Federal Fluminense
Unicamp	Universidade Estadual de campinas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A INDÚSTRIA COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL ...	18
1.1	Histórico de ocupação	18
1.2	O Desenvolvimento Industrial	31
1.3	A Formação da classe operária	37
2	AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS A PARTIR DOS ANOS DE 1990	45
2.1	A reestruturação industrial e produtiva uma breve contextualização	45
2.2	A ocupação urbana e o processo de favelização do tecido carioca	55
2.3	As transformações no bairro no Bairro do Jacaré/Jacarezinho pelo processo da desindustrialização	62
2.4	O desemprego e o aprofundamento do abismo social	67
3	GÊNERO RAÇA E CLASSE NA COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS	73
3.1	Do trabalho escravo ao trabalho assalariado	75
3.2	Das representações políticas à estrutura do poder	79
3.3	As formas de violência, das senzalas às favelas	84
4	AS FORMAS DE VIOLÊNCIA LETAL	85
4.1	As formas de violência na saúde da população negra	87
4.2	O encarceramento como controle social	88
4.3	Violência contra mulher – violência humana	90
4.4	O poder da violência simbólica: não criamos filhos nem para matar, e nem para serem mortos	92
	CONCLUSÃO	99
	REFERÊNCIAS	104
	APÊNDICE A - Entrevista com os ex-Presidentes do Sindimetal/RJ	106
	APÊNDICE B - Entrevistas com a ex-funcionária da GE, e ex-diretora do Sindicato Metalúrgico Sandra Mara	113

APÊNDICE C - Entrevistas com Diretor do Departamento Jurídico do Sindicato Metalúrgico do Rio Severino Lourenço	115
--	------------

INTRODUÇÃO

O presente estudo consiste de uma experiência ocorrida no Intercâmbio de Trabalhadores (Centrais Sindicais) dos países que compõem o BRICS, em 2015, na cidade de Ufa, na Rússia. Nessa oportunidade, abordamos as novas formas de relação e de condição de trabalho, bem como as suas formas de organização, estruturação e representação sindical, a partir da reestruturação produtiva, considerando as tecnologias atuais, isto é, a Indústria 4.0, ou melhor dizendo, a 4ª Revolução Industrial/Digital.

Essa exposição, desenvolvida no bojo do Encontro Intersindical Internacional, tinha o objetivo de informar, preparar e qualificar os trabalhadores e trabalhadoras das Centrais Sindicais para os novos desafios dessa revolução, suas ações e possíveis contradições no mundo do trabalho, além das consequências socioeconômicas e culturais no cotidiano da classe trabalhadora.

Assim, diante desse cenário, como não traçar um paralelo com a Indústria Nacional? Como não trazer para a realidade local, base dos Metalúrgicos do Rio do Janeiro, diante de tamanho esvaziamento industrial? Como ignorar as “áreas” — setores produtivos — e os bairros completamente falidos e marginalizados como Caju, São Cristóvão, Benfica, Jacaré, Jacarezinho, Suburbana e os que fazem parte da base política de um sindicato centenário como o dos Metalúrgicos do Rio?

Uma etapa fundamental para suscitar esses questionamentos é a minha experiência enquanto ativista sindical, que teve início em 1992, quando integrei a base da antiga FAET — fábrica majoritariamente composta por mulheres — e como estudante do Colégio Elpídio Evaristo dos Santos (Colégio Metalúrgicos), vivenciando o movimento Fora Collor, as crises econômicas e da Indústria Fluminense, a abertura do capital estrangeiro na economia brasileira e a entrada do neoliberalismo no cenário político nacional, e na quadra internacional a Nova Ordem Mundial.

Diante da minha trajetória de ativismo, surgiu o interesse de levar esse debate para o ambiente acadêmico por meio do mestrado. Indubitavelmente, o intercâmbio mencionado anteriormente foi o acontecimento central para despertar esse desejo. Na verdade, os questionamentos que ali surgiram, diante da realidade de um país em disputa entre atores sociais, políticos e econômicos, de setores desestruturados, de um patronato atrasado e de um avanço técnico-científico, sem precedentes, deixando à margem toda uma população. Por essas razões, tornou-se impossível ignorar umas das questões mais emblemáticas dos últimos

tempos: a defasagem tecno-científica ocorrida na indústria nacional, a falta de investimento nos setores potenciais, o esvaziamento dos parques industriais, a consequente desindustrialização e o desemprego consequente dela. A questão iminente era “Como enfrentar a 4º RI, se não alcançamos a 3ª RI?”.

A história das Revoluções Industriais e das transformações socioespaciais datam as mudanças ocorridas em decorrência desse novo ciclo de desenvolvimento que toma o mundo, modificando hábitos culturais, economias, estruturas e relação de poder. No continente americano, e sobretudo no Brasil por exemplo, interfere profundamente na estrutura política e econômica, pautando consequentemente o fim do escravagismo e de um regime monárquico e colonial.

Arrighi (1996) faz a seguinte afirmação sobre a complexidade de relação da ordem política e da ordem econômica:

A expansão do poder capitalista nos últimos quinhentos anos esteve associada não apenas à competição interestadual pelo capital circulante (...), mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que realiza a acumulação de capital em escala mundial (Arrighi, 1996, p.14).

Assim, a partir da minha experiência sindical, e também na militância junto ao movimentos sociais e à frente da Secretaria Nacional de Igualdade Racial da (Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil — CTB), me deparei com um país de consciência escravagista, consolidado pela política econômica, cultural e social estruturada por uma elite, que insiste em manter e aprofundar as desigualdades sociais, raciais e de gênero, incidindo na necessidade de uma consciência de classe. Nesse sistema, constituído pela negação dessa população e de tudo que ela representa econômica e historicamente, que ainda hoje, colhem os frutos de uma abolição lenta (Lei de Terras, 1850), gradual (Lei do Ventre Livre, 1871; Lei dos Sexagenários 1885) e segura (Abolição 1888), tendo como signo uma “liberdade” que ainda não raiou, assentada no que se denomina Racismo Estrutural.

Diante dessas questões, faz-se necessário um recorte racial, destacando essa população, a fim de perceber sob qual condição social e econômica esses trabalhadores(as) poderão receber tais transformações e qual é o nível de formação e de qualificação exigido para acessá-las.

A perspectiva do fim de alguns postos de trabalho faz parte desse cenário de preocupações futuras, e nos remete ao pós-abolição, quando fomos excluídos de toda e

qualquer forma de subsistência, instituída pela substituição da mão de obra escravizada negra, pela mão de obra assalariada branca. Hoje essa condição se apresenta com a possível substituição da mão de obra viva pela tecnológica, que ressalta esse futuro próximo de exclusão e marginalização da classe trabalhadora, e em especial, da população negra. É neste sentido que se busca compreender as consequências dessa desintegração da cadeia produtiva, quando por consequência envolvem a sua moradia, o emprego, a educação, a cultura e o seu modo de vida.

A pesquisa se justifica pela necessidade premente de se conhecer mais a materialidade dessas mudanças socioeconômicas e culturais no cotidiano desse (a) trabalhador (a), a sua convivência com o esvaziamento industrial ocorrido no bairro, a mudança do seu histórico social, passando a ter como referência a exclusão, a marginalização, e as várias formas de violência e vulnerabilidades vividas. É esse extrato que se faz objeto de indagações, e que se desdobraram nesta pesquisa.

Nesse sentido, tenho a obra de Oliveira (2008), que traduz, a necessidade de ter a compreensão da dinâmica territorial, e de seus novos paradigmas produtivos e espaciais, e conclui que:

O modelo de industrialização centralizado na cidade do Rio de Janeiro foi superado e isso se deve ao fato de que o parque industrial ali existente deixou de ter a sustentação tanto financeira quanto de geração de demanda dos poderes públicos. Uma vez consolidada politicamente a fusão, as estratégias de recuperação econômica do estado passaram a privilegiar o interior. Todavia, esse direcionamento não foi suficiente para recuperar um parque industrial obsoleto por tantos anos de descaso em termos de investimentos. [...] Por outro lado, o esvaziamento econômico foi também reflexo do fato de que os principais setores produtivos, como o naval, químico e metalúrgico, foram desestruturados pelas mudanças tecnológicas e pela consequente queda de demanda ante a ultrapassada estrutura produtiva, tanto no núcleo quanto no interior (Oliveira, 2008, p. 139).

A ausência de políticas públicas e o braço forte do estado nas ações e consequências para seus moradores, quando envolvem o direito de SER, de ESTAR, de IR e VIR, o direito de cidadania. E é dentro deste aspecto que é preciso pensar a população em sua escala local, ainda que articulada com projeto de um capitalismo global, projetando ambas as agendas para quem nesta cidade vive e trabalha.

Dentro de qualquer cenário aqui apresentado, o que se percebe é que com a reestruturação produtiva, se faz necessário um novo tipo/perfil de trabalhador, com um outro nível de conhecimento técnico, e de grau de escolaridade. O que nos permite indagar quem seria essa nova classe operária, qual o seu perfil, quem são, qual o nível salarial, como se

organizam, se têm consciência e pertencimento de classe, e de como essa realidade objetiva e subjetiva incide na sua condição de trabalhador e também no seu modo de vida.

Diante desse panorama, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância da indústria como fator de desenvolvimento econômico e social, e faço por meio de pesquisas, vivências, e entrevistas. E como objetivo específico: a) analisar e entender para onde vai o trabalho como valor histórico, b) reafirmar a importância do trabalho, como valor humano, e de transformação social, c) e buscar entender o território como fator de pertencimento, e de cimento sócio-cultural.

Partindo dessa concepção, distribuimos o nosso conteúdo em três capítulos. No primeiro, trataremos sobre a indústria como motor do desenvolvimento local, no qual estarei desenvolvendo o raciocínio sobre a sua construção do ponto de vista histórico e político, atrelados à formação socioespacial do bairro, marcada por um modelo de desenvolvimento geograficamente desigual (Smith, Neil, 1984). No capítulo seguinte, permanecemos na trajetória de buscar tratar sobre: A reestruturação produtiva e a desindustrialização no bairro do Jacaré a partir dos anos de 1990. Trabalhamos com esse recorte temporal para dialogar com as mudanças no cenário da política econômica internacional, nacional e local, entendendo a perspectiva de um novo cenário político, e a uma nova perspectiva econômica, uma nova composição ideológica na quadra internacional.

Na conjuntura nacional, uma nova moeda, a URV/Real, traz a desindexação monetária, dos salários, as privatizações, e o esvaziamento da indústria nacional em detrimento às importações, era a quadra neoliberal. Do desmonte das estatais, dos direitos sociais e trabalhistas, e dos ataques frontais ao Movimento Sindical. A década de 1990 representou a ascensão do Neoliberalismo, e da Social Democracia Internacional.

No último capítulo, abordaremos as consequências da desindustrialização no bairro do Jacaré, no município do Rio de Janeiro. Pesquisaremos sobre esse território, berço da classe operária, transformado em bairro proletário, e a caminho de um lumpesinato, compondo com uma leitura a partir de uma leitura de Gênero, Raça e Classe na compreensão das desigualdades socioespaciais, compreendendo o capital político dos atores sociais ali baseados. E não deixando de questionar. Seria esse em um novo momento de Pós-Abolição?

Também traremos como parte da pesquisa as entrevistas estruturadas com objetivo de aprofundar e compreender os fatos políticos econômicos e sociais que jogaram luz ao território do Jacarezinho como centro de pesquisa desta dissertação. Neste sentido, entrevistamos lideranças do Sindimetal/RJ, que foram trabalhadores da G.E e moradores do bairro do Jacarezinho. Pessoas que viveram o período retratado na pesquisa a partir do chão

da fábrica, da vivência das mobilizações do Sindicato, das ações e recepção da comunidade, na junção dessas forças, enquanto ação política. Partindo desse pressuposto, iniciaremos com o ex-presidente Luiz Chaves (1996/2003), seguido do ex- presidente Maurício Ramos (2003/2008), continuaremos com a ex- funcionária da GE, e ex-diretora do SindiMetal Sandra Mara, e finalizaremos com o diretor do SindiMetal, aposentado da Wine Dresser e ex-morador do Jacarezinho Severino Lourenço.

Buscaremos nos orientar pela consciência e conhecimento de pensadores, intelectuais orgânicos, ativistas sindicais, e de movimentos sociais negro que tiveram, e que tem papel fundamental na construção de resistência e identidade revolucionária de seu tempo. Bebendo nas águas do marxismo enquanto teoria de conceito e método revolucionário, no seu sentido ontológico.

A proposta deste trabalho tem como metodologia o Materialismo Histórico e Dialético, reconhecendo a importância do conceito e também das concepções de história e de trabalho em Marx, sobretudo aqueles voltados para o fenômeno produtivo. Para tal, deve-se considerar o fato de que o materialismo histórico nos remete ao estudo da história em sua base real, seguindo o movimento Dialético em que o homem é um ser ativo na transformação do mundo material e também de sua própria vida, para oferecer o olhar de uma experiência vivida por aqueles que, na sua condição de atores sociais, transformam o meio em que vivem.

1 A INDÚSTRIA COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

1.1 Histórico da ocupação

O nome do bairro carioca ao qual a pesquisa irá se debruçar, tem como sua referência espacial toponímica o "Rio Jacaré". Corruptela de YACARÉ (o “que é torto, sinuoso”), faz alusão às voltas (meandros) que dá o rio Jacaré. Esse rio que nasce no morro do Elefante, no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, atravessa a região administrativa do Méier, na Zona Norte, percorrendo bairros dessa região, incluindo aí o Bairro do Jacaré, que historicamente foi pertencente ao Engenho Novo dos jesuítas, até desaguar na Baía de Guanabara.

Essa região decorre da expulsão dos Jesuítas do Brasil a partir dos anos de 1759, quando por essa ocasião suas terras são leiloadas e compradas pelo Sargento-mor Manuel Silva e Castro. Segundo Thiago (2007), nas cercanias do Engenho Novo ficavam a Estrada Real de Santa Cruz (Hoje Avenida Dom Hélder Câmara, antiga Avenida Suburbana.), a Praia Pequena e o Arraial de Benfica. Essas localidades tiveram grande importância comercial no final da monarquia portuguesa no Brasil.

Com a vinda da família real para o Brasil, houve um incremento nas atividades econômicas desenvolvidas sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista a fixação da residência real por aqui. Destacamos para os fins deste trabalho, o alvará de 1º de abril de 1808 que abole toda proibição existente no Brasil e nos demais domínios ultramarinos, de atuarem no desenvolvimento industrial por meio da implantação de manufaturas (Motta, 1999).

Para Gerson (2000) a construção da Estrada de Ferro Real Dom Pedro II, inaugurada em 1858, vai caracterizar uma nova etapa na história da cidade. O subúrbio é impulsionado pelo desenvolvimento a partir da passagem da linha férrea, entre os bairros cortados por ela está o bairro do Jacaré. E assim, a região caracterizada pela produção agrícola vai dando espaço ao desenvolvimento industrial.

Figura 1 - Estação Ferroviária Vieira Fazenda



Fonte: Fábio Tavares, 2009.

Nota: Foto da Estação Ferroviária Vieira Fazenda, construída em 1895.

A linha férrea cria condições para o advento industrial que chega trazendo o crescimento e expansão urbana, principalmente com as aglomerações no entorno. São os ventos do desenvolvimento, com as tecnologias da primeira Revolução Industrial, materializada na máquina a vapor, nas mudanças da concepção do tempo e do espaço, na integração dos lugares de vida e trabalho, nos transportes coletivo, na contradição do trabalho livre e o trabalho escravo, na transição de uma colônia escravocrata a um país independente. Toda essa engenharia se constitui em meio a abolição lenta (Lei da Terra 1850), gradual (Lei do ventre livre 1871/ Lei dos sexagenários 1885) e segura (Abolição 1888).

Dessa forma, fica nítido que as bases, a estrutura e o desenvolvimento do capitalismo de hoje, estão diretamente ligados à escravidão no Brasil desde sempre. Sobre essa questão, Augusto (2018) afirma que não é mero acaso que em meados do século XIX o Brasil tenha intensificado a sua atividade produtiva e comercial, especialmente com a ascensão do auge do café, tornando-se líder na produção mundial do gênero.

Sendo assim, foi indispensável a política adotada no Império, e as condições institucionais que ali estavam sendo criadas. Segundo o autor o Estado atuava em duas frentes, no plano internacional negociava seu alinhamento com os interesses com a “Nações Civilizadas”, e de outro, constiuía sua unidade em uma íntima e mútua relação de construção com uma “classe senhorial”. Assim a produção centrava-se na terra e na mão de obra, e o recém formado Estado Imperial, na estrutura administrativa e legislativa, de forma que:

Esse modo peculiar se faz sentir pela tensão que se forja entre uma certa “adoção” das ideias liberais e a dinâmica que a economia mundial possibilitou às estruturas produtivas. Isso porque, na medida em que o cenário econômico proporcionou

condições de ampliação da demanda de tráfico de escravos, a exploração da mão de obra tivera de acompanhar a nova intensidade. (Augusto, 2018, p. 1153).

Para Augusto (2018), não é fortuito, portanto, que a expansão da estatalidade se dê, também, na criação de um domínio macroeconômico nacional. Essa é a moção das reformas legislativas da metade do século XIX, a saber, o Código Comercial (Lei n. 556 de 25 de junho de 1850) e a Lei Eusébio de Queirós (Lei n. 581 de 4 de Setembro de 1850) e a Lei de Terras (Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850): sinaliza-se o fim da escravidão e restringe-se o acesso à terra. Podemos então, dizer que essa conjunção é responsável pela estruturação de uma ordem econômica liberal no país. Estruturada no controle do fim da mão de obra escravizada, e pela aquisição da terra. E segue dizendo:

Mas, como se pode ver, o movimento de contradições (algumas meramente aparentes) nesse quadro de totalidades exige cuidado, e a inserção das ferrovias no âmbito nacional está exatamente nessa encruzilhada - Estado, Economia e Escravidão. De um lado os investimentos em novas técnicas eram considerados muito arriscados e as grandes extensões de terra ainda não aproveitadas estimulavam a continuidade dos “métodos tradicionais” (dentre os quais a própria escravidão). Por outro, os proprietários pediam apoio governamental à atividade produtiva na forma de “melhoramentos materiais”, ou seja, com obras de infraestrutura - nisso incluídos portos, serviços urbanos, estradas, ferrovias e imigração estrangeiras. A organização do trabalho, por sua vez, estava ligada diretamente à extinção do tráfico de escravos e, ao cabo, com o fim da escravidão. Desse modo, a preocupação generalizada com a abolição gradual era um meio de evitar a “emancipação” repentina e com isso uma suposta desorganização na estrutura produtiva, que estava em pleno crescimento. (Augusto, 2018, p. 1155).

A mão de obra escravizada era a base de sustentação política (o cimento social de um novo perfil de classe burguesa), econômica (a condição estrutural de transição do Brasil Império, e a República do Brasil. Toda obra de infraestrutura, em especial a ferrovia, foi construída essencialmente com a mão de obra escravizada. A primeira ferrovia inaugurada foi a Estrada de Ferro Mauá, em 1854, no Rio de Janeiro foi o início, as obras seguiram de forma distinta em diferentes regiões do país, segundo a economia de cada lugar, e de cada época. E para Augusto (2018), o modo como cada região reagiu ao fim do tráfico internacional e à legislação de abolição gradual, especialmente no que diz respeito ao recurso ao tráfico interprovincial - que passou a se concentrar em direção ao Sudeste. E dentre a região, sendo o Rio de Janeiro a capital do Império, tem a possibilidade de se beneficiar desta condição.

No entanto, a partir de 1870, que fatores como crescimento da produção e exportação de café, crescimento populacional e expansão ferroviária tornaram-se elementos indissociáveis, formando um espiral crescente: otimização do frete, intensificação da produção, intensificação da mão de obra escrava. O que demonstra historicamente que as

ferrovias, especialmente nas primeiras décadas de suas construções, se valeram (diretamente ou indiretamente) da mão de obra escrava, ou impuseram condições de trabalho tão duras que tornavam trabalhadores livres indiferentes de escravos (e vice-versa). E conclui dizendo o seguinte:

As ferrovias não apenas contribuíram para uma economia escravista, mas os empreendimentos apoiaram-se diretamente na escravidão. A premissa fundamental que precisamos ter em conta é que o trabalho escravo não é oposto ao trabalho assalariado, sendo que no Brasil do século XIX ambos conviveram (Augusto, 2018, p. 1157).

O convívio do trabalho escravo e da mão de obra livre se fundem como um simbiose, apresentando uma conseqüente realidade, a segunda escravidão. Pois as formas de contrato de trabalho apresentavam possibilidade de arregimentação de mão de obras tão duras, que por vezes se mostrava em um nível de ambigüidade, que fazia com que transitasse entre escravidão e liberdade.

Uma das formas de engajamento dessa mão de obra era feita por contratos de locação de serviços. Esse instituto tinha previsão em duas leis da primeira metade do século XIX: a Lei de 1830 (prestação de serviços por tempo determinado ou por empreitada) e a Lei de Locação de Serviços de 11 de outubro de 1837 (locação de serviços de estrangeiros) - ambas revogadas posteriormente pelo Decreto n. 2827 de 15 de março de 1879. A partir da década de 1859, a locação de serviços passou a ser considerada uma alternativa ante à extinção do tráfico, uma vez que a compra de pessoas escravizadas parecia não ser mais um negócio promissor. Esses contratos também eram utilizados como instrumento para alforrias onerosas, em que escravos se comprometiam a locar seus serviços a outrem a fim de “financiar” a sua alforria junto ao senhor.

Desse modo, os termos contratuais refletiam a hierarquia dada pela assimetria entre locatário e locador, sendo escravos, libertos, imigrantes, brasileiros livres e pobres, os principais sujeitos a esse tipo de pactuação.

Para Augusto (2018), a pressa de ver os trilhos construídos e as máquinas deslizando impunha que pouco importasse quem era escravo e quem era livre - certamente, ainda hoje, isso expressa o perigo de se deixar de lado distinções da lei. Contudo, isso refletiu ali, em igual medida, os limites do âmbito da abolição e os horizontes de uma emancipação. A locação de serviços tenha sido uma das principais formas jurídicas para a reorganização das forças produtivas durante o período de abolição gradual talvez indique que o que ocorreu no âmbito da construção das ferrovias - aonde a lei proibia, mas o Direito permitia - tenha sido

um grande laboratório em que “novas” relações de trabalho estavam sendo gestadas. E podemos entender, que essa estrutura nas relações de trabalho segue até os dias de hoje. Seguindo o cronograma da Abolição gradual em 1888, e da emancipação do Império para a República do Brasil, em 1889, dando início a República Federativa e Presidencialista do Brasil.

A proclamação da República se deve a insatisfação do povo, dos donos de terra, e também dos militares, possibilitando o declínio da monarquia, e o começo da Velha República, tendo como primeiro presidente Deodoro da Fonseca.

O governo provisório, também chamado de República da Espada, teve seu início em 15 de novembro de 1889, fazendo a transição com o governo de Marechal Floriano Peixoto, que segue até 1894. Dando início então a política oligárquica cafeeira, elegendo Prudente de Moraes ligado ao PRP - Partido Republicano Paulista, esse período ficou conhecido como República Oligárquica, e efetivou a política do café com leite, fortalecendo as oligarquias agrárias dos Estados de Minas e São Paulo. Esse intervalo de tempo seguiu até os anos de 1930. Quando através de um golpe político Getúlio Vargas assume o poder, e coloca fim na política oligárquica do café com leite. Mas a economia ainda tinha como base o café, que contribuiu significativamente com o processo de industrialização e urbanização do país. Contribuindo também com o crescimento de migrantes que vinham de toda parte à procura de trabalho junto a ampliação das linhas férreas.

E é com base nesta nova realidade que a partir da década de 1920, o bairro passa a receber migrantes de várias partes do país, decorrente das condições histórico- estruturais, sociais, e econômicas, resultado de período de pós abolição, de uma nação recém-formada, herdando todas as mazelas decorrentes da transição de um sistema político, e econômico desigual entre os estados, e regiões das federações contribuindo assim com que a maior migração fosse a nordestina.

O período de formação do bairro industrial e operário do Jacaré/Jacarezinho, tem como base a mão de obra escravizada que ali já se encontrava, em função da construção da estrada de ferro, e anteriormente por ser parte economicamente ativa como mão de obra da comarca do Engenho Novo dos Jesuítas, local que também serviu de abrigo dos escravizados em fuga. Esse lugar que se constitui como uma história viva das transformações e evoluções do nosso país, recebeu essa migração que permaneceu de forma contínua no decorrer da

década de 1950. Mas foi no Estado Novo que aconteceu o período de maior desenvolvimento industrial, entre os anos de 1937 à 1945.¹

De acordo com Abreu (2006), o período de 1930-1964 caracteriza-se primordialmente por ser uma época de transição na evolução da organização social brasileira. O autor ressalta o caráter contraditório da Revolução de 1930, que tinha como objetivo deslocar a aristocracia cafeeira do poder, finalizar com a política do “café com leite”, que comandava a economia, e fortalecer a política vigente do recente constituído país. E ainda enfatiza que a contradição estava no fato de não ter um grupo, uma classe social organizada o bastante para a tomada de poder. As diversas camadas das classes sociais envolvidas não podiam assumir por serem fracas e pobres, e não detinham os meios de produção e a riqueza do país, bem como as condições ideológicas e ou materiais para tanto.

A Revolução de 1930, de acordo com Abreu (2006), se constituiu pela variedade de classes e camadas sociais tão diferentes como a burguesia industrial e financeira, o proletariado, a pequena classe média, as forças armadas e até mesmo a burguesia agrária não cafeeicultora. Segundo o autor essa condição implicou na necessidade de o governo alternar período de favorecimento de uma classe, bem como de privilegiar as demandas de outros setores, possibilitando uma série de leis sociais e trabalhistas, como salário-mínimo, jornada de 8 horas, a proibição de trabalho para menores de 14 anos, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, indenização por dispensa sem justa causa, e a lei dos 2/3², (que estabelecia a cota mínima de trabalhadores brasileiros, em grande parte negra, do mercado de trabalho). A proposta da Lei de “cotas” para os ex-escravizados no mercado de trabalho, se dava em função das consequências pós abolição, que preferencialmente contratavam mão de obra estrangeira (branca), a exclusão e marginalização da população negra era de tal condição que forçou o governo federal a se posicionar, na busca de mitigar os danos da abolição, e da violenta exclusão nela estruturado.

Essa pauta, conduzida pelo governo federal, tinha o interesse de fortalecer sua imagem, diante da ambição de industrializar o Brasil, tendo como objetivo substituir as importações, e fortalecer os órgãos de defesa das estatais, intervindo na economia, também apelidada de “modernização conservadora”. Essas projeções contribuíram no crescimento, e

¹ Ainda que muito influenciado pelos ideais fascistas, nacionalistas e anti comunistas, foi no governo de Getúlio Vargas que foi promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a Justiça do Trabalho e o Salário-Mínimo.

² A Lei de Cotas foi um projeto de restrição à entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil e a Lei dos 2/3 impunha um número mínimo de brasileiros contratados pelo mercado de trabalho, desde fábricas, empresas e instituições públicas.

desenvolvimento da indústria voltada para o subúrbio, contemplando, essa região que teve grande importância comercial no período final da monarquia portuguesa no Brasil. O bairro do Jacaré/Jacarezinho, que cresceu de cima para baixo, como forma de proteção contra os capitães do mato que agia a favor da Comarca do Engenho Novo, capturando os negros fugitivos da Serra do Mateus, da Boca do Mato, dentre outras fazendas do entorno. A comprovação desse fato histórico, tem materialidade anos depois, quando o Padre Língua inicia a construção do Santuário Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo, são encontradas nas escavações muitas ossadas de escravizados. Assim, segundo Rumba (2021), antes do Jacaré/Jacarezinho ser uma favela, o lugar/território abrigou um quilombo. E diz: quando a indústria ali começam a se instalar, os negros ali já estavam, “Por isso o Jacarezinho, pode ser considerado um quilombo urbano” Rumba (2021).

Nesses anos, de crescimento econômico do bairro, de acordo com Tavares (2019), muitos moradores na faixa etária acima dos 80 anos, contavam, que a localidade foi chamada de “Mato do Padre Paulo” e logo após “Morro da Titica”, e já durante a década de 1940 alguns artigos de jornais já mencionava o nome de favela do Jacarezinho.

Figura 2 - A visita do Presidente Dutra na favela do Jacarezinho



Fonte: Fábio Tavares, 2009.

E segue dizendo que em muitas das histórias de ocupação, e resistência dos moradores da favela que se construía junto com o bairro operário, se encontrava a empresa Concórdia Sociedade Imobiliária Ltda e a Fábrica Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados S.A, que entrou com uma ação na justiça para pedir o desapropriação do terreno, em 1945, segundo Tavares (2019), um grupo de lideranças locais, foram ao palácio Guanabara e conversaram com Geraldo Mascarenhas secretário particular de Getúlio Vargas. Algumas informações não

oficiais contadas por moradores locais é que Darcy Vargas, esposa do presidente, intermediou a conversa com o gabinete. E que no interior da favela tem uma rua em homenagem a dona Darci Vargas, durante a visita do presidente Dutra na inauguração da Fundação Leão XIII, o Presidente, esteve na comunidade junto com o prefeito João Mendes de Moraes em 1948, para ouvir as lideranças e conceder aos moradores a permanência na região.

Os novos projetos urbanísticos, somados ao populismo do governo Vargas, projetou uma atmosfera de democracia, que de acordo com Abreu (2006), as favelas deixam de ser uma chaga social para situar-se na condição de intocáveis, condicionada na sua capacidade de um manancial de infinidade de votos. Um potente curral eleitoral. Todas essas razões, segundo o autor, explicam por que, de uma fase caracterizada pela estratificação social crescente, e pela forma urbana do Rio de Janeiro passar a apresentar, no período de 1930-1964, características menos segregadoras ou, segundo alguns autores, mais democráticas.

Ainda nesse contexto, é destacado pelo autor a característica da época que resultou em uma série de melhorias realizadas no subúrbio. Ainda que pontuais e distributivas, à exceção das áreas nitidamente indústrias que, devido à sua participação na geração interna, conseguiram maior atenção do governo no que toca à infraestrutura. E é com esse sentido que o terreno foi comprado para os moradores numa importância de Cr\$1.726,000,00³.

Figura 3 - Mapa do bairro do Jacaré



Fonte: OpenStreetMap, 2024.

³ O Cruzeiro (Cr\$ ou G\$), foi a moeda monetário padrão do Brasil desde 1942 durante o Estado Novo, o Cruzeiro teve sua substituição pelo Cruzado novo (1989), e depois transformado em URV/Real no ano de 1994.

A rua Darci Vargas tem como localização o CEP 20972-010, e as coordenadas - 22.88713290, - 43.25866770, situadas na zona norte do Rio de Janeiro no bairro de Jacarezinho, com importante referências comerciais, cultural, e econômica, a exemplo da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Plantar, a Padaria & Confeitaria Cruzeiro e a VGN Telecom. No que tange aos acessos e os transportes, o bairro dispõe dos modais de linha férrea, metrô e rodoviário. Esse é mais um resultado da política populista da Era Vargas.

O bairro não representava apenas o desenvolvimento econômico, e produtivo, o bairro também representa uma área de crescimento e consolidação da classe operária, constituindo ali, sua representação social, política e cultural, sua territorialidade, e resistência, sua identidade.

Na contramão de toda essa pauta social e trabalhista o governo se coloca na condição de oposição às organizações sindicais interferindo diretamente na autonomia e liberdade sindical (através do Ministério do Trabalho), do decreto 19.770 de 19 de março de 1932, também chamada de Lei de Sindicalização, que tinha como objetivo não a legalização do direito de organização do proletariado, mas sim, o controle das intensas e crescente greves decorrentes das lutas sindicais.

Nesse período os operários do Rio de Janeiro, representado pelos Metalúrgicos do Rio, se reorganizou, se reestruturou como entidade sindical, sendo assim o primeiro Sindicato Metalúrgico do Brasil. As iniciativas do governo Vargas, é inspirado no modelo fascista italiano, mais precisamente na Carta de Mussolini, para além da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), traz também o Artigo 579, que trata da polêmica Imposto Sindical (O imposto sindical é a contribuição de um dia de trabalho por todos os trabalhadores (a) de sua categoria profissional, feito uma vez por ano que corresponde a 1/3 do salário, e que se divide entre os Sindicato 60%, Federação 15%, Confederação 5% e governo 20%, para o Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT), Vargas também criou o dia 1º de maio em 1943 (Dia Internacional do Trabalho).

Período também chamado pela classe operária de aparelhismo sindical. E de forma oportuna, os operários aproveitaram a conjuntura “positiva” da Era Vargas e lançaram a campanha de doação de um dia de trabalho para a construção do Palácio dos Metalúrgicos, iniciada no ano de 1956. A gestão Vargas foi caracterizada em uma política paternalista que lhe deu o título de “pai dos pobres”, e perdurou até 1964, esse tempo representou a emergência da burguesia financeira assumindo seu lugar na economia dominante. E traz uma nova quadra na história e na organização social e econômica de nosso país. O golpe Militar.

Ainda que as sucessões presidenciais, implementaram formas de ação política e econômica singular, como a campanha positiva e desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, e a campanha negativa em torno da plataforma política de João Goulart (Jango), potencializadas pelo espectro comunista na América latina, a estrutura jurídica e política do governo Vargas se consolidava.

O golpe sofrido pelo governo Jango, com o argumento de frear a ameaça comunista no Brasil, deu início aos longos anos de chumbo, ativando a necessidade de unidade entre as forças progressistas, condicionando as lutas sociais articuladas em torno da derrubada do regime militar ao longo dos anos de 1964 e 1985. Inúmeros militantes, e organizações sociais de esquerda (Partidos, Sindicatos, Associações de moradores e Agremiações), estiveram à frente dessa luta pela democracia, tendo como guarda-chuva o MDB, que abrigava dentre outros o PCB, PC do B, e o PDT. Esse período político era cimentado com unidade e luta, e foi testemunha de uma das ações mais representativas da história dos movimentos sociais, a Assembleia dos Marinheiros, realizada no Palácio dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Figura 4 - Revolta dos Marinheiros, assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos



Nota: Revolta dos Marinheiros-Rio Memória-1964.

A assembleia ocorrida no dia 25 de março de 1964, o ato contou com a participação de sindicalistas, líderes estudantis, de deputados, como Leonel Brizola, além da presença emblemática de João Cândido, líder da Revolta da Chibata de 1910.

No dia após a deposição de Jango, o Palácio foi invadido e vandalizado de forma brutal, simbolizando de forma veemente o novo ciclo repressivo que se iniciava para os trabalhadores.

As novas configurações dessa grande frente apresenta o PT, e a CUT como referência de uma nova formatação das relações políticas e ideológicas no campo de esquerda, e à frente

dos movimentos sociais. Trazendo como proposta ação das massas, pela base, que se tornou referência nas lutas de ação popular, e tornando real a perspectiva de poder “pela esquerda”.

Essa nova quadra caracteriza o avanço do vento de democracia que se constituiu na mobilização, organização, conscientização e resistência na luta contra o Governo Militar. Os movimentos sociais se fortaleceram nos bairros operários e periféricos como o do Jacaré/Jacarezinho por conta das ações de denúncia contra a carestia e o desaparecimento de pessoas. As ações políticas estavam nos segmentos profissionais, associações de moradores, agremiações de samba, futebol, movimentos de juventude, de mulheres e negros, e articulavam-se em nível nacional, estadual e local, na elaboração de várias proposições que contribuíam na construção de bases democráticas, dentre elas a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, concretizada em uma proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana. Por todo o país, uma teia de movimentos populares estruturou-se a partir de suas questões específicas, mas contribuindo para o fortalecimento do todo. A exemplo das associações de moradores, dos mutuários do BNH (Banco Nacional de Habitação)⁴, inquilinos, loteamentos clandestinos e irregulares, moradores de cortiços, favelados, mutirantes e outros que lutavam pelo direito à moradia.

Em sua obra, Abreu (2006) joga luz a questão da estratificação social do espaço metropolitano do Rio de Janeiro, destrinchando o nível de segregação das classes populares e de seu processo histórico, bem como o seu processo de evolução da formatação social, e suas interações com os processos econômicos, sociais e políticos que impulsionaram o país naquele período.

Essa mobilização tinha como centro organizativo, a FAMERJ, FAFERJ, Federação Estadual e Municipal de Favelas, que contou com a vanguarda desses movimentos, e desde 1992, o Jacarezinho se constituiu oficialmente como um bairro. Um bairro situado na zona norte do Rio de Janeiro, criado em 23 de julho de 1981, a partir de uma chácara pertencente a empresa Concórdia Sociedade Imobiliária Ltda e a Fábrica Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados S.A, um dos motivos da ocupação pela comunidade era o acesso às indústrias advindas da perspectiva dos transportes, em especial, a linha férrea, bem como a proximidade do centro. Existe uma ênfase do autor quando diz que é importante anotar que as favelas proliferaram numa época em que os controles urbanísticos formais cada vez mais se

⁴ O Banco Nacional da Habitação foi uma empresa pública brasileira fundada em 21 de agosto de 1964, voltada ao financiamento imobiliários. Uma instituição federal de desenvolvimento urbano, mantida pelo FGTS, (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), constituído pelo Sistema Financeiro da Habitação, e do Sistema Financeiro do Saneamento.

acentuam, sendo, entretanto, pouco afetado por eles. Explicando assim o grande fluxo migratório, possibilitando mão-de - obra barata e necessária ao capital e a relação capital trabalho.

O bairro do Jacaré, de origem operária, e do Jacarezinho de origem populista, e um grande manancial de votos, conurbou, e hoje conta com uma população de aproximadamente 47.839 de acordo com o IBGE (2010), situa-se no distrito do grande Méier, e à XXVIII Região Administrativa - RA na Área de Planejamento AP3, tendo como limite os bairros de Benfica, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo, e Cachambi. O Jacaré na década de 1960 foi o segundo maior complexo industrial do Estado do Rio, abrigando diversos setores econômicos, dentre eles o setor de vidros, sapatos, gráficos, bolsas, roupas, farmacêuticos e metalúrgicos. O bairro teve seu auge nos anos de 1980 onde seu complexo industrial se encontrava em alto nível de produtividade possibilitando a fixação de mão-de-obra, dos movimentos sociais e do comércio local.

Para Abreu (2006), o crescimento do subúrbio se apresenta em função do deslocamento da indústria nesse sentido, seguindo a linha férrea, compondo com os interesses do capital imobiliário, e do capital trabalho, ainda que segundo o autor, isso se apresenta como uma grande contradição, dado o nível da distância, e de deslocamento dos trabalhadores.

Segundo Da Matta (2010), os trens e os bondes trouxeram aos transportes coletivos um aumento sensível no número de passageiros, dando-os a dimensão de transportes de massa. Outro aspecto revolucionário, introduzido por esses transportes, foi o seu potencial democratizante e igualitarista. E segundo o autor, os bondes e trens deram ao transporte urbano uma dimensão do viajar coletivamente, possibilitando aos indivíduos de diferentes camadas sociais conviverem em um mesmo espaço.

Para Fernandes (1995), a associação do capital privado dos transportes com as companhias imobiliárias e loteadoras teve grande influência neste processo de criação dos bairros, possibilitando uma série de obras que intervieram definitivamente no espaço urbano. Esse processo de crescimento demográfico e industrial no subúrbio se intensifica nos anos de 1930, com o apoio do Estado a indústria manufatureira, que modifica toda a localização industrial, condiciona e justifica o tamanho crescimento demográfico.

O autor faz uma relação imprescindível com a Reforma Passos, que aproveita este discurso do problema sanitário e moral como um problema e um projeto sanitário, posto desde meados do século XIX, e aprofundou-o. Seu intento era inserir definitivamente o Rio de Janeiro na ordem capitalista e isto demandava desenvolver seu padrão civilizatório.

Demandava transformar, ressignificar, redimensionar, a forma e o espaço segundo Fernandes (Abreu *apud* Chalhoub, p. 33). E desta forma o Rio de Janeiro experimentará uma transformação em sua estrutura urbana, que redefinirá o espaço das elites e das classes populares.

E ainda ressalta que, o primeiro passo do prefeito seria determinar a função para cada área da cidade, e também a de servir como modelo de civilização para a cidade; às regiões periféricas, definiu-se que seria o abrigo das classes populares.

O projeto parisiense inspirador de Passos, era a grande vitrine de desenvolvimento e civilização, e para tanto, haveria um investimento em políticas públicas a ser feito nas áreas periféricas, com a população que foi removida, como subsídios ao transporte, empréstimos a classe trabalhadora, habitação, e outras formas de ação, e presença do Estado. Mas o que se seguiu foi a total ausência do Estado, que a partir do Decreto nº 39, de 10/02/1903, as dificuldades para a edificação de casas populares no subúrbio, aumentaram de forma significativa, contribuindo para o processo de favelização da cidade, e para o avanço da classe operária para áreas mais longínquas, como os terrenos na Baixada Fluminense, futura cidade dormitório.

A Reforma Passos promoveu não apenas uma reordenação material, mas também um rearranjo simbólico na cidade do Rio de Janeiro: às camadas mais abastadas começam a se concentrar nos bairros que perderam o status de subúrbio e que a partir dos anos de 1950, passaram a ser denominados como “zona sul”; enquanto as classes populares convergiram para a uma imensa área que ficou conhecida através do conceito de subúrbio.

E ainda trabalhando com as análises de Fernandes (1995), que mostra o nível de exclusão sofrida pela classe operária, pela marginalização marcada nessa população, deixando a nitidez da consequência dessa política de inferioridade e desmoralizante até os dias atuais.

Conforme pontuado por (Fernandes, Apud, Carneiro, 2009), o subúrbio, é uma região fora da cidade, sem direitos, uma área “sub”, conforme o significado do prefixo (“posição abaixo de”; “inferioridade”; “insuficiência”), e com isso as representações que vieram da categoria “suburbano”, como “aquele que está à margem” e como “atrasado”. E essa categorização de caráter histórico, remonta-se nos dias atuais, com presença letal do Estado, com a falta de investimentos em equipamentos públicos na educação, saúde, cultura e tão importante quanto o todo aqui mencionado, que é o direito de ir e vir, inviabilizado pelas desestruturação das redes de transporte com maior referência nas vias ferroviárias.

1.2. O desenvolvimento industrial

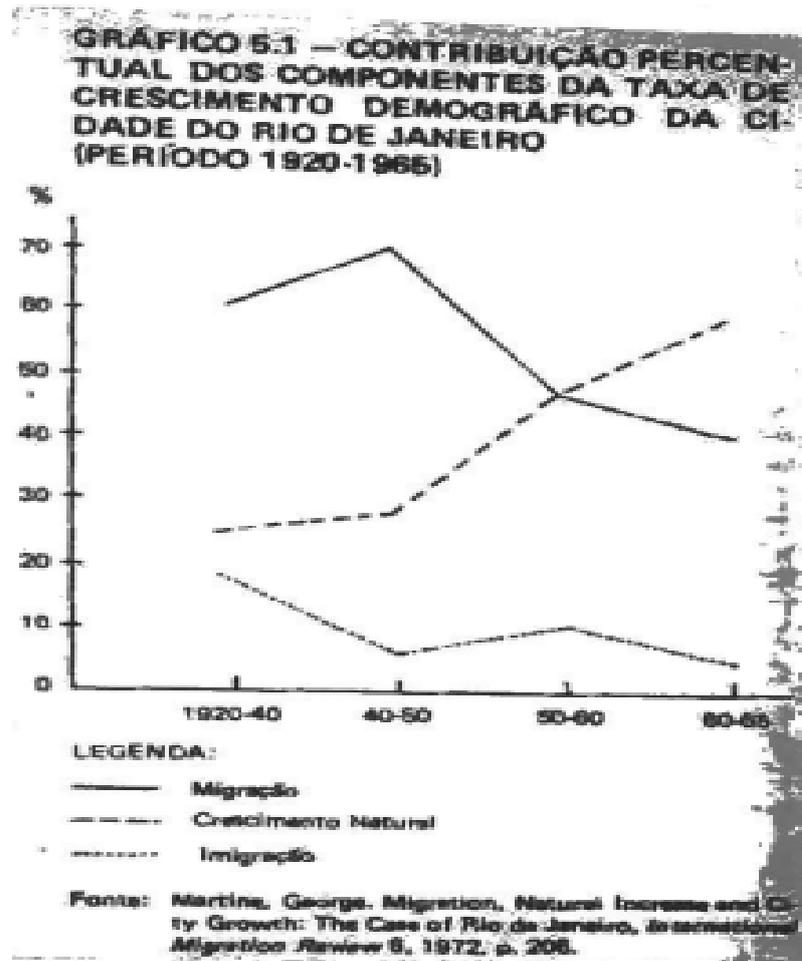
Conforme já mencionado, com o fim de proibição existente no Brasil e nos demais domínios ultramarinos sobre desenvolvimento industrial imposto por Portugal durante o período colonial, (Motta, 1999). A construção da Estrada de Ferro Real Dom Pedro II, inaugurada em 1858, e o impulsionamento do desenvolvimento industrial a partir da passagem da linha férrea, permite que a indústria ganhe desenvolvimento pelo subúrbio do Rio de Janeiro, se desenhando que entre os bairros cortado por ela, dentre eles está o bairro do Jacaré, Gerson (2000).

É a partir da década de 1920, que o bairro passa a ser efetivamente urbanizado e ocupado, é nesse período que as indústrias começam a ocupar os subúrbios da Leopoldina, linha auxiliar, e Rio D'Ouro, antes mesmo de 1930, tal como nos diz Abreu (2006).

Os parques industriais se iniciam nos anos de 1917 com a empresa Cisper, a Marvim no Jacarezinho em 1921, e a da General Electric, em Maria da Graça, e a Companhia Nacional de Tecidos Nova América, em Del Castilho, no ano de 1924. E foram essas indústrias que atuando de forma independente do Estado, se instalaram no bairro do Jacaré/Jacarezinho, ocupando terrenos altos a salvo das enchentes do Rio Farias Timbó, e Jacaré. E é nos anos de 1930 que outras indústrias como a Gillette, a Silva Pedrosa (rolhas metálicas), em Benfica, e a Companhia de papel no Jacarezinho, passam a se localizar nessa área, intensificando a ocupação industrial, agora com apoio do Estado, na área de saneamento, esses trabalhos realizados pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, (DNOS), liberam novos sítios, tanto para atividades industriais, e residencial, a exemplo da formação do Jacarezinho. E sobre essa questão ele diz.

Este bairro, que se constitui hoje no segundo mais importante aglomerado da cidade, podia ser considerado, até 1930, como área de localização pioneira, de interesse para a grande indústria, mas a partir de 1935, passou a interessar a... (outras indústrias) ...tendo em vista os melhoramentos urbanos aí introduzidos... (com a drenagem e saneamento da várzea do rio Jacaré) ... Em consequência, a toda faixa compreendida entre as ruas Licínio Cardoso, Viúva Cláudio, Ana Neri e Avenida Suburbana, começaram a implantar diversas indústrias de pequeno e médio porte. (Abreu, 2006, p. 99).

Figura 5 - Crescimento Demográfico do Jacarezinho 1920-1965



Fonte: Evolução urbana do Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - 4ª Edição. ABREU, (2006) p. 99.

É importante observar que o processo de deslocamento das indústrias da área central para os subúrbios foi complementado por dois outros também importantes. O primeiro é a saída dos estabelecimentos fabris do centro, e o segundo é a intervenção do Estado no processo de localização industrial, utilizando o Plano Agache, e o decreto-lei 6000/37, que de acordo com Abreu (2006), definiu pela primeira vez uma zona industrial na cidade. Sendo excluídos dessa área os bairros das zonas sul e norte do Rio (muitos dos quais com importante tradição fabril como Gávea, jardim Botânico e Laranjeiras), as mudanças em forma e conteúdo, criara uma supervalorização do espaço, não permitindo nenhuma decisão que não fosse a transferência do local, ou de encerramento das atividades produtivas. Para o estado se fazia necessário aniquilar e pulverizar esse setor econômico por não fazer, mas parte do objetivo locais imobiliários.

É nessa ocasião que o bairro do Jacaré/Jacarezinho se constitui em um complexo industrial com ocupação fabril em mais de 15 ruas, potencializando-se pela sua diversidade e

produtividade. A diversidade desse complexo se constituía pelos vários setores do ramo industrial como vidreiros, farmacêuticos, gráficos, sapateiros, alimentícios, metalúrgicos e outros. Dentro dessa diversidade produtiva e econômica a metalurgia foi quem teve mais tempo de sobrevivência, seguindo com muitas dificuldades até os dias de hoje.

A diversidade de empresas e de ramo de atividade, apresentada acima demonstra uma disputa inicial das formas de capital produtivo que se apresentava entre capital nacional e capital estrangeiro, assim como o Nacional-desenvolvimento assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. Tais projetos foram ganhando aspecto e localização diferenciada, chegando às regiões, e ganhando cidades, constituindo desenvolvimento local e de população, no período de (1956 e 1961), o governo de Juscelino Kubistchek, com o projeto que compreenderia o bordão “Cinquenta anos em Cinco”, desdobra-se na ação conhecida como Nacional-desenvolvimentismo, e que se baseia nos Planos de Metas, tal proposição tinha como objetivo dar continuidade e amplitude a superação da política de importação introduzida por Vargas.

As condições de amplitude no projeto Nacional-desenvolvimentismo possibilitaram estreitar ainda mais as relações entre estado, empresas privadas e capital internacional, o que segundo Santos (2015), (*apud*, Cardoso, 1977), provocou uma diversidade de empresas e de ramo de atividade, iniciando uma disputa das formas de capital produtivo que se apresentava entre o capital nacional e o capital estrangeiro. E de acordo com Abreu (2006), esse período representa uma transição, em que eleva a burguesia industrial a um lugar de destaque no cenário nacional, cada vez mais associada ao capital financeiro. Elevando também o capital financeiro a uma condição dominante no cenário da economia nacional. Esse é o tempo de governo de transição na gestão política, econômica, e de capital, (produtivo/especulativo, nacional/estrangeiro). Entendendo uma dicotomia no objetivo do projeto de superação da política de importação, quando esta fica atrelado às tecnologias estrangeiras, e aos investimentos e empréstimos do Fundo Monetário Internacional, (FMI).

Pensando desta forma, como o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek impactava a economia, e a sociedade da época? E qual foi o impacto na vida dos trabalhadores, na sua condição e relação de trabalho? Já que a era Vargas com toda sua contradição, constituía um novo tempo, uma nova etapa nas condições e relações de trabalho da classe trabalhadora, se tornando o “Pai dos Pobres”. Tal populismo se traduziu em uma verdadeira dialética quando se tratava sobre o direito desses trabalhadores poderem também se organizar, e estruturar sua entidade de classe (Grêmios/sindicatos), e as suas correntes ideológicas. E sobre essa questão Oliveira diz:

Nesse longo período, cresce a influência dos Estados-Nação como reguladores das economias nacionais e, em grande medida, como controladores das forças sociais organizadas em sindicatos, produzindo-se relações mais próximas entre os principais agentes da organização econômica. Importa, para as classes dominantes, nessa conjuntura de fortalecimento dos Estados nacionais, a formação de novos mercados e controles da força de trabalho, de maneira a se consolidar uma expansão territorial e uma integração da economia mundo subordinadas aos interesses capitalistas e mantidas sob o domínio dos países centrais da economia capitalista (Oliveira, 2007).

O direito de organização sindical, no período de 1930 a 1950, no governo Vargas era inexistente, o governo controlava todas as ações das entidades sindicais, os Contratos Coletivos, as Negociações Coletivas, as manifestações e greve. As mobilizações eram tratadas com prisões da oposição, eram características do período. E essa estreita contradição serviu como combustão para a efervescência do movimento sindical brasileiro. Em particular para a os operários da base dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, que souberam se apropriar das contradições de submissão ao sindicalismo amarelo⁵, em fator de crescimento político e de consolidação de um sindicato pujante, mas pelego.

Jordan (2004) joga luz aos métodos utilizados pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, com referência a Era Vargas, e os sindicatos, diz.

De fato, criativamente, e, por vezes, de modo agressivo, sindicatos como o dos metalúrgicos utilizaram as instituições e os recursos providenciados pelo governo para servir seu quadro associativo. Ao mesmo tempo e, possivelmente, de modo ainda mais expressivo, os metalúrgicos implementaram iniciativas independentes, sem ajuda ou tutela governamentais (Jordan, 2004, p 134).

O ramo metalúrgico, tendo como referência o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, que é parte de nossa pesquisa sobre “As mudanças no mundo do trabalho e as transformações socioespaciais no Bairro do Jacaré”. É um sindicato centenário, e é parte importante na transformação política, social, e econômica desse espaço geográfico. Tendo grande contribuição na formação dessa classe operária, oriunda da indústria de transformação representada por empresas como a primeira indústria automobilística do Brasil, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), empregava quase 5 mil trabalhadores, General Eletric (GE) detinha mais de 70% de seu quadro de funcionários de mulheres, segundo Thiago(2007), empregando mais da metade dos moradores do Jacarezinho, a Parafusos Águia empregavam +_ 600 a 700 trabalhadores, Pinto Andrade, Mecânica Luso Brasileira, Ferragens Irlim Ltda, Figueiredo Mércia Ls, TCS Products Eireli S.A, Niagara.

⁵ Sindicalismo amarelo é a denominação do sindicato voltado às estratégias de reivindicações que regem seus próprios interesses e não da classe trabalhadora. São passivos e estão do lado dos patrões, contrapondo, então, outras formas de sindicalismo, que são mais revolucionárias e ativistas.

Nesse período de 1956 e 1961, que segundo Oliveira (2007), o Estado tem o papel investidor na formação de capital bruto nos setores de base da produção industrial, e de segmentos como de eletroeletrônicos, bem como de produtor de infraestrutura sociais, e mobilidade urbana, capazes de desonerar os capitais dos custos de reprodução na força de trabalho. Sendo esta talvez a motivação da instalação da General Electric no Brasil, contribuindo com a fixação da Favela do Jacarezinho, que se expandiu no decorrer dos anos entre o rio Jacaré e a antiga Fábrica Cruzeiro (depois General Electric - GE).

Figura 6 - Foto do parque industrial do Jacarezinho em 1920



Fonte: THIAGO, Cristiane Muniz. Rio de Janeiro operário; memória dos trabalhadores do bairro do Jacaré. PPGMS/CCH/UNIRIO, 2007.

Nota: Foto via satélite em 2014.

A indústria teve um papel preponderante nessa nova etapa do país, na sua condição de desenvolvimento e “independência” dentro da economia global, ainda que seja essa” independência” a maior das contradições na relação constituída pela Divisão internacional do trabalho – DIT. E a nova DIT, consequência de um modelo econômico pós-guerra, traz o cenário de uma luta entre os capitais, nacional estrangeiro, modificando toda estrutura burguesa, criando uma nova elite.

Mas o Rio como capital vinha se desenvolvendo industrialmente de forma autônoma, possibilitando a urbanização, e o crescimento populacional através da migração, das novas oportunidades, e dos novos setores econômicos hegemônicos, traduzindo uma nova fase do capitalismo, com a participação do capital estrangeiro, e do capital financeiro.

Para Fonseca (2012), a abertura para o capital estrangeiro se dá pelos incentivos ao processo de industrialização dos países da América Latina e Caribe (CEPAL), criado em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A Cepal é criada em respostas ao Plano Marshall, que excluía os países da América Latina e Caribe da ajuda econômica de reconstrução dos países no pós-guerra, para além da crise das exportações e no sucateamento dos parques

industriais da região, existia uma outra realidade no pós-guerra, a guerra fria, que substanciou ideologicamente a polarização, e os questionamentos sobre os planos econômicos do Ocidente.

As análises aqui apresentadas surgiram da necessidade de “responder à inquietude e à inconformidade manifestadas pelas novas nações que emergiram para a vida independente, a partir do processo de descolonização, ao se darem conta das enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais” (Marini, 2010, p. 104).

Desse modo, Fonseca (2012), ressalta que, fundada na proposta de progresso e crescimento econômico, a política desenvolvimentista ganha força na América Latina nas décadas de 1950 e 1960, apoiada principalmente por organismos financeiros nacionais e internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim, os recursos provenientes de tais órgãos patrocinaram a implantação de grandes projetos nacionais, estimulando ainda mais a industrialização e a substituição de importações.

A conjuntura muda conforme o tempo, assim como as configurações de projetos e ações. Essas mudanças estão se localizando temporalmente nos anos de 1980, quando a CEPAL desenvolve comportamento diferenciado sobre os temas relacionados às reformas estruturais na economia, política de privatização, reforma do Estado e políticas sociais para os mais vulneráveis da sociedade. Que segundo (Mota et al, 2010, p. 156), a CEPAL toma um rumo de esquiva, de desvio do objetivo a qual se faz existir, cultivando um comportamento que segundo autor é de Terceira Via, saindo pela tangente, na verdade saindo da polarização consequente da Guerra Fria. Esse momento marca mais à frente o declínio da bipolaridade, a queda do Muro de Berlin, e a entrada triunfante do Neoliberalismo na América Latina.

Os anos 1990 iniciam-se ainda sob o reflexo da recém-chegada democracia, revestida do poder instituído pela Constituinte de 1988, pelo voto direto, pela forte expressão do voto popular, pelo primeiro impeachment da história do nosso país, e pelo governo neoliberal de FHC e sua política de abertura total ao capital internacional, e, em especial, ao capital norte-americano, que trazia as políticas bilaterais, e as regionais economicamente, como a proposição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Período com alto nível de desemprego, uma das consequências da Revolução Técnico-Científica que impactou o setor produtivo e de serviços, os trabalhadores bancários foram reduzidos em todo o país.

A política de submissão e entreguismo freia-se com a vitória de Lula em 2002. O novo governo apresenta as mudanças na política econômica, visando investimentos Público e

Privado nas áreas de Pesquisa e Desenvolvimento (P & D), e investimentos locais, em setores, de ponta, dentro da realidade de região/cidade. Mas é no segundo mandato do governo Lula, que o Rio de Janeiro volta a respirar e crescer com investimentos em setores produtivos, como o Setor Naval, Construção Civil (PAC), movimentando toda uma cadeia produtiva gerando milhares de empregos diretos e indiretos.

1.3 A formação da classe operária

Quando se trata da classe operária, é fundamental tratar do *Trabalho*, entendendo este como valor humano, social, histórico e econômico. Considerando também a sua transformação ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade, e nas suas diversas formas de apresentação, em técnicas, e tecnologias, modificando seu meio natural, e social do espaço. Uma outra importância se deve ter ao conceituar as *formas de trabalho*, pois se torna necessário pontuar o tempo, o contexto social e o lugar.

Respeitando a história e a construção de cada lugar/território, se torna impossível no país em que vivemos falar de classe operária sem se falar de escravagismo, e do trabalho escravo como base econômica dessa consequente dinâmica nas transformações técnicas, tecnológicas, sociais e econômicas do desenvolvimento industrial brasileiro.

A transição do Brasil Colônia para a República do Brasil, deixou sequelas “irreparáveis”, marginalizou um povo inteiro, manteve esse povo inteiro a margem do desenvolvimento do país, substituindo essa mão-de-obra escravizada por uma mão-de-obra livre, assalariada, migrante e branca. Resquícios da Abolição.

Ainda que tardia a classe operária chega, se mobiliza, se organiza, e se apresenta. Mas, quem é essa classe operária, como ela se constitui, e quais são as suas reivindicações?

A classe operária, segundo Marx, é aquela que vende sua força de trabalho para sobreviver. Assim, o operariado é consequente dessa dialética que trata as novas formas de produção estabelecida pelo desenvolvimento industrial a partir do século XVIII na Inglaterra, 1ª Revolução Industrial (RI), tem a materialidade dessa importante transformação no modo de vida, e nas relações de poder, sejam elas sociais, culturais, ou econômicas. No Brasil esse processo aconteceu na forma de transição do trabalho escravo, para o trabalho livre, assegurando todo os direitos dos escravocratas, seguindo de forma lenta (Pós-Abolição), gradual (Alvará de revogação da proibição de instalação de manufaturas no Brasil e demais

domínios ultramarinos), e segura (a formação da burguesia nacional). O desenvolvimento produtivo, através das revoluções industriais, são essenciais nas transformações ambientais, geográficas, culturais, histórica, social e econômica de uma população, de uma região, e de um lugar, onde essa mudança se concretiza.

E é a partir desse cenário, que se explica o desenvolvimento econômico, produtivo e populacional da região sudeste, que ao longo dos séculos foi-se tornando a região mais rica e urbanizada do país. Entendendo esse, como um processo decorrente do Brasil colônia, o Estado do Rio de Janeiro como capital do país usufrui desse benefício.

O Estado Novo proporcionou a primeira fase do desenvolvimento industrial brasileiro nos anos de 1930. Mas de acordo com Thiago (2007), é nos anos de 1960, no governo de Carlos Lacerda que o Rio de Janeiro ocupa o segundo pólo industrial do país, e o bairro do Jacaré se torna o maior parque industrial do estado do Rio de Janeiro, consolidando assim os primeiros núcleos da classe operária no bairro.

As condições e relações de trabalho naquele período (Vargas), são favorecidas pelas leis e os direitos trabalhistas, uma conquista da consciência de classe, das lutas sindicais, que se fortalecia nas ações e no chão de fábrica.

“E desde então o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio tem sido a voz e o aglutinador na luta e na defesa do direito à cidadania. O sindicato, é uma das entidades mais combativas da história do Brasil, o Palácio do Metalúrgico foi palco de lutas operárias que ajudaram a definir a história social e mesmo os rumos políticos do Brasil contemporâneo.” (Ioris, 2004).

Tais ações e capilaridade, fortalecem as relações no lugar de trabalho, e no lugar de moradia, sendo esse um dos pontos positivos de um bairro operário, essa unidade de classe credenciaram os operários com a cidadania ao morador da favela do Jacarezinho.

Nesse período, as grandes cidades como o Rio de Janeiro recebiam muitos migrantes, na sua maioria das regiões norte e nordeste, o que potencializava o crescimento da comunidade, da cidade, da região sudeste.

A primeira fase do desenvolvimento industrial brasileiro, cria as dimensões históricas, políticas, econômicas e sociais que traz a percepção da formação daquilo que Milton Santos trata como dialética do território.

“O Território é a arena da oposição entre o mercado-que singulariza-com as técnicas de produção, a organização da produção, a ‘geografia da produção’ e a sociedade civil- que generaliza- e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas” (Santos, 1996, p. 207).

O desenvolvimento industrial alavancou a economia local, possibilitando uma renda per capita que move as condições sociais do bairro. Isso nos remete à discussão sobre a importância do desenvolvimento social e econômico nas favelas/comunidades. Lembrando que nesse período em que o bairro do Jacaré/Jacarezinho desponta como o segundo maior complexo industrial do estado, só a General Eletric empregava substancialmente os operários moradores no bairro.

Para Lefebvre (2000), a organização e a hierarquia dos espaços ocupados as classes sociais se investem e se travestem, em operários que se fixaram no bairro e passaram a fazer desse espaço uma extensão das fábricas, sendo mais um lugar de sociabilidade entre os trabalhadores. Influenciando no modo de vida dos trabalhadores do bairro, os próprios moradores imprimiram sua força de trabalho na melhoria do espaço de moradia, criando seu território, seu pertencimento, seu lugar.

Nesse contexto, o autor traz o operário como construtor de si, de seu lugar, e de sua história, enfatizando seu papel articulador, e condutor das mobilizações operárias do bairro para o chão de fábrica, do chão de fábrica, para as reivindicações nas pautas específicas, e das pautas específicas para campanha salarial geral. Para além das construções políticas que trazem centralidade à causa operária, os operários também se fazem existir pelo seu pertencimento, sua identidade, sua condição na construção de sua cultura, do seu modo de vida. Trazendo centralidade ao seu SER. A forma de viver e existir se constitui na sua bagagem de vida, na sua ancestralidade, na necessidade de superação das frustrações do seu cotidiano. E assim produz sua resistência, a partir de sua alegria e sua coletividade, que atravessa e conduz um pertencimento que só através das agremiações, (Bailes, Festival de Chopps, Samba e Futebol) é possível.

Essa era, e ainda é, a fórmula de se manter vivo, existindo, e resistindo individual ou coletivamente, as agruras de *ser* um *operário* (a). A cultura sempre foi um ponto forte de resistência e resiliência, e as empresas, precisavam se apropriar disso, para fins de controle, e de política de massas, com objetivo de afastar os trabalhadores do sindicato. Tratava-se de uma iniciativa de “unificar” a corporação, e a família no seu entorno. Os bailes de empresas sempre foram muito mais significativos, indo para além do quadro funcional, tendo o valor de um evento para a comunidade.

Essa também se condicionava como uma luta política, ideológica e econômica. A luta de classes também se dava através da cultura. Os sindicatos utilizavam de toda a sua estrutura, nessa acirrada disputa de ideias. E esse cenário foi fundamental para o crescimento e o fortalecimento dos Metalúrgicos do Rio. Nesse período a Era Vargas tinha como princípio a

contradição acentuada das relações de trabalho, o Pai dos Pobres, esmagava o seu direito de organização, e a forma encontrada pelos sindicatos de resistir e combater o Varguismo estava na Secretaria de Sindicalização e de Esportes e lazer conforme retrata IORES.

A partir de meados dos anos 1950, a entidade ampliou suas taxas de sindicalização e seu fortalecimento político e financeiro. A conexão com as bases operárias através de conselhos de empresas e a criação de subsedes regionais colaboraram para o fomento de um novo senso de coesão e identidade operária. Nesse contexto emergiu a ideia da construção de uma nova sede, materializada em um imponente prédio de seis pisos, no bairro do Rocha, na Zona Norte do Rio, próximo a diversos bairros industriais e comunidades operárias da cidade.

As obras do prédio, que seria batizado com o orgulhoso e pomposo nome de Palácio do Metalúrgico, foram iniciadas em 1956. Após três anos, a sede, quando inaugurada, contava com ginásio, gráfica, consultórios médicos, biblioteca, lanchonete e um auditório. O espaço logo se tornou um local fundamental de sociabilidade e organização dos metalúrgicos (Ioris, 2004).

As atividades culturais tinham o poder de formar opinião, pertencimento e identidade, condicionando em uma perspectiva de cimento social. Então as formas de expressão popular detinham essa mensagem, esse poder, de fazer emergir o sentimento das massas através das tarde dançantes, festivais de chopps, do Samba, dos terreiros de Matriz africana, dos blocos carnavalesco, dos times de futebol, dos bailes Black, das rodas de samba, e do Funk.

E é a cultura o ponto de convergência, tendo o samba como expressão maior de expressão e liberdade, e é da fusão das agremiações Unidos do Morro Azul, Unidos do Jacaré e “Não tem Mosquito” que nasce o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Jacarezinho. Observando que a Unidos do Morro Azul foi fundada em 1946 por uma líder comunitária, a Dona Andressa Moreira da Silva, uma das primeiras mulheres a assumir a presidência de uma escola de samba. Mas a Unidos do Jacarezinho foi fundada no ano de 1966, tendo como presidente Ney Gaspar Gonçalves. Para Rumba, essa era a essência do jacarezinho, sua negritude.

A cultura negra no Jacarezinho é muito forte. Chegamos a ter mais de 30 terreiros nesse território. Havia muitos compositores, tínhamos ladainha e gurufins, como eram chamados os velórios nos barracos. As famílias reunidas cantavam samba e depois transportavam os corpos para o cemitério, conta. (Rumba, 2021).

As formas e expressões populares vividas pela militância se articulavam em torno dos setores progressistas como a Igreja, as Associações de Moradores, os Terreiros, as Frentes/ Movimentos Sociais, (Movimentos de Mulheres, Negro, Juventude, Sindical). E se mobilizaram em torno de Campanhas Contra a Carestias, abaixo o Golpe Militar, Diretas Já, e

a Redemocratização. “Memórias de um tempo em que lutar pelos direitos, era um defeito que mata” (Gonzaguinha, 1981).

Ainda se tratando da forma de ser e viver da classe operária, sua formação e sua consciência enquanto classe, descreve-se aqui tempos difíceis, em que a entidade sindical, e os operários segundo (Ioris 2004). Ficam esvaziados de sua vocação política durante boa parte da ditadura. Mas o Palácio dos Metalúrgicos viveria um novo momento de mobilização quando, em 1979, uma nova onda grevista colocou os operários metalúrgicos no centro das lutas sociais no Rio de Janeiro. E ao longo dos anos 1980, os metalúrgicos cariocas manteriam uma presença ativa no cenário de organização dos trabalhadores que marcou a redemocratização do país. Para além das atividades cotidianas das bases, os metalúrgicos também detinham uma arma potente, a Escola Metalúrgica manteve-se atuante na sede sindical, formando opiniões, e qualificando milhares de trabalhadores em técnicos (Mecânica, Eletrotécnico e Eletrônica).

Se torna importante frisar a disputa de ideias, de espaço, e de classe, que dispõe de toda correlação de forças possíveis, pois, se de um lado o setor produtivo representado pela FIRJAN, tinha o sistema S, por outro lado, a classe operária tinha a Colégio Metalúrgico, (Colégio Elpídio Evaristo dos Santos).

É importante situar a conjuntura a qual imprimimos aqui, onde o cenário político internacional é de pós-guerra, de guerra fria, e de uma grande disputa ideológica e de território, e o Brasil, segue no alinhamento internacional, e busca como “saída” e justificativa da crise econômica, o Regime Militar, tendo como objetivo “frear” a onda vermelha do comunismo, que assombra a América Latina. A economia era o ponto sensível da questão, e o desenvolvimentismo se justificava, mesmo com total dependência da tecnologia e do capital estrangeiro, com a mão forte do Fundo Monetário Internacional (FMI), os movimentos sociais pulsam em todos os cantos desse país continental, que está vivendo o Milagre Econômico⁶. Enquanto o povo tenta sobreviver a carestia.

⁶ Milagre Econômico ou "milagre econômico brasileiro" é o período de crescimento econômico entre os anos de 1968 a 1973. Também caracterizado pela aceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), industrialização e inflação baixa.

Figura 7 - Milagre Econômico



Fonte: [Google.com//search?q=](https://www.google.com/search?q=). Disponível em: 25 set. 2018.

Um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento do Milagre Econômico foi o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), baseado na industrialização, e na baixa inflação. A participação da indústria, que foi fundamental, tem o acumulado dos governos anteriores que buscavam independência econômica, e o fortalecimento de uma burguesia nacional. Essa quadra política é marcada pela mão de ferro do governo militar/Médici (Emílio Garrastazu Médici), que tomou o Milagre econômico como bandeira, campanha de fortalecimento e valorização do governo militar, utilizando do slogan "Ninguém segura mais esse país". A campanha escamoteava uma das maiores concentrações de renda vividas na história de nosso país, e endossando o fato existente sobre a condição de vida da população que viviam a carestia e o aniquilamento social, o até então Ministro del'fim Neto dizia: "Vamos crescer o bolo, isto é, a economia medida pelo PIB, e depois a gente divide". Para a classe operária restava resistir, manter as mobilizações em torno das pautas de reivindicações de classe, e da bandeira pela redemocratização, e pelo fim do governo militar, que respondia a população através dos anos de chumbo, marcados pelo desemprego, pela intervenção nas entidades sindicais, pela Carestia, repressões, prisões ilegais, torturas e a supressão da liberdade de imprensa.

Essa batalha pela soberania, pela democracia, pela cidadania, pela dignidade, e pela vida passava pelo fim do governo militar, pela redemocratização do país, pelas diretas já (Emenda Dante de Oliveira), e pela Constituinte. E esse caminho foi feito, a abertura lenta, gradual e segura tão reivindicada pelos militares estava acontecendo através das "eleições" de 1985, e pela Assembleia Constituinte de 1988. A abertura chegou com o nome de Anistia. E a anistia era a garantia de um recomeço vitorioso do país pelas mãos do povo. Mas também, a garantia da impunidade daqueles que assolaram toda uma nação.

Nas análises de conjuntura que envolviam o período de 1980/90, com toda sua efervescência, ficaram conhecidas como as décadas perdidas, isso do ponto de vista do estado, quando se trata das questões político e econômico. Porque, do ponto de vista dos movimentos sociais, os anos de 1980/90 foi o período, que simboliza uma das maiores conquistas do povo brasileiro, pelo seu poder de unidade, organização, e mobilização. E sobre esse fato, diz Rumba:

Mas é nos anos de 1960 que a movimentação política ganha mais organização. Durante a ditadura militar, o Jacarezinho chegou a ser apelidado de “Moscouzinho”. [...] esse apelido refletia o grande número de grupos de esquerda e organizações políticas clandestinas que operavam na área, como o MR-8. [...] No período que antecedeu a redemocratização, tínhamos uma presença intensa de ativistas políticos e trabalhadores sindicalizados. Durante a ditadura, havia ali um aparelho que abrigava revolucionários e uma presença muito intensa de sindicatos. Nessa época, o território cresceu muito e ficou rico na politização, gente que saía para o enfrentamento com o objetivo de trazer projetos pra cá (Rumba, 2021).

O bairro Jacaré/Jacarezinho tem essa particularidade, essa capacidade de transformação, que o glorioso Milton Santos chama de rugosidade, ou seja, uma herança que condiciona as ações no presente. E é nesse sentido que chamo o autor, e me aproprio do conceito, para demonstrar essa complexidade, em que se combinam, coexistindo espacialmente, formas orgânicas, históricas, econômicas e culturais, produzidas ao longo do tempo, de modo dinâmico, dentro de uma escala local.

Nesse primeiro capítulo, buscamos apresentar o histórico de formação do bairro do Jacaré/Jacarezinho, seu processo de desenvolvimento do Engenho Novo dos Jesuítas ao segundo pólo industrial do estado, privilegiando a escala local, mas visando compreender essa dinâmica no contexto das transformações que se dão em diferentes escalas. Fazemos isso não para definir uma hierarquia entre as escalas, mas para propor um jogo de escalas (Grandi, 2023) que dimensiona os processos, atores, contextos do desenvolvimento local. Assim, pudemos identificar o peso que a indústria teve no crescimento urbano e econômico desse bairro, marcando esse espaço com as contradições típicas que mobilizam as lutas de classe e que em relação ao nosso processo histórico, ganha fortes contornos raciais e de gênero. Assim, consideramos importante apresentar o segundo capítulo, em que iremos destacar o período de grandes transformações nos modos de produção e do trabalho, do esvaziamento econômico e do empobrecimento local em função do desemprego consequente da reestruturação produtiva, a evolução da violência, e a ausência da consciência política característica da formação do território. E desta forma entender as suas repercussões no

bairro, causada por importantes mudanças na produção do espaço por meio das relações socioespaciais, tais como na sociabilidade urbana, nas habitações, na relação sindical.

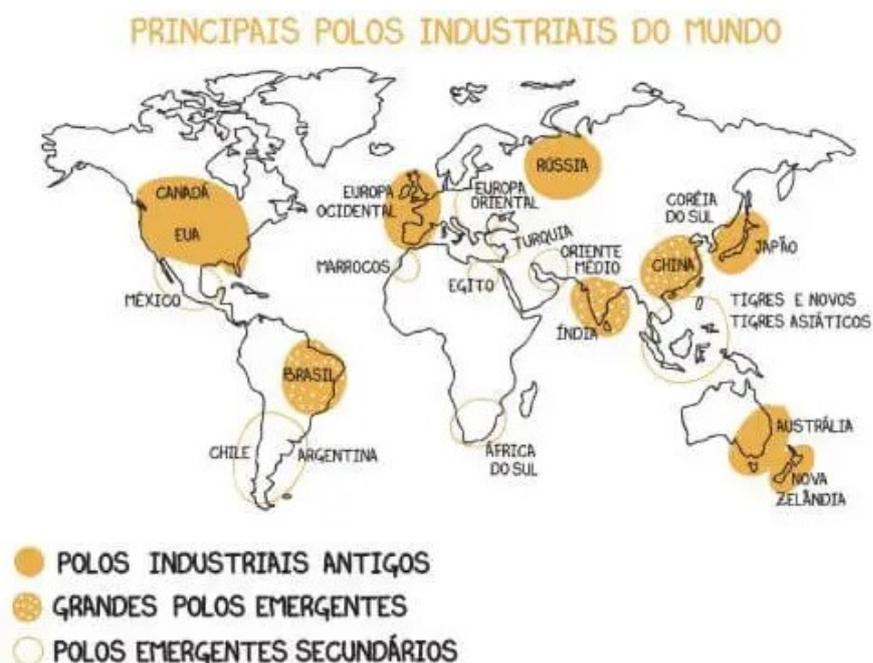
2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS A PARTIR DOS ANOS DE 1990

2.1 A reestruturação industrial e produtiva, uma breve contextualização

Estamos diante da indústria 4.0, resultado da 4ª Revolução Industrial, que é um avanço dos sistemas industriais de produção, saindo de um processo produtivo automatizado para um nível mais elaborado, como as AIs (Inteligência Artificial), com base na velocidade da tecnologia de informação e comunicação, os TIC 's. As novas tecnologias mudam o cenário global e apontam para mais um salto de qualidade na área da produção/produktividade, ciência e tecnologia.

Pensando em uma forma de escala, com referência ao Brasil, e ao município do Rio de Janeiro, segundo dados da FIRJAN em 2019 (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), a participação do país na manufatura mundial girava em torno de 3%, e seguíamos na 6ª posição de maior indústria mundial. Em 2015, ano em que a indústria declinou em quase 10%, o país passou a representar apenas 2,3% do PIB manufatureiro global, caindo para a 9ª posição. Ainda assim, o Brasil tem presença no mapa da indústria mundial, figurando entre as maiores polos industriais do planeta.

Figura 8 - Principais polos industriais do mundo



Fonte: [google.com/search?q=mapa+mundial+das+industrias+no+mundo&0q](https://www.google.com/search?q=mapa+mundial+das+industrias+no+mundo&0q)

Cabe salientar que todos esses processos elucidam um tema de grande relevância na economia, na sociedade e em qualquer contexto histórico, que é o tema: “Trabalho, e o seu valor social e humano”. Buscar a realidade da reestruturação produtiva, para contribuir em um modo de vida mais saudável e humanizado, conjugado com a relação da jornada de trabalho/tempo livre respondendo a uma reivindicação tão cara (mais valia absoluta e relativa) à sociedade e aos trabalhadores em todo mundo.

Busca-se conhecimento sobre o impacto das transformações tecnológicas no mundo do trabalho, das relações trabalhistas e de organização de trabalhadores. Pois de acordo com Moreira (2003), a reestruturação por que vem passando a economia e a sociedade industriais no Brasil e no mundo, tem componentes que indicam estar em curso algo mais que uma simples mudança de regulação produtiva, sugere algo mais próximo de um novo ciclo da organização do capitalismo.

Nessa análise, o autor dá nitidez ao conceito de reestruturação produtiva desenvolvido em sua obra, sendo essa uma expressão que refere ao estabelecimento de novas formas e escalas de espaço-tempo, com fito de figurar um novo modo de organização de espaço para a sociedade moderna, mudando-as na forma como até então haviam se ordenado. E neste caso o pressuposto é o encerramento do processo de formação industrial do capitalismo, ou do capitalismo como sociedade industrial, superando a etapa de planetarização da acumulação do capitalismo pleno enquanto modo de produção, e cultura mercantil (Moreira, 2003).

Para o autor, o Estado é o elemento chave da integração desse todo metabólico. Sob suas instâncias, firma-se o centro da estrutura integrada no ramo-base do regime de acumulação, através das políticas econômicas estatais. Assim, o dinamismo do ramo-ponta pode se irradiar para a totalidade dos demais ramos e setores, infundindo um ritmo e um perfil ao todo econômico que é necessária a acumulação. E assim, distinguem-se e combinam-se, por fim, o modelo histórico, o modelo de acumulação e o modelo industrial.

A combinação dos modelos históricos, de acumulação e industrial forma o modo de desenvolvimento, distinto em cada sociedade em cada momento, de que o modelo industrial brasileiro é o melhor exemplo. E dentro da perspectiva do autor, quando se trata sobre os modelos históricos e de acumulação brasileiros, deve-se considerar uma sociedade historicamente concentradora e excludente. Excludente, no sentido da marginalização da maioria da população do poder de decisão dos caminhos e formas de organização de sua própria sociedade.

Sobre a concentração, faz-se necessário perceber que a sua estrutura concerne ao modelo histórico de acumulação descrito por Moreira, e que, no capítulo anterior, foi citado

como a Abolição Lenta Gradual e Segura, descrevendo a transição em curso e, junto a ela, toda uma segurança política e econômica para a sociedade vigente, como a Lei de Terras (1850). Sobre esse formato de acumulação, o autor diz:

A origem da concentração econômica e da exclusão política é a concentração da sociedade no monopólio. Monopólio da propriedade dos escravos, e assim monopólio da propriedade da terra, no período da colônia; monopólio dos frutos de uma espécie de acumulação primitiva interna, a seguir; o monopólio do dinheiro, da indústria e dos serviços básicos nos dias atuais. (Moreira, 2003, p. 8)

E seguindo o raciocínio do autor, a sociedade atual se mantém na concentração econômica, excludente social e politicamente, em um ambiente altamente urbano e industrializado, sendo esse um paradoxo que pede uma explicação consistente.

Moreira (2003) entende a acumulação industrial como o regime que rege o modelo histórico brasileiro. As mudanças sociais e espaciais fazem parte das mudanças que a sociedade se condiciona radicalmente. As classes sociais integram as do mundo do trabalho urbano-industrial, isto é, uma sociedade do trabalho alimentada pelo êxodo dos segmentos sociais do mundo proto-industrial para as cidades. Ainda, segundo o autor, a peça importante desse modelo é a intervenção do Estado, instalando infra-estrutura, regulando as forças do mercado, implementando os setores de indústria de sentido estratégico, balizando o modo do desenvolvimento através do planejamento. Assim, o Brasil se transforma numa sociedade urbana, concentrada e excludente de massas.

A reestruturação espacial brasileira, de acordo com Moreira (2003), se caracteriza pela nova matriz de organização do espaço, reordenando e reacomodando a organização da sociedade brasileira sobre a base de um novo modelo de acumulação e, segundo o autor, com o tempo um espaço nacional de relações abertas interna e internacionalmente vai assim se tornando uma necessidade dessas grandes corporações, face o problema das dimensões territoriais dos mercados cada vez tão mais amplas quanto mais a economia mundial se globaliza. Assim a reestruturação espacial se faz necessária, pedindo uma matriz espacial que corresponda à escala geográfica global que a acumulação do capital atinge em praticamente em todas as empresas e países.

Dessa forma, é importante compreender a reestruturação produtiva como a nova regra das relações de trabalho no âmbito das fábricas, que consiste na troca das formas fordistas pelas normas toyotistas de organização. A reestruturação industrial remete às inovações tecnológicas da terceira revolução industrial. Desta forma a reestruturação pode ser entendida como o conjunto das trocas de meios que centram nos processamentos da microeletrônica e da

informática, isso implicando a implementação das regras de flexibilização da produção e do trabalho, combinando e confundindo assim a reestruturação industrial e a reestruturação produtiva. Sendo assim, reestruturação é a organização total da sociedade do trabalho, enquanto uma forma histórico-industrial do capitalismo, um formato que se esgota e se redefine em face do fim do ciclo industrial (Moreira, 2003).

A reestruturação industrial e produtiva colocada em centralidade no parágrafo acima apresentado já mencionada, traz uma questão emblemática que é a fragmentação da produção, das condições e das relações de trabalho. O questionamento sobre o futuro do trabalho se faz presente. Então a necessidade de problematizar o trabalho enquanto categoria e veio transformador da sociedade, com seus recortes históricos, econômicos e sociais se faz necessário dentro do ciclo industrial que se apresenta.

Diante do exposto, faz-se necessário um desdobramento das ideias aqui estabelecidas de forma objetiva, que é a centralidade do trabalho enquanto valor e condição de desenvolvimento humano no processo histórico, cultural, social e econômico. A percepção de transição dos marcos temporais históricos e econômicos societários, nos deixou uma herança maldita (racismo estrutural), resultado do processo de modelo histórico e excludente de acumulação das sociedades escravocratas até os dias atuais. São esses os elementos base da nossa dissertação.

Os avanços técnicos industriais, ou as Revoluções Industriais, trouxeram em cada período próprio, um modo de vida, uma transformação sócio/cultural e econômica, se constituindo um “marco” nas relações sociais, estratificando, e acentuando as desigualdades, e a exclusão, o que nos anos de 1990, se chamou de abismo social. As décadas de 1980-90 pelas suas condições políticas e econômicas, de “crescimento e desenvolvimento”, ficaram marcadas pelas hiperinflações, e conhecidas como a década perdida.

Tratando-se dos anos de 1990, nos deparamos com um cenário político global e nacional novíssimo. A conjuntura internacional apontava para uma nova ordem política e ideológica mundial, em que o capitalismo triunfaria. Em nível nacional, o cenário é de efervescência dos movimentos sociais, alta de inflação, desestatização, desemprego estrutural, abertura comercial, desindustrialização, e reestruturação industrial e produtiva.

Todo esse cenário de dismantelamento político, econômico e social dos países em desenvolvimento, ou dos chamados países de 3º mundo, deixava um rastro de desindustrialização, desemprego e pobreza extrema. O direito ao trabalho era o centro da questão, dado que a quadra que se avistava na conjuntura de então, era de estagnação e abertura da economia para o capital estrangeiro, dívida externa, e pacote de austeridade do

FMI, tendo como pilar a política neoliberal, retrato da Nova Ordem Mundial. com forte consequência para a produção industrial, para as relações e condições de trabalho, e para os direitos sociais. É importante ressaltar que nesse período, se apresentava a 3ª Revolução Técnica Científica, a reestruturação produtiva e a flexibilização das condições e relações de trabalho, impactando setores econômico de ponta como os Petroleiros, Metalúrgicos, Bancários, e outros, tendo suas categorias reduzidas drasticamente, compreendendo também as reduções dos postos de trabalho, que traduziu -se em dos maiores níveis de desemprego dos últimos tempos.

Os níveis de desemprego nos anos 90 foram recordes, somado a uma forte recessão, níveis elevadíssimos da taxa de inflação e às mudanças estruturais consequentes da abertura comercial que assolaram todo povo brasileiro, em particular o povo da cidade do Rio de Janeiro. Os anos de 1990 e 1992/93 se ampliaram de forma nunca vista da taxa de desemprego de acordo com a PEA regional os níveis em 1980 era de 8,7%, crescendo para 10,3% em 1990 e chegando a 15,2% em 1992/93, tratava-se do desemprego estrutural.

Conforme os dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em nível nacional, a média total tem um outro lado, a taxa de desemprego aberto, que em março de 1990 era 4% da força de trabalho, atingiu 6% dessa força no segundo semestre de 1992, auge da recessão de acordo com o gráfico a seguir:

Figura 9 - Taxa de desemprego aberto período de 1990/1994 – PME/IBGE



Fonte: PME/IBGE.

Média Móvel Centrada de 12 Meses — Dados Dessazonalizados.

Fonte: portalantigo.ipea.gov.br/qagencia/qimagens/qstories. Disponível em: 15 maio 2024.

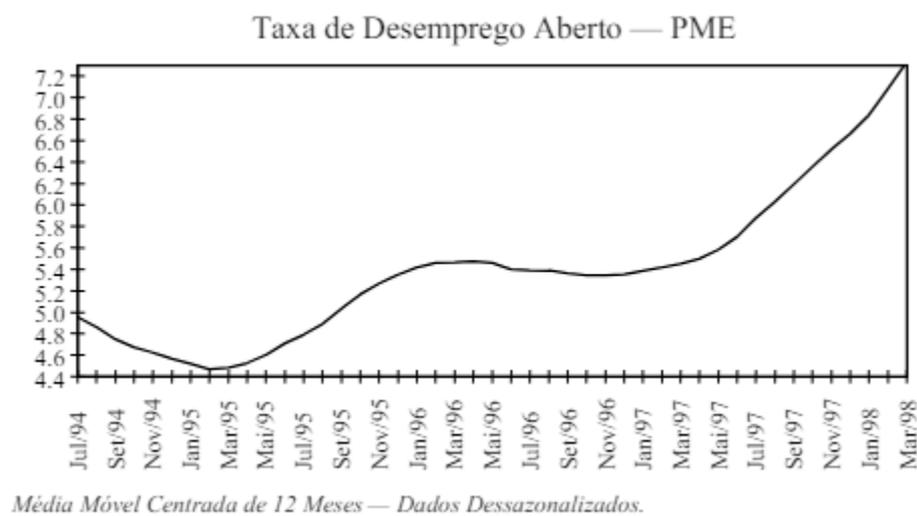
Ainda trabalhando com os dados do IPEA, os anos 90, também se caracterizou como década perdida, entendendo os níveis elevadíssimos de desemprego, altas de inflação, a desvalorização da moeda, abertura comercial consequente do neoliberalismo, e as inovações

técnicos científicas, todos esses ingredientes formavam a tempestade perfeita, e trazia uma questão fundamental, para os setores econômicos, suas categorias subseqüente, e a sociedade em si, pautando sobre o futuro do trabalho. Essa questão tinha como base toda essa gama de informações mencionadas no texto acima, consonante com a precarização, que envolvia um alto nível de rotatividade, terceirização, trabalho informal, desestatização, o desmonte da indústria nacional, e o Estado mínimo. Todos esses ingredientes fazem parte do receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI), e sua política de austeridades, que afetava diretamente o custo de vida dos trabalhadores.

Nesse período, o desemprego ocasionado na indústria, encontrava eco/resposta no terceiro setor, no comércio, e a informalidade era a condição de sobrevivência da classe trabalhadora. Foi um tempo de refluxo/recessão econômica, e de ampliação do desemprego estrutural e das propostas de mudanças nas relações de trabalho, conforme proposto pelo receituário do FMI, e por FHC, quando diz: É o fim da Era Vargas.

Mas esse período também registrou que a economia do país encontrou solides, após várias décadas de tentativas e planos de estabilização da economia, da moeda e dos preços. Foi em 1994 através do plano real, utilizando a URV (Unidade real de valor), que “equiparava” a moeda nacional ao dólar que possibilitou a estabilidade. O custo dessa estabilidade foi a desindexação da economia, o achatamento dos salários, e o alto nível de desemprego.

Figura 10 - Taxa de emprego aberto período de 1994/1998 – PME/IBGE



Fonte: portalantigo.ipea.gov.br/qagencia/qimagens/qstories. Disponível em 15 maio 2024.

De acordo com o gráfico do IPEA, até o início de 1995, o aumento total é suficientemente forte para levar a uma redução na taxa desemprego aberto. A partir desse momento, com os efeitos da crise do México, a taxa de desemprego aberto volta a crescer, movimento este que se acentua a partir de 1997 devido à estagnação do emprego agregado.

Este efeito de caráter conjuntural reforça o efeito estrutural gerado pela maior abertura sobre o emprego industrial, intensificando a queda no nível de emprego. Somente em 1998, com a relação do nível de atividade decorrente da crise asiática, tanto os salários reais quanto o custo real do trabalho na indústria tendem a cair.

O mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período de 1990/98, mostra uma redução do nível de emprego na indústria e um aumento do nível de emprego nos setores de serviço e comércio. O aumento do emprego nestes dois últimos setores foi, entretanto, insuficiente, para compensar a redução do emprego industrial. Junto a toda essa questão política e econômica, estão as mudanças tecno-informacionais condicionando profundas mudanças no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Sobre esse fato conclui Antunes:

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive -do- trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*. (Antunes, 2006, p 23).

O autor enumera as mudanças e transformações ocorridas desde então. E diz que em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica, e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se então no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes entre outras, sendo em alguns até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo.

Nesse contexto, ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscando-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e o Terceiro Mundo industrializado. E assim o toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista

dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Assim, formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito ao direito do trabalho. Nessa nova fase, direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção.

A obra de Antunes (2006), aponta várias formas de descentralização produtiva, mostrando que a fragmentação do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, pode possibilitar ao capital tanto uma maior exploração quanto um maior controle sobre a força de trabalho. E esse processo elucida um tema de grande relevância nessa dissertação, dada a sua centralidade na economia, na sociedade, e em qualquer contexto histórico que é o tema: “Trabalho e seu valor social e humano”. Na contramão da história, os movimentos sociais, em especial os de trabalhadores (sindical), buscam o entendimento de que as novas tecnologias devem estar a favor da humanidade, da consciência de se contribuir para um modo de vida mais saudável e humanizado, conjugado a uma redução de jornada/ tempo livre. respondendo com isso a uma reivindicação tão cara à classe operária (mais valia absoluta e relativa) historicamente, a sociedade, e aos trabalhadores em todo mundo.

Os impactos negativos da chamada reestruturação produtiva reverberaram na maioria das categorias, das entidades de classe/sindicatos. As categorias sofreram impactos significativos como a redução da base, e de seu quadro de sócios, decorrente do desemprego em massa consequente da abertura econômica, do pacote de austeridade imposta pelo FMI, e pela reestruturação produtiva, enfim pelo neoliberalismo. A resistência sempre foi uma grande forma de resposta dos movimentos sociais, a mobilização uma arma, e as negociações um possível caminho para resolução das questões/conflitos.

Os ataques aos direitos individuais e coletivos da classe trabalhadora, vinham de todos os lados e de tudo enquanto é forma. As categorias sofriam com a desregulamentação das relações de trabalho, com a redução dos postos de trabalho, com a alta da inflação, com as campanhas antissindicais, e com a crise de representação sindical. Tempos de definição dos campos políticos, e ideológicos.

Os anos 90 afetam a classe trabalhadora como um todo, conforme citado por Antunes (2006), quando diz que a classe-que-vive-do-trabalho, sofreu a crise mais aguda deste século. E a categoria Metalúrgica do Estado Rio de Janeiro estava sendo consumida por toda essa conjuntura acima mencionada. Podemos ilustrar essa quadra da política nacional, com as consequências para as grandes cadeias produtivas, como a privatização da CSN-1993 para os Metalúrgicos Sul Fluminense. A falência do Setor Naval para os Metalúrgicos de Angra/Costa verde, Estaleiro Verolme, os Metalúrgicos de Niterói Estaleiro Mauá, e por fim, os

Metalúrgicos do Rio de Janeiro (Estaleiros Ishibrás, Caneco, e Emaq), todo esse setor representavam a espinha dorsal da economia do estado. O Setor Naval, que ao longo da década dos anos 90, teve sua produção estagnada, sucateada, com a abertura comercial desenvolvida pelo Governo Itamar Franco/ Fernando Henrique Cardoso. A abertura do setor tinha como referência a bilateral com Singapura, a partir do aluguel de frotas, esvaziando a política de cabotagem, a influência dos armadores, a mobilização dos sindicatos, e o pátio funcional e produtivo dos Estaleiros do estado, respingando também na organização dos trabalhadores Marítimos e Petroleiros. Os Metalúrgicos do Município do Rio, teve sua base reduzida em mais ou menos 40% de seu quadro. Com a experiência de quem viveu as agruras da Categoria Metalúrgica nesse período, e com uma visão por dentro do Setor Naval, o ex-presidente Luis Chaves diz:

O Setor Naval, era o setor de maior potencialidade política e econômico historicamente, o coração da categoria, o carro chefe nas grandes lutas, a exemplo das greves, passeatas, e campanhas salariais. Um setor fundamental para a categoria, a nossa espinha dorsal. Tínhamos uma concentração grande na base Naval de 30 a 35 mil trabalhadores, essas mudanças na orientação produtiva, nas relação de trabalho, possibilitaram as contra propostas como a redução de salários com redução de jornada, banco de horas para não pagar hora extra aos trabalhadores, tudo isso com o argumento de não demitir, e ainda assim demitiam da mesma forma. (Chaves, 2024).

A nova quadra nacional, impactada pela Nova Ordem Mundial, refletia-se na economia do estado, no esvaziamento dos setores produtivos. A falta de investimento somada a abertura comercial, o estado do Rio de Janeiro entra em colapso político, social e econômico. Em meio a essa realidade de crise, em uma iniciativa de políticas pública e privada (PPP), em 1994 é implantada a Firjan - Federação das Indústria do Estado do Rio de Janeiro/Grupo 19. A Firjan, fundada em 1826, atravessou toda a construção histórica, política e econômica, do Brasil Colônia aos dias atuais, ao longo de seus 198 anos passou por diversas denominações, a exemplo de Firj, depois Fidf - Federação das Indústria do Distrito Federal, em 1960 Fiega - Federação da Indústria do Estado da Guanabara. Mas de acordo com Firjan (2024), só em 2018 a organização sem fins lucrativos passa a responder apenas por Firjan, seguida de suas instituições (sistema S), e suas empresas parceiras.

Esse período marca também profundas transformações na forma de organização dos trabalhadores e na estrutura sindical brasileira. A flexibilização das condições e relações de trabalho, afetou diretamente a forma de trato e de organização da classe trabalhadora como um todo. O sindicalismo brasileiro que sempre esteve em profunda disputa ideológica, nesse período se cristaliza em duas grandes potências, vinda do mesmo berço ideológico (Social

democracia), com a mesma base estrutural, mas de princípios diferentes, e ações distintas, um tipo de sindicalismo com lógica de mobilização de base, e outro, com a lógica de sindicalismo de resultados. Refiro-me aqui à CUT - Central Única dos Trabalhadores e a F.S - Força Sindical. Neste sentido o novo sindicalismo prometido nos anos 1980, com o lema “Liberdade e Autonomia Sindical” se apresentava sob a égide do Pluralismo Sindical, a Convenção 87 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, tendo como referência o sistema Toyotista de produção e organização, pautado no sindicato por empresa, objetivando o pluralismo sindical.

Por fim, vale lembrar e frisar que as considerações dos anos de 1980\90 como década perdida segue apenas no contexto econômico. Pois no sentido político, foram períodos de grande ebulição e transformação no campo político, social, cultural e histórico, a Constituinte de 1988, as eleições diretas em 1990 ilustram esse momento. É importante ter a nitidez da construção de um novo modelo de gestão e participação de uma sociedade em transição. Para Severino Lourenço, diretor do SindMetal, e ex- morador do jacarezinho, foi um período de grande efervescência dos movimentos sociais:

O papel do sindicato na abertura política, foi brilhante...sempre mantendo os trabalhadores atualizados do que foi a ditadura, que alguns nem sabiam que viviam em um regime antidemocrático. Tornou pública a luta dos companheiros sindicalistas que perderam suas vidas e a saúde como o João de Deus e outros companheiros que antes de fundar a CUT viveram na clandestinidade [...] As mobilizações Pelas Diretas Já, a abertura política foi pauta de nossas assembleias, foi uma atuação grandiosa no chão e nas portas de fábricas. (Lourenço, 2024).

Os anos 2000 chega ainda sob os reflexos do governo neoliberal de FHC, a política monetária do FMI, e a abertura total ao capital estrangeiro e em especial ao norte americano. A política de submissão e entreguismo freia-se com a vitória de Lula em 2002. Mas é apenas no segundo mandato do governo Lula que o Rio de Janeiro volta a respirar e crescer, com investimentos em setores econômicos de ponta como Setor Naval, e Construção Civil que através de suas cadeias produtivas geram milhares de empregos diretos e indiretos. Também foram feitos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P & D), com objetivo de qualificação de mão-de-obra. Todas essas proposições passam pelo Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007.

A crise econômica global de 2008 não chegou a impactar a economia nacional como houve em outros países do Mercosul, porém contribuiu para o desaquecimento da economia, com um agravante para a economia fluminense, que foi a Lei dos Royalties (Lei nº 12.734/12), ainda no governo Dilma em 2013.

A percepção desse cenário já estabelecido que envolvem a técnica-produtiva, política econômica e administrativa, dado a crise sanitária (COVID 19), e seu desenrolar no cotidiano, das estruturas sociais e políticas da população, dos movimentos sociais, mudam radicalmente a realidade do hoje e do amanhã, dada a velocidade das informações, e o esvaziamento da mão-de-obra viva, vive-se o maior índice de desemprego desde a década de 1990. E, segundo o IBGE, a taxa de desemprego nacional no primeiro trimestre em 2021, foi de 14,9% , e no Estado do Rio de Janeiro fechou em 12,6%. Tempos difíceis!

As eleições de 2022, trazem a esperança de tempos melhores, de RESPEITO acima de tudo, e acima de todos. Nessa dimensão contempla-se o ser Humano, às pessoas, à Ciência, o Meio Ambiente, o bem comum. A nossa soberania, o nosso país. A canção que melhor ilustra esse tempo é *Sujeito de Sorte*, letra e música de Belchior:

Presentemente, eu posso me
Considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço
Me sinto são, e salvo, e forte

E tenho comigo pensado
Deus é Brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer
No ano passado

Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
(Belchior, 1976)

2.2 A ocupação urbana e o processo de favelização do tecido carioca

Este tema é de extrema riqueza e complexidade, essas palavras são chaves potenciadoras do futuro, ainda que materializem aquilo que foi vivido ontem. Ocupação-Urbanismo-Favelismo, são de profundo contexto histórico, cultural e social. Mais do que isso, está repleto de signos como resistência, identidade, pertencimento e ancestralidade. Essa contextualização histórica, nos remete a palavra de ordem utilizada pelo Movimento Negro quando diz: “ontem senzala, hoje favela,” traduzindo a percepção de um portal, onde o tempo de hoje se encontra com o tempo de ontem, e com a condição de ir e vir. E nesse caminho de transformação e ancestralidade, é importante considerar um ditado Yoruba, em que se diz:

“Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje”. A vitória na batalha pelo direito de existir, de ser, de estar, e de pertencer, é o pássaro que Exu matou ontem, com a pedra que só jogou hoje. E esse ditado, vindo da reflexão do Rapper e cantor Emicida, é mágico.

Quando falamos sobre o tema ocupação urbana trazemos toda uma carga de informação, que nos remete ao desenvolvimento de setores da economia, do transporte, habitação, e a população. e a partir disso a transformação do espaço geográfico, e das relações nela estabelecida, seja por meios técnicos-científicos, culturais, ou históricos transformantes dos meios de produção e do modo de vida.

Essa realidade concretizada na espacialidade, formam territórios, agrupam populações, institui fronteiras refletindo nas relações humanas, e na ocupação do solo. O tecido urbano, a ocupação industrial, as redes de transporte condicionam o desenvolvimento urbano/cidade. O crescimento da ocupação urbana, tem consequências na ampliação das formas de habitação “irregular e vulneráveis”, entendo essas como reserva de mão de obra acessível no valor e na proximidade/ tempo e espaço.

Sobre a evolução da estrutura urbana no tempo, Abreu (2006) traz uma análise de que a responsabilidade da ação modeladora exercida no espaço deve ter atenção especial ao papel do estado. O autor parte da premissa que, a estrutura atual da área metropolitana do Rio de Janeiro se caracteriza pela tendência a um modelo dicotômico do tipo núcleo-periferia, onde a cidade dos ricos se contrapõe àquelas dos pobres, e afirma que isso não se deve apenas às forças de mercado. Esse modelo dicotômico, desenvolvido através de políticas de estado, buscava regular conflitos entre o capital e o trabalho, criando condições favoráveis ao capital.

Dessa forma o autor apresenta dois pressuposto onde o primeiro diz respeito a natureza do Estado, que diante de seu pensamento liberal ter-se-ia aliado ao capital através do tempo legitimando suas ações no modelo segregador do espaço carioca, sendo legitimado e consolidado indiretamente pelo Estado. já o segundo pressuposto vem no sentido de uma relação direta entre a crescente estratificação social do espaço, hoje denominada área metropolitana do Rio de Janeiro, á partir de determinadas políticas públicas. Influenciando altamente o padrão de distribuição espacial das classes sociais no Rio através do tempo tanto por suas ações como por suas omissões. E com reflexo dessa postura, as políticas de investimentos públicos, associado ou não ao capital privado, tem privilegiado apenas os locais que asseguram o retorno financeiro do capital investido privado, ou seja, as áreas mais ricas da cidade. Resultando daí a acentuação das disparidades intrametropolitana e, por conseguinte, do modelo espacial dicotômico, no qual um núcleo hipertrofiado é rico, e

cercado por periferias cada vez mais pobres e carentes de serviços à medida que se distanciam.

Dessa forma, o autor afirma o seguinte:

A evolução do espaço urbano carioca no período 1940-1964 é tão contraditória quanto o próprio período. Em 1930 a cidade já se encontrava bastante estratificada. Isto é, classe alta predominante na Zona Sul, classes médias na antiga Zona Sul e na Zona Norte, e classes pobres no subúrbio. Assim, o plano Agache, não faria mais do que oficializar a posterior o que o espaço já continha. O paradoxo, entretanto, é que tal forma espacial passa a ser contraditória com as necessidades de acumulação do capital. E grande parte dessa contradição é determinada pela natureza mesma do espaço. (Abreu, 2006: p. 94).

Com isso, segundo o autor, o crescimento tentacular da cidade, em parte determinado por condicionantes físicas, havia resultado no aumento das distâncias entre o local de trabalho e residência, exigindo deslocamentos cada vez maiores da força de trabalho. A contradição aparecia, entretanto, na necessidade dessa população vir a se localizar em áreas mais próximas, para satisfazer a demanda crescente de força de trabalho por parte da indústria e dos serviços. Daí se o espaço formal (legalizado, oficial, sob controle burocrático) oferecia apenas uma localização física, oferecia, por outro lado, uma série de opções próximas, ou seja, terrenos ainda não ocupados, seja por apresentarem dificuldades a promoção imobiliária organizada (morros íngremes, mangues, áreas inundáveis de rio), seja por decisão deliberada de seus proprietários (reserva de valor).

Para Abreu (2006), o deslocamento das indústrias em direção aos subúrbios e o desenvolvimento da zona sul descentralizaram, entretanto, as forças de emprego e, com elas, também as favelas. É importante notar que as favelas proliferaram numa época em que os controles urbanísticos formais cada vez mais se acentuavam, sendo entretanto pouco afetada por eles. essa demanda se explica de um lado pelo forte fluxo migratório, e pelo outro o exército de mão de obra barata necessária na acumulação do capital. Desta forma os terrenos ocupados pelas favelas, ou eram públicos, ou eram de pouco valor imobiliário por estar em áreas íngremes. Pois o interesse das imobiliárias organizadas estavam em terrenos nas áreas planas ainda desocupadas, como também em áreas já construídas de uso unifamiliar, pelo multifamiliar. Essa utilização do solo de caráter populista que se instalou no estado a partir de 1945, traz um ar democrático onde a favela ganha um novo contorno, deixando de ser uma “chagas” para se tornar um manancial infinito de votos segundo o autor. Tornando-se então “intocáveis”.

Por essas razões se explica o porque, de uma fase caracterizada pela estratificação social crescente, a forma urbana do Rio de Janeiro passa a apresentar, no período de 1930-1964 características menos segregadoras, mais "democráticas". Nesse sentido torna-se crescente a população favelada e também sendo beneficiada indiretamente pelo alto grau de melhoramento urbano. O populismo da época possibilitou uma série de melhorias pontuais.

Esse caráter populista do período concretizou-se também numa política de concessão de subsídios aos serviços públicos, e numa política habitacional paternalista, caracterizada sobretudo pela construção de conjuntos habitacionais nos subúrbios por diversos órgãos governamentais, modificando substancialmente a sua forma e a aparência, sem conseguir no entanto resolver o problema da habitação popular do período. Esse então se tornando uma época em que, se a população cresceu de maneira espetacular, o processo de estratificação geográfica se desenvolveu de forma mais ou menos "mascarada" no espaço. Conforme o autor, esta situação perdurou até meados de 1950. E a partir dessa época, as contradições efeito da estratificação, e da intensidade da ocupação do solo passa a exigir respostas, solução para o crescimento demográfico, para as habitações.

Dentro dessa questão se faz necessário a presença do estado, a cidade precisava de um novo plano urbanístico, com a pretensão de "remodelar" a cidade a partir de uma série de obras que afetariam principalmente a população mais pobre, e negra. Nesse contexto, a empresa contratada para o novo plano urbanístico foi a firma grega Doxiadis and Associates. E para Abreu (2006), no que diz respeito ao projeto:

Se tratando do projeto de estratificação social do espaço carioca, o Plano Doxiadis pouco se difere do Plano Agache. No que diz respeito ao momento em que ele é produzido, o plano assume entretanto significado maior, pois ele é elaborado em pleno período autoritário. É a partir dessa época que a evolução da cidade retorna o seu curso original-baseado na separação de classes sociais no espaço- um curso que havia sido apenas temporariamente sustado durante o período populista. (Abreu, 2006, p. 95).

O grande crescimento populacional da cidade, ocasionado pela imigração são fatores que contribuíram para o crescimento demográfico nesse período, dentre esses fatores, um dos mais importante foi o crescimento industrial da cidade, atraindo mão-de-obra dos estados vizinhos, a partir da construção da Rodovia Rio-Bahia - BR 116.

O setor industrial teve um papel preponderante no desenvolvimento da estrutura da cidade, da condição de vida da população suburbana, na capacidade de geração de emprego direto e indireto, e pela infraestrutura através dela gerada, condicionando o crescimento e a densificação habitacional do subúrbio. O processo de urbanização na qual o Rio de Janeiro

está colocado, traz também oportunidades de novos papéis para a classe trabalhadora, e em especial a classe operária, seja pelo fluxo migratório, seja pela conquista de promulgação das leis trabalhistas, amparando seu aspecto social e humano.

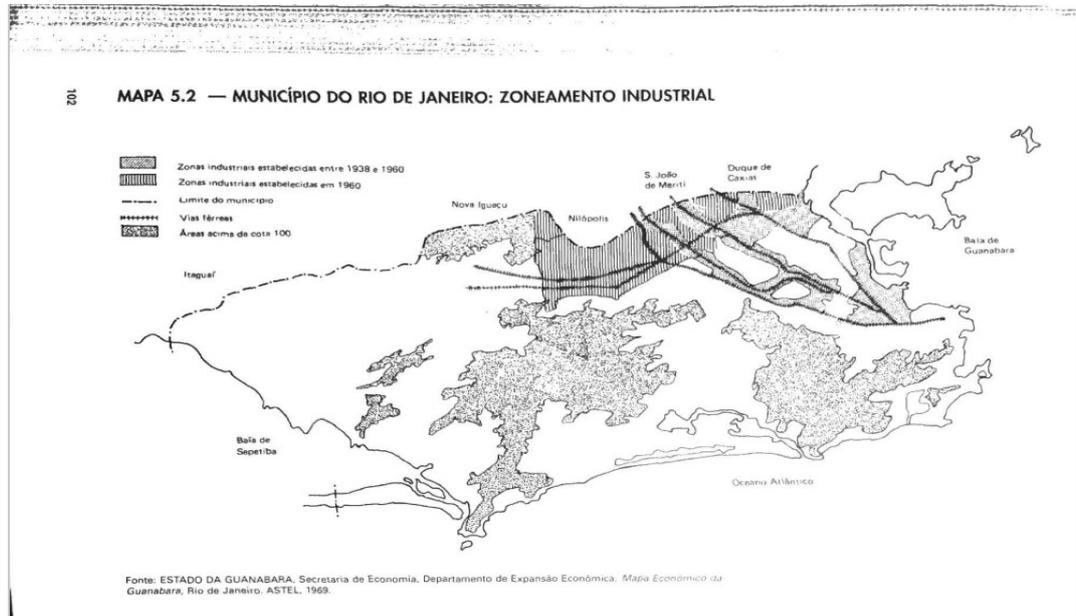
A ocupação do subúrbio pela indústria com o auxílio das linhas férreas, e a ação do Estado, mais especificamente dos trabalhos de saneamento realizados pelo DNOS, que liberam novos sítios tanto a atividade industrial que se implantava na cidade quanto a ocupação residencial. Essas ações possibilitaram a instalação de aglomerados industriais localizados em bairros que se tornaram referência da classe operária, um bairro operário. E segundo Abreu (2006), um bairro que pode ilustrar essa condição é o Bairro do Jacaré/Jacarezinho.

“Este bairro, que se constitui hoje no segundo mais importante aglomerado industrial da cidade, podia ser considerado até 1930, como área de localização industrial pioneira, de interesse para a grande indústria, mas a partir de 1935 passou a interessar a...(outras indústrias)...tendo em vista os melhoramentos urbanos aí introduzidos... (com a drenagem e saneamento da várzea do rio Jacaré)...Em seqüência, em toda a faixa compreendida entre as ruas Licínio Cardoso, Viúva Cláudio, Ana Nery e Avenida Suburbana, começaram a se implantar diversas indústrias de pequeno e médio portes” (Abreu,2006: p.99).

Os investimentos do período são resultado de dois importantes movimentos, o primeiro é a saída dos estabelecimentos fabris das proximidades do centro para a liberação de grandes edificações, e a segunda é que a partir de 1930 que o estado passa a intervir no processo de localização industrial, surgindo dessa iniciativa o Decreto-lei 6000/37, que definiu pela primeira vez uma zona industrial na cidade. Impedidas de se expandir nessas áreas da cidade, e ocupando terrenos cada vez mais valorizados, essas indústrias logo optaram por transferir -se para outros locais, ou encerrando suas atividades, loteando seus terrenos e obtendo grande lucratividade. Deixando nítida a força da especulação imobiliária.

O Decreto-lei 6000/37, que tinha como objetivo delimitar as áreas, excluía da zona industrial o ramo de Santa Cruz, ao mesmo que incluía o ramal de São Cristóvão e o novo bairro do Jacarezinho. E também trabalhou com três faixas reservadas à indústria que eram ainda mais delimitadas pelo decreto, sendo essas as linhas tronco, Central do Brasil, linha auxiliar de Del Castilho até a estação de Costa Bairro, e por último o tronco Rio D’ Ouro. Veja o mapa a seguir:

Figura 11 - Mapa do Município do Rio, zoneamento industrial



Para Abreu (2006), estavam assim oficializadas as áreas industriais da cidade, que na década seguinte apresentou um crescimento segundo o autor, espantoso, pois demonstra um crescimento expressivo tanto da indústria como da população. Já os anos de 1950, marca o crescimento industrial da cidade, compreendendo a ocupação efetiva de um novo eixo de expansão fabril, a Avenida Brasil, que torna-se um exemplo de políticas públicas e privadas sendo inaugurada em 1946. Construída sob o aterro da baía de Guanabara, trabalho esse realizado pelo DNOS, o novo eixo rodoviário tinha como objetivo não só reduzir os congestionamentos, mas também a redução de custos de circulação dos novos terrenos no tecido urbano, com vista na ocupação industrial. Que segundo a obra demonstrou uma contradição a partir do de uma outra forma de ocupação do solo que veio a se implantar em disputa com as indústrias, era o início do processo de favelização do espaço. Com isso:

“Toda área da Avenida Brasil foi destinada à localização fabril, além de armazéns, oficinas, garagens, respeitando-se apenas terrenos de propriedade militar. Mas esta destinação natural não foi disciplinada a tempo, pois a participação dos transporte rodoviário no Brasil somente se verificou na década de 1950, tendo havido algumas antecipação pela ocupação de vastos terrenos por favelas...A invasão da área pelas favelas, atraídas pela ocupação fabril do espaço, impediu a instalação de indústria em alguns trechos (notadamente) entre Olaria e Lucas”. (Abreu, 2006, p. 103).

Figura 12 - Avenida Brasil - Manguinhos, 1946



Fonte: Fundo Correio da Manhã/ Arquivo Nacional.

Contudo, para o autor, a ocupação das favelas na Avenida Brasil, já era de se esperar, tendo como exemplo o Jacarezinho, onde predominavam os mesmos fatores determinantes, a localização da indústria, e a mão-de-obra farta, barata e especialmente concentrada (desde o século passado).

Não se sabe ao certo o número real da população favelada no período, mas o censo demográfico de 1950 mostra a possibilidade de serem 7% em uma população de 137.837 moradores da cidade. Segundo o autor, a década de 1940 foi a maior referência no que diz respeito ao crescimento da população favelada, e das favelas. O censo revelou um total de 138.837 habitantes nas 105 favelas existentes, que se concentravam nas áreas de subúrbio, sendo esta 44% das favelas e 43% das favelas. Esse mesmo censo revela mais, nos diz que a maioria dessa população, era jovem e migrante, vindo de Minas Gerais e Espírito Santo, e de todo Estado do Rio de Janeiro, e mais, diz que grande parte dessa população eram crianças de 0 a 13 anos.

Uma outra informação importante que o censo traz, é a relação de trabalho e localização dessa população. E nessa relação a principal ocupação desses assalariados eram do setor secundário, segundo o censo gerava em torno de 30%, seguido da construção civil e dos serviços domésticos, assim como o comércio e o transporte. Por fim, a pesquisa indicava

também que, ainda que a maioria das favelas se encontrassem na Zona Sul, a maioria das favelas estavam nos subúrbios, especialmente no Engenho Novo, área administrativa que envolvia o jacarezinho.

Allisson Abreu (2020), em seu artigo, *A Invenção da favela industrial: Pista da História, Memória e Identidade do Jacarezinho*, dá continuidade às perspectivas, e estudos sobre o crescimento demográfico e populacional da cidade do Rio de Janeiro pelas bordas, pelos subúrbios que também cresceram a partir do Engenho Novo por meio das linhas férreas, e que foram ocupados de forma lenta e progressiva pelos pobres e as camadas proletárias. Tendo o trem como meio de transporte, permitindo às classes populares o deslocamento entre a residência e o trabalho. Entendendo que na região, não havia os serviços essenciais disponíveis na zona sul e centro. Com essas condições, uma leva de imigrantes vinda de outros estados e regiões afluía ao sertão carioca, ocupando as várzeas dos rios e os morros próximos às estações de trem que iam sendo inauguradas. Fato esse que intensificou a divisão social, na busca das oportunidades da cidade-capital, que passaram a ser disputadas por moradores de várias origens.

2.3 As transformações no Bairro do Jacaré/Jacarezinho pelo processo da desindustrialização

A zona norte é o território que se tornou a materialidade das políticas públicas, (ou mesmo a ausência desta) e privadas, econômicas, sociais, e urbanas que atravessaram o período de formação desse novo país, passando pela República, Estado Novo, Ditadura Militar, e a Redemocratização. Cristalizando assim um lugar de classe, o da classe trabalhadora.

Resultante das transformações espaciais decorrentes dos transportes de massa, o subúrbio cresce, e é ocupado a partir das condições de oferta e procura do mercado de trabalho naquele período, seguindo o rastro da indústria. Como já apontado no capítulo anterior, para Fernandes (1995), a associação do capital privado dos transportes com as companhias imobiliárias e loteadoras teve grande influência neste processo de criação dos bairros, possibilitando uma série de obras que intervieram definitivamente no espaço urbano. Esse processo de crescimento demográfico e industrial no subúrbio se intensifica nos anos de 1930, com o apoio do Estado a indústria manufatureira, que modifica toda a localização

industrial, condiciona e justifica o tamanho crescimento demográfico. E ainda ressalta que, o primeiro passo do prefeito seria determinar a função para cada área da cidade, e também a de servir como modelo de civilização para a cidade; às regiões periféricas, definiu-se que seriam o abrigo das classes populares.

A Reforma Passos promoveu não apenas uma reordenação material, mas também um rearranjo simbólico na cidade do Rio de Janeiro: às camadas mais abastadas começam a se concentrar nos bairros que perderam o status de subúrbio e que a partir dos anos de 1950, passaram a ser denominados como “zona sul”; enquanto as classes populares convergiram para a uma imensa área que ficou conhecida através do conceito de subúrbio.

Conforme pontuado por (Fernandes, *Apud*, Carneiro, 2009), o subúrbio, é uma região fora da cidade, sem direitos, uma área “sub”, conforme o significado do prefixo (“posição abaixo de”; “inferioridade”; “insuficiência”), e com isso as representações que vieram da categoria “suburbano”, como “aquele que está à margem” e como “atrasado”.

É nesse caminho aberto pela indústria, pelos transportes, e pelas políticas estatais, que o sujeito (proletário) é colocado em seu lugar, o lugar de inferioridade, para o subúrbio, e é assim, pelas mãos, e por necessidade desse proletariado se constroi mais um lugar, um território, nessa ilustração, a favela do Jacarezinho. E esse caminho à margem, em direção ao subúrbio, desenvolvendo a ocupação do entorno, constroi um grande tecido social, cultural e político, a favela.

A dualidade do projeto de urbanização no que diz respeito aos interesses públicos e privados gerados a partir das classificações e estratificação do espaço movimentado pela indústria, mobiliza também o setor importante, que simboliza sonhos, e padrão vida, que é a moradia, a habitação, um arranjo que hoje responde por setor imobiliário. A “especulação imobiliária” deslocou muitas casas, casarões, cortiços e favelas. Para Brasil Gerson (2000) a ocupação do entorno do Engenho Novo, Benfica, Jacaré e Sampaio nos ajudam a entender tanto a ocupação espacial dos bairros como também a formação sócio cultural das favelas que vão se estabelecendo pelo local, a exemplo do Jacarezinho e Mangueira.

O autor segue argumentando que o crescimento da favela do Jacarezinho foi sendo consolidado em função das instalações das indústrias no entorno da região, mas também da proximidade com a linha férrea. É preciso considerar que esta área é muito próxima ao centro da cidade e às localidades vizinhas que se industrializaram como Maria da Graça e Jacaré. E o autor afirma ainda que a força motriz geradora das definitivas transformações espaciais daquela localidade é a implantação da gigante General Electric. E segundo Gerson Brasil, a empresa foi instalada paralelamente aos trilhos da Linha Auxiliar margeando o bairro de

Maria da Graça onde se localizavam as ruas Miguel Ângelo, Sabino dos Reis e Professor Bôscoli, espaço esse que seria a futura favela do Jacarezinho.

A gigante GE buscou se consolidar através de políticas de trato social, possibilitando a empregabilidade com um corpo de empregados moradores do entorno, estabelecendo uma relação de proximidade que pudesse obter mão de obra barata, fiel e segura. E de acordo com diretor do SindiMetal/RJ, e ex - morador do Jacarezinho, essa era a fórmula.

A maioria dos trabalhadores da GE eram moradores do Jacarezinho, a maioria do chão de fábrica era do bairro, e a GE tinha política de contratar nas redondezas em função da passagem e redução das despesas com transportes” (Lourenço, 2024).

Dentro dessas perspectivas outras empresas/fábricas se instalaram, e o bairro se tornou o segundo maior polo industrial do estado, nas décadas de 1960/70/80, respondia pelo maior nível de empregabilidade e migração, tendo como base diversos setores econômicos, dentre eles o setor de vidros, sapatos, gráficos, bolsas, roupas, farmacêuticos e metalúrgicos. O bairro teve seu auge nos anos de 1980 onde seu complexo industrial se encontrava em alto nível de produtividade possibilitando a fixação de mão-de-obra, dos movimentos sociais e do comércio local. E sobre esse fator, o diretor do SindiMetal, faz uma reflexão.

É... no passado no jacarezinho você via as cores dos uniformes, que representavam as empresas, os setores econômicos (Têxtil, Comerciais, Metalúrgicas, Vidreiros, farmacêuticos), então você via 24 horas operárias e operários trabalhando, que não tinha tempo pra nada, todo mundo, praticamente o bairro todo trabalhando” (Lourenço, 2024).

Nesse período de auge, nos anos de 1980, como favela já estabelecida junto a um conjunto de fatores já mencionados, o Jacarezinho torna-se um lugar de referência na disputa pelo espaço que se constituiu como verdadeiro manancial de votos, um território altamente politizado e consciente, diz Lourenço.

A organização política que a gente tinha, mesmo no período da ditadura era o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que atuava muito ali na região, nas fábricas, na própria GE, Cirpress, Eletromar, era uma coisa clandestina, inclusive na própria associação de moradores tinha gente do PCB. E depois com a abertura política, aí reacendeu o PC do B (Partido Comunista do Brasil), que estava na ilegalidade, e o PDT de Leonel Brizola, então o PDT (Partido Democrático Trabalhista), ele veio que nem um furacão, Brizola chega como um furacão ali na região. A Igreja Católica permitia fazer palestra com o Brizola, não dentro do santuário, mas na quadra de futebol de salão. Na associação de moradores aconteciam as reuniões, na quadra da Escola de Samba também tinha reunião com PDT e PC do B, com objetivo de aglutinar esses trabalhadores das fábricas vizinhas e de outros setores da economia. Então esses foram os personagens políticos do momento, de tão grande e importante que era Jacarezinho, e os trabalhadores. E tinha também o João Amazonas quando veio do exílio, fez muita palestra ali na região, na igreja, nas

associações na quadra da escola de samba, tinha muita atividade política mesmo, muito trabalho político ali envolvendo esses partidos. (Lourenço, 2024).

A favela, que tinha reconhecimento pelo projeto favela-bairro, se distribuía segundo TIAGO (2007) em sete setores a partir de consulta aos próprios moradores: Beira-Rio, Fundão, Azul, Cajueiro, Cruzeiro, Fazenda Velha e Vieira Fazenda.

Segundo a autora, cada setor tem sua descrição características na construção sócio espacial, e as descrições seguem assim: o Largo do Cruzeiro é a área central da comunidade, onde se constitui a vida social da favela, o Cruzeiro, é o material histórico da Fazenda Velha, onde existia a antiga sede da fazenda e cuja extensão ao longo do declive, abrange as duas igrejas mais tradicionais do local: no alto, a Igreja Católica e na região baixa, a Batista de Vieira Fazenda, o setor chamado Beira-Rio tem a referência de ser o mais “pobre” da comunidade, pela sua localização e suas consequências, o Fundão, já tem como principal características os alagamentos, que mesmo após as obras de canalização continuaram. Já o morro Azul, na parte mais alta da comunidade, margeando o muro da General Electric, foi definida como tradicional e tranquila, tendo fortes laços de vizinhança entre os moradores. Já o Cajueiro é uma zona intermediária de uso misto – comercial e residencial – com urbanização relativa e significativa. E por fim o setor de Vieira Fazenda, parte interna mais desenvolvida comercialmente e de forte atração externa é a zona mais verticalizada da favela, a de maior densidade demográfica, pela sua proximidade com as vias de transporte na Avenida D. Helder Câmara, a estação de metrô de Maria da Graça e a favela de Manguinhos.

A questão acima é mais uma das consequências da Reforma Passos, que promoveu não apenas uma reordenação material, mas também um rearranjo simbólico na cidade do Rio de Janeiro: permitindo que as camadas mais abastadas se concentrassem nos bairros que perderam o status de subúrbio e que a partir dos anos de 1950, passaram a ser denominados como “zona sul”; enquanto as classes populares convergiram para a uma imensa área que ficou conhecida através do conceito de subúrbio.

Para Lefebvre (2000), a forma de como os espaços se constroem e se constituem influenciam no modo de vida dos trabalhadores, e do seu local de moradia, o bairro. Lugar onde os próprios moradores imprimiram sua força de trabalho na melhoria do espaço de moradia, criando seu território, seu pertencimento, seu lugar.

Nesse novo tempo que caracteriza o poder de organização da classe operária, e traz o vento de democracia, digo sobre os anos de 1980/90, que se constituíram na mobilização, organização, conscientização e resistência na luta pelos direitos individuais e coletivos, se materializaram na luta contra o Governo Militar, e por consequência pela redemocratização

do país. Essa conjuntura credenciou os trabalhadores por meio dos movimentos sociais, se fortalecendo nos bairros operários e periféricos como o do Jacaré/Jacarezinho por conta das ações e mobilizações contra a carestia e o desaparecimento de pessoas.

As ações políticas estavam nos segmentos profissionais, associações de moradores, agremiações de samba, futebol, movimentos de juventude, de mulheres e negros, e articulavam-se em nível nacional, estadual e local, na elaboração de várias proposições que contribuíam na construção de bases democráticas, dentre elas a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, concretizada em uma proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana. Por todo o país, uma teia de movimentos populares estruturou-se a partir de suas questões específicas, contribuindo para o fortalecimento do todo. A exemplo das associações de moradores, dos mutuários do BNH (Banco Nacional de Habitação)⁷, inquilinos, loteamentos clandestinos e irregulares, moradores de cortiços, favelados, mutirantes e outros que lutavam pelo direito à moradia.

Essa mobilização no Estado do Rio de Janeiro tinha como centro organizativo, a FAMERJ, FAPERJ, Federação Estadual e Municipal de Favelas, que contou com a vanguarda desses movimentos, e desde 1992, o Jacarezinho se constituiu oficialmente como um bairro. Um bairro situado na zona norte do Rio de Janeiro, criado em 23 de julho de 1981, a partir de uma chácara pertencente a empresa Concórdia Sociedade Imobiliária Ltda e a Fábrica Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados S.A, um dos motivos da ocupação pela comunidade era o acesso às indústrias advindas da perspectiva dos transportes, em especial, a linha férrea, bem como a proximidade do centro.

O bairro do Jacaré, de origem operária, e do Jacarezinho de origem populista, se tornou um grande manancial de votos, conurbou, e ainda nos anos 80 de acordo com o IBGE, se tornou a 2ª maior favela /comunidade do país, e hoje conta com uma população de aproximadamente 47.839 de acordo com o IBGE (2010), situa-se no distrito do grande Méier, e pertence à Região Administrativa XXVIII- RA na Área de Planejamento AP3, tendo como limite os bairros de Benfica, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo, e Cachambi.

O bairro/favela do Jacarezinho, que foi um bairro operário nos anos de 1920 até aos meados dos anos de 1960/70, nesse período, caracterizou-se como um bairro de população mais ampla, se tornando no período um bairro/favela proletária, percorrendo nos seguintes,

⁷ O Banco Nacional da Habitação foi uma empresa pública brasileira fundada em 21 de agosto de 1964, voltada ao financiamento imobiliários. Uma instituição federal de desenvolvimento urbano, mantida pelo FGTS, (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), constituído pelo Sistema Financeiro da Habitação, e do Sistema Financeiro do Saneamento.

cito os anos de 1990/2000, com efeito da desindustrialização local, resultante da reestruturação produtiva global, da desintegração econômica, decorrente da abertura econômica consequência do cenário político e econômico do neoliberalismo nos governos de Fernando Collor à Fernando Cardoso, e com isso o aumento substancial da violência, que segue o rastro do desemprego.

Com isso, o bairro/ favela do Jacarezinho, se tornou uma das favelas mais violentas do estado, e com um dos maiores níveis de desemprego do Estado. E é nesse cenário que hoje, esse lugar encontra-se na condição de lumpesinato, que de acordo com a filosofia marxista, é o desígnio de um proletariado, uma classe, desprovidas de recursos econômicos, sem emprego formal e sem consciência de classe em si, e para si. sem consciência, em alienação total.

As demissões ocorridas nesse período, na sua grande maioria eram decorrentes do fim dos postos de trabalho, consequente da reestruturação produtiva. Uma outra questão de fundamental importância foram as formas e relação de trabalho. A terceirização, a rotatividade de mão de obra com o trabalho temporário, e o subemprego, era a pauta principal do movimento sindical. o não pagamento das rescisões trabalhistas era a demanda das DRTs (Delegacia Regional do Trabalho). Assim o bairro sofria com o fechamento das empresas, a população com o fim dos postos de trabalho, e o trabalhador (a) sofrendo com a perda do seu FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), ou a condição de parcelamento. Um golpe no comércio local.

2.4 O desemprego e o aprofundamento do abismo social

A saída da gigante General Electric no ano de 2009, reafirma um caminho de desintegração desse bairro/ favela, que teve mais de 15 ruas ocupadas economicamente por vários setores produtivos, chegando a ocupar o 2º pólo industrial do estado. É dentro de tal realidade que a favela do Jacarezinho se configura com um dos piores Índice de Desenvolvimento Humano do Município. Em entrevista com o Severino Lourenço, meu companheiro das lutas sindicais, partidárias e sociais, e acessando as lembranças e vivências dos tempos em que a área do Jacaré/Jacarezinho e Inhaúma comandava as assembleias do Sindicato. Por ser a área de maior diversidade setorial e de proximidade. E segundo Lourenço:

Haviam sim muitas fábricas nesta área do Jacaré, Jacarezinho, Inhaúma, Maria da Graça, Tomás Coelho, e nas redondezas, como eu já tinha dito antes, havia ali pequenas empresas, médias e grandes. As empresas metalúrgicas se misturavam com outros setores da indústria da roupa, cosméticos, calçados, então se misturavam ali, mas as metalúrgicas eram muitas mesmo. E as médias empresas também, que já eram outro nível, se diferenciavam pelos benefícios, salários, como a Padim, a Metrox, Merinox, e as grandes não, as grandes não paravam era 24 horas de produção, e tinha a Cirpres com mais de 500 trabalhadores, a GE com mais de 4 mil trabalhadores e também não paravam, era 24 horas. Um contingente que se colocasse na ponta do lápis, juntando as pequenas, médias e grandes empresas dava mais de 10 mil trabalhadores, com empregos diretos sem contar os indiretos. A GE é um exemplo disso, tinha 4 mil trabalhadores, mas tinha as empresa lá dentro que faziam trabalho para ela, não eram terceirizados, era trabalho para a GE, isso no total chegavam a mais de 5 mil naquele chão de fábrica. E a questão com comércio local, o comércio faturava desde a birosquinha que vendia cerveja até o comércio de produtos alimentícios (mercado) crescia, material de construção. A fábrica movia toda uma economia, e gerava uma boa receita a nível de imposto para o Estado do Rio de Janeiro (Lourenço, 2024)..

O IDH da favela se encontra no 121º no ranking da cidade do Rio de Janeiro, perdendo somente para a vizinha Mangueiras e a favela da Maré. E de acordo com o Instituto Pereira Passos, 15% da população do jacarezinho vivem abaixo da linha de pobreza, enquanto que 85% permeiam nas condições de pobreza extrema na favela, com uma renda de R\$177,98 por pessoa/ per capita. Segundo o IBGE, o Rio de Janeiro tem a pior taxa de desemprego, e a maior queda na renda da região Sudeste.

O rendimento médio do trabalhador do município do Rio de Janeiro foi de – 11,9%. As informações seguem com os números temerosos com relação à perspectiva de vida e de cidadania no município com referência internacional pela indústria dos entretenimentos e do turismo. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra ao Domicílio (Pnad), divulgados nesta terça (30), a taxa de desocupação caiu dois pontos percentuais no último trimestre pesquisado, mas, apesar disso, o índice continua sendo o pior da região. Segue os índices RJ: 15,9%; SP:13,4%; MG:10,7% e ES: 10%.

Quando se fala de informalidade é importante registrar que o número de trabalhadores informais ainda é um dos mais altos em nível nacional, em uma média de RJ: 38,3% e do Brasil: 40,6%. Dada a confirmação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento médio da população fluminense caiu em quase 12%, ficando em R\$2.888. Sendo a pior queda de renda em todo país.

O rendimento nominal per capita em 2021 foi de R\$1.724, sendo o 3º no ranking nacional. O mercado de trabalho, sempre trouxe consigo uma questão objetiva, que ao longo dos séculos tem submetido a população negra aos níveis mais baixos de sobrevivência, reduzindo ainda mais as condições de igualdade e de oportunidade que é o racismo estrutural, sobre essa questão Gonzales diz que:

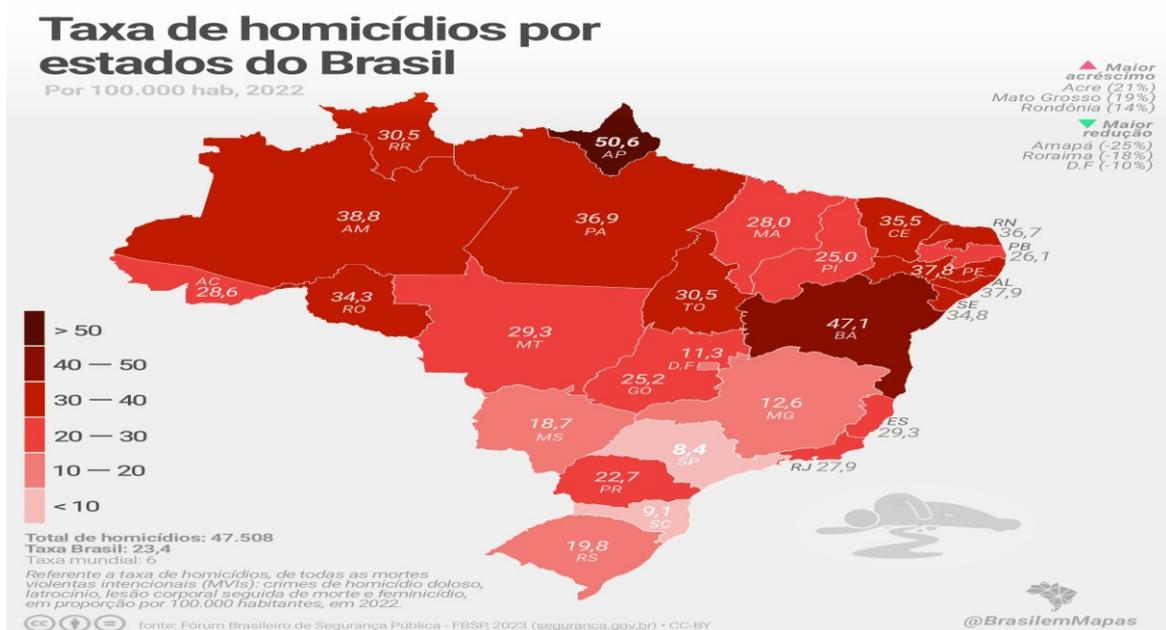
As questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem exatamente sobre essa população. De maneira que o gênero e a etnicidade são manipulados de modo que no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentemente” pertence exatamente às mulheres e à população negra. (Gonzales, 2020, p. 27).

Quanto ao rendimento médio do trabalhador, ainda com as informações preciosas do IBGE, que ressalta o empobrecimento da população quando se leva em consideração a inflação acumulada no período, que é de 9,36%.

A resposta do Estado e do Município a esta condição de esvaziamento econômico e produtivo do lugar, é o braço forte do Estado, a polícia, e desta forma a população da favela do Jacarezinho segue entre a violência e a miséria, sentindo um total abandono, e falta de políticas públicas. E quando esse Estado se faz presente na condição de Necropolítica⁸.

A ocupação do Estado nesse território se faz desde 2012, com a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora - UPP, que tinha como objetivo reduzir controle territorial das facções, e de instalar projetos sociais, para desta forma levar paz e segurança à comunidade. O passar dos anos apenas concretizou o que a população já tinha em sua consciência: a decadência do projeto do estado, com o abandono do projeto das UPPs em 2019, e também daquela comunidade.

Figura 13 - Taxa de homicídio por estado no Brasil



Fonte: Brasil em mapas, 2022.

⁸ Necropolítica é um termo cunhado pelo filósofo, teórico político e historiador camaronês Achille Mbembe, que faz referência ao uso do poder do estado nas relações social e político para decretar a vida e a morte de determinada população na distribuição desigual de oportunidade no sistema capitalista.

O desfecho desse processo de desintegração política, econômica, social e cultural em um território, que já foi um espaço operário (1920 a 1960), se tornou proletário nos anos de (1960 a 1980), e a partir dos de (1990 a 2010), seguia em transição para uma condição de lumpesinato, dada a total ausência do estado, ou de qualquer forma de projeto social, ou de setores produtivos local, foi a carnificina produzida pelo Estado ocorrida em 06 de maio de 2021, conhecida por Massacre do Jacarezinho, a operação Exceptis resultou em 28 mortos, sendo uma das maiores ações e a mais letal de todo o período.

Figura 14 - Manifestação contra a chacina no jacarezinho



Fonte: www.jb.com.br

De acordo com o Atlas da Violência de 2021, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública) ainda que haja elementos para sustentar a continuidade da diminuição dos homicídios no Brasil, algumas questões merecem uma nota de atenção, pois impactam ou podem impactar no sentido contrário.

A primeira questão diz respeito à política permissiva em relação às armas de fogo e à munição patrocinada pelo Governo Federal a partir de 2019. Ao facilitar o acesso a tais armas, a nova regulação pode favorecer a ocorrência de crimes interpessoais e passionais, além de facilitar o acesso das mesmas a criminosos contumazes (traficantes, assaltantes, milicianos, entre outros) – tendo em vista a comprovada ligação entre os mercados legal e ilegal de armas – e impossibilitar o rastreamento de munições encontradas nos locais dos crimes.

O segundo foco de tensão diz respeito ao recrudescimento da violência no campo. Segundo o relatório “Conflitos no Campo 2019”, da Comissão Pastoral da Terra (Canuto; Luz; Santos, 2020), essa violência aumentou em 2019, quando foram registrados uma média de cinco conflitos por dia, o maior número de conflitos em 10 anos, e um total de 32 assassinatos. E ainda seguindo os dados do Atlas da Violência (2021).

O terceiro ponto de atenção diz respeito ao uso da violência por policiais, conjugada à ausência de mecanismos institucionais de controle quanto aos padrões institucionais do uso da força, o que propicia não apenas a vitimização de civis, mas também de policiais. Em 2020, segundo o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021” (FBSP, 2021), foram 6.416 civis mortos por intervenções de policiais civis e militares da ativa, contra 194 policiais vitimados fatalmente.

O que o Atlas da Violência (2021) traz como ilustração, é justamente o lugar do nosso campo de pesquisa, a seguir:

Operação Exceptis realizada pela Polícia Civil no Jacarezinho, no Rio de Janeiro, em maio de 2021, é um exemplo sintomático desse grave problema. A Operação visava cumprir 21 mandados de prisão, mas terminou cumprindo apenas três e resultou na morte de 28 pessoas; algumas, segundo narrativas dos moradores, por execução (BRASIL, 2021a). Casos como estes evidenciam a necessidade de que o Poder Público e, em particular, o Ministério Público e a Justiça ajam de forma efetiva para suprimir o que tem sido denunciado como execuções sumárias (MEPCT/RJ, 2021) e garantir o controle das polícias conforme estabelecido na Constituição Federal e preceituado no Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei–CCEAL⁹ (ONU, s/d) e nos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei¹⁰. Atlas da Violência (2021) p. 14.

Vale lembrar que a base do comportamento do Estado através da sua corporação para tamanha letalidade, e violência junto a população, é resultante do período do Golpe Militar que tinha o Auto de Resistência¹¹ como justificativa de suas ações. Com isso mais de 70% de todas as pessoas mortas por assassinato no Brasil em 2012 eram negras, e esses dados seguem até os dias atuais.

⁹Adotado pela Assembleia geral das Nações Unidas, em resolução N° 34/169 de 17 de dezembro de 1979.

¹⁰ Adotados no 8º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Tratamento dos Delinquentes (ONU,1990).

¹¹ Tem amparo no Artigo 292 do Código de Processo Penal, sendo criado em 1969, após o AI-5, como medida interna da polícia, a fim de justificar e minimizar a prisão em flagrante de policiais autores de homicídio.

Figura 15 - Charge sobre a violência policial



Fonte: Charge de Carlos Latuff, CC BY-N.

Quem vai de graça pro presídio
 E para debaixo do plástico
 Que vai de graça pro subemprego
 E pros hospitais psiquiátricos
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 (Elza Soares, A carne, 2002.)

Neste capítulo, o nosso objetivo foi apresentar como as transformações produtivas e no mundo do trabalho que ocorrem no mundo se realizam nos lugares, dentre os quais, os bairros do Jacaré/Jacarezinho, nosso recorte empírico. Nos importava compreender a particularidade desses bairros que cresceram tendo a indústria como grande motor. Diante desse pressuposto, conseguimos perceber um conjunto ampliado de impactos, de tal modo que as perdas econômicas e de postos de trabalho, dimensionam os conflitos de classe e repercutem na organização social e sindical locais. Além disso, considerando a formação socioespacial dos bairros analisados, em consonância com aquilo que marca o processo histórico brasileiro, entendemos que seja fundamental apresentar conjuntamente os elementos de gênero, raça e classe na compreensão das transformações, tal como nos propõe fazer Davis (1981). Entendemos que isso também seja necessário tendo em vista a nossa vivência como mulher, preta, trabalhadora e militante da luta sindical, que conviveu com tais mudanças, trazendo da experiência elementos que visam enriquecer a pesquisa. Assim, o nosso terceiro capítulo objetiva uma análise posicional e interseccional transmutada em nosso meio social, ao longo do tempo. (Collins, 2023).

3 GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

A estratificação humana, econômica e social, política e cultural fazem parte do processo histórico das relações de poder, da história de surgimento de nossa nação, assim como a triste história da formação do povo brasileiro, com as marcas da escravização e das opressões vividas ao longo da construção dessa nação.

Esse trabalho de dissertação busca trazer uma reflexão sobre as novas tecnologias e as reestruturações produtivas ocorridas a partir dos anos de 1990, seus impactos e suas consequências no cotidiano da classe trabalhadora, em especial desses trabalhadores advindos de bairros operários, históricos e culturalmente negro, como o bairro do Jacaré/Jacarezinho aqui em destaque.

E tendo em vista o meu papel de pesquisadora dentro de uma realidade que vivi como mulher negra operária, ex-dirigente de um sindicato operário centenário, e do movimento negro, busco trazer questões na pesquisa que podem também identificar que no contexto das estratificações, as mulheres negras fazem parte de um grupo social de maior vulnerabilidade economicamente, mas de muita força emocional, espiritual historicamente codificada. Mas que ainda hoje permanece na base da pirâmide econômica e social. Da mesma forma que politicamente traz a força e a grandeza da transformação da dor em alegria, do luto em luta. E sobre isso diz Davis (2017): “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

É sob esse aspecto que trazemos a reflexão das mudanças produtivas, sociais e econômicas, que se inicia na década de 1990, pelo seu contexto político e econômico na conjuntura nacional e internacional, pela sua grandeza com referência aos movimentos sociais (Movimento Sindical/Juventude/Mulheres/Negro e Federações de Favelas), urbanos, resultante da condição histórico e social em processo de desenvolvimento baseado na mão de obra escrava no primeiro momento, na exclusão da população negra do progresso decorrente do desenvolvimento econômico industrial no segundo momento, e do processo de genocídio em curso nas favelas e comunidades das grandes metrópoles do país, como é o caso da favela do Jacarezinho na cidade do Rio de Janeiro nos tempos atuais.

A ausência de políticas públicas sentida pela comunidade através da falta de investimentos em estrutura e infraestrutura, a exemplo da saúde, educação, moradia, cultura e

emprego, deixa nítido a quem serve a estrutura do Estado, deixando ver que a sua presença só se estabelece pela força, oferecendo à população um cotidiano de violência e desesperança.

Essa forma de atuação é resquícios da escravidão, mas que se intensifica no início dos anos 90 com a abertura política e econômica do país junto a reestruturação industrial ligado a Terceira Revolução Técnica Científica, que teve como consequência um intenso período de falência de pequenas e médias empresas, e a perda de postos de trabalho nas grandes empresas, resultando em alto nível de desemprego, empobrecimento e miséria para a população, e em particular para a população negra. Dessa forma fica nítido o que Almeida (2009), conceitua de Racismo Estrutural.

A década de 90 foi de grande potencialidade, do Fora Collor ao Brasil Outros 500. A força das reivindicações por um Brasil para Todos, era a pauta de virada de chave. Impulsionados pela Constituinte de 1988, os anos 80/90 que simbolizavam as Décadas Perdidas na economia, do ponto de vista político foi um ganho, um salto de qualidade.

Para nós do Movimento Negro, as engrenagens estavam azeitadas, A Constituinte em 1988, foi um marco pela democracia, com o simbolismo dos 100 anos da Abolição, Os anos 90 trazia a mobilização sobre os 300 anos de Imortalidade de Zumbi, e ainda no finalzinho dos anos 90 a preparação do Brasil Outros 500.

Essas décadas foram marcadas pelo intenso debate sobre o mito da “Democracia Racial”. O reconhecimento das desigualdades raciais e suas consequências precisavam ser ponte de reflexão para as políticas de Estado, mas também para as políticas dentre e entre os movimentos sociais. O mito da democracia racial era como correntes com o peso dos 500 anos de formação do povo brasileiro.

A luta antirracismo estava pautada, as representações se faziam necessárias, os movimentos sociais precisavam corresponder, e estavam em plena consonância com a pauta.

Em agosto de 1993 a CUT organizava a CNCDR (Comissão Nacional de Combate à Discriminação Racial). Uma das bandeiras era o reconhecimento de Zumbi como herói nacional, a Desmistificação do Mito da Democracia Racial, e o nosso eixo era a Igualdade de Oportunidade na Vida e no Trabalho, contando com o apoio dos movimentos sociais negro (UNEGRO, MNU, Pastoral do Negro e outros). Com isso elegíamos de forma consciente o primeiro presidente negro da CUT - Central Única dos Trabalhadores - Vicentinho - Vicente Paulo da Silva.

Em 1995 organizamos nacionalmente a Marcha 300 anos de Imortalidade de Zumbi, em 1998/99 mobilizamos o Brasil Outros 500, participamos da Pré conferência Mundial no Contra o Racismo no Chile, na organização da Conferência Mundial Contra o Racismo, a

Xenofobia e a Intolerância Correlata em Durban, e construímos juntos aos movimentos sociais negros a SEPPIR - Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial.

Dar continuidade até os dias atuais, falar da luta pelas cotas e dos direitos das empregadas domésticas.

3.1 Do trabalho escravo ao trabalho assalariado

Podemos iniciar esse diálogo entendendo que não existe capitalismo sem racismo. E que deva ser entendível que a formação do Estado Brasileiro tem como base econômica, política e cultural a mão de obra escravizada. Do Brasil Colônia a República do Brasil. A abolição lenta, gradual e segura não nos aboliu da estrutura do Estado escravista, e pouco menos do Estado capitalista, que submete e escraviza toda uma classe, com objetivo de uma lucratividade que mantém a condição histórica e econômica de uma outra classe, a burguesia, fortalecendo as velhas estruturas oligárquicas, e aprofundando as desigualdades, o abismo socioeconômico, e a segregação socioespacial. E sobre essa questão diz Almeida (2019):

Por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. De tal sorte, quanto ao processo histórico também podemos dizer que o racismo se manifesta:

- a) de forma circunstancial e específica;
- b) em conexão com as transformações sociais

[...] Já ressaltamos anteriormente o fato de que, apesar da determinação formal de aspectos como a economia, o Estado e o direito (formas sociais),⁴² cada sociedade possui uma trajetória singular que dará ao econômico, ao político e ao jurídico particularidades que só podem ser apreendidas quando observadas as respectivas experiências históricas (formações sociais). O mesmo se passa com o racismo, porque as características biológicas ou culturais só são significantes de raça ou gênero em determinadas circunstâncias históricas, portanto, políticas e econômicas. Daí a importância de se compreender o peso das classificações raciais, não apenas na moldura dos comportamentos individuais ou de grupos, mas na definição de estratégias políticas estatais e não estatais (Almeida, 2019, p 36).

A abolição lenta, gradual e segura foi o preço da tal liberdade que ainda não raiou, foi o preço que pagamos para manutenção das classes dominantes, e de seus privilégios sobre a terra, a produção econômica, política, jurídica, educacional, social, cultural e das vidas, das vidas da população negra, marginalizada e apartada desde sempre. Em um país estruturado no

racismo, o machismo, o classicismo, a raça define, e engendra a condição da Biopolítica/Necropolítica.

Essas são questões que são de ontem, de hoje e de amanhã, e nos remete à análise de que a abolição não significou o fim de uma sociedade escravagista, o trabalho ainda não é livre, e a população negra sofre da demanda desse Racismo Estrutural, dessa Discriminação direta e indireta, nas condições e relações de trabalho, nas condições de moradia/habitação, do acesso a educação, a cultura, e do direito a saúde. Essas condições de supressão das necessidades humanas, são formas de violência simbólicas que atravessam séculos, nos conduzindo das senzalas às favelas. Mas historicamente, como nas senzalas, é nas favelas que o pau quebra, o coro come, e a vida segue sem se fazer existir. Nas comunidades/Favelas, a violência se apresenta de todas as formas, e a mais truculenta possível. Pois o medo, a violência e a resistência vem desde o Brasil Colônia até a República do Brasil.

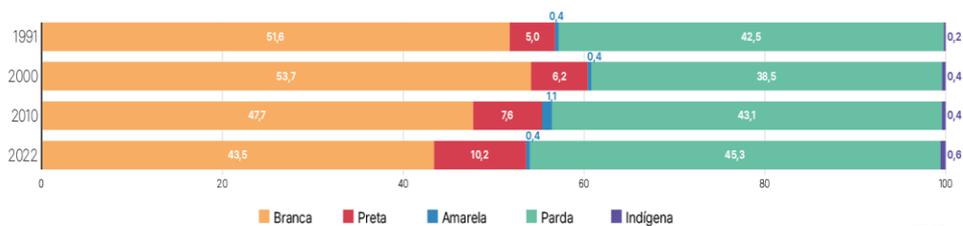
Ainda que nós tenhamos vencido o Primeiro Congresso Universal de Raças¹², em 1911 em Londres, e que dentre tantas e variadas as pautas, a previsão para a redução da população negra do Brasil, por meio da miscigenação ocorreria em cem anos, foram vencidas e comemoradas com o resultado Censo do IBGE em 2010. Mas o cenário continua o mesmo, mesmo o Brasil sendo a segunda maior população negra fora da África. Em 2010, o IBGE divulgou o resultado do Censo Demográfico que mostrou o poder da resistência, da resiliência e da identidade da população parda e negra, quando nós chegamos a 50,7%, maioria da população brasileira.

Figura 16 - Censo Demográfico do Brasil

Proporção da população residente no Brasil, por cor ou raça* (%)

De 1991 a 2022

*Informação fornecida por autodeclaração.



Fontes: Censo Demográfico 2022: Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade - Resultados do universo; Agência IBGE Notícias



¹² O Congresso Universal de Raças tinha como objetivo, “discutir, à luz da ciência e da consciência moderna, as relações gerais existentes entre os povos do Ocidente e do Oriente, entre os assim chamados brancos e os povos de cor, com a intenção de encorajá-los a um amplo entendimento, com os mais amigáveis sentimentos, e a mais saudável cooperação” (Spiller, 1911 a. p. XIII).

Contudo, a confirmação do crescimento da população parda e negra nos últimos 30 anos não significou mudança nas relações econômicas, sociais, e nem na estrutura de poder do país. A discriminação direta e indireta são fatores objetivos na condição de igualdade oportunidade e de condição. Esse apagamento político, econômico e sociocultural é um tripé importante no racismo estrutural. E segundo o Geledés¹³. Essas diferenças aumentaram no ano de 2019, assim como o recrudescimento com tudo que se relaciona como direitos humanos, durante o governo Bolsonaro.

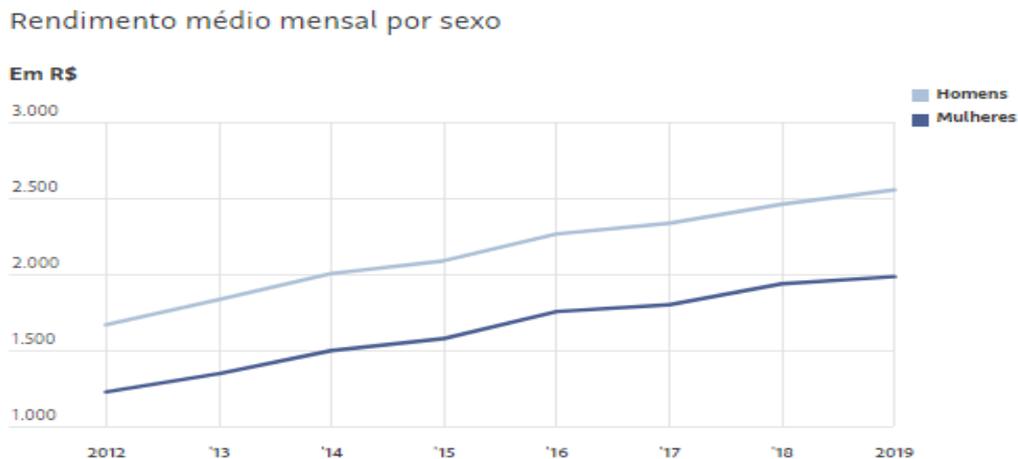
A diferença de rendimento entre trabalhadores brancos e pretos aumentou em 2019, atingindo o maior patamar desde 2016, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

De acordo com a pesquisa divulgada pelo instituto, a renda média mensal dos pretos equivalia a 55,8% da dos brancos.

O rendimento médio dos trabalhadores brancos foi de R\$ 2.999 em 2019. Já os pretos tiveram rendimento médio de R\$ 1.673. Foi a segunda maior diferença da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, perdendo apenas para 2016.

Os trabalhadores que se declararam pardos tiveram em 2019 renda média de R\$ 1.719 por mês. O valor equivale a 57,3% do rendimento médio dos brancos. Nesse caso, porém, a diferença se mantém praticamente estável nos últimos anos, após uma queda em 2016. (Geledés, 2020)

Figura 17 - Rendimento médio mensal por sexo



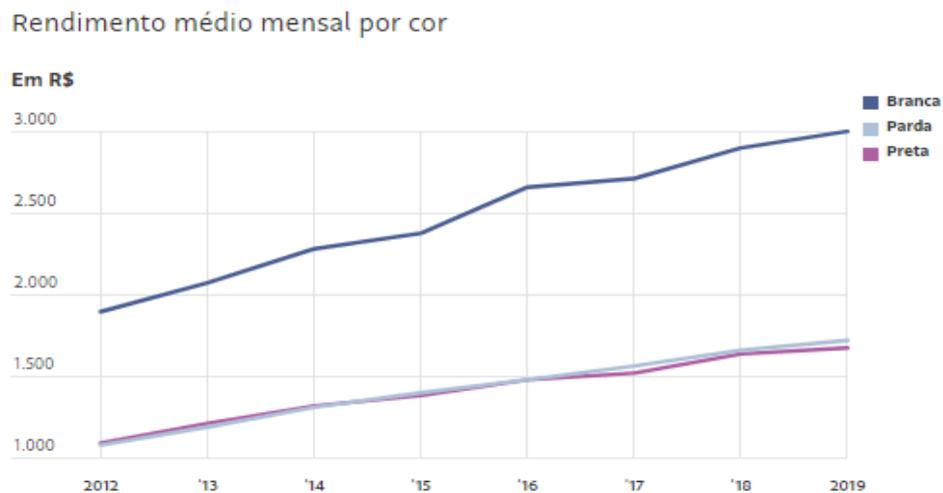
Fonte: IBGE

Seguindo com os dados do IBGE, fica nítido que quando se trata das discriminações salariais entre homens e mulheres, as desigualdades persistem. Em 2019 tem-se a impressão

¹³ A Geledés é uma organização política brasileira de mulheres negras contra o racismo e sexismo, tendo como principal objetivo erradicar a discriminação presente na sociedade que afeta indivíduos com essas características. Atua nas áreas de ação política e social, em âmbito racial, de gênero, educação, saúde, comunicação, mercado de trabalho, pesquisa, políticas públicas, e todas as interações com direitos humanos.

de um recuo nos rendimentos entre os gêneros no país. Conforme os dados, a renda média das mulheres era equivalente a 77,7% da dos homens. A diferença é maior do que os 78,8% de 2018, mas mostra evolução em relação aos 73,6% de 2012. Houve também uma evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho, que em 2012 era de 41,6%, e no ano de 2019 sua participação sobe para 43,2% da população ocupada.

Figura 18 - Rendimento médio mensal por cor



Fonte: IBGE

Rendimento por nível de escolaridade - 2019



Fonte: IBGE

De acordo com Geledés, os trabalhadores declarados pardos tiveram em 2019 uma renda média mensal, equivalente a 57,3% do rendimento médio dos brancos. E essa diferença se mantém praticamente estável desde 2016, quando houve uma pequena queda. Uma outra pesquisa também do IBGE mostra que em 2019 houve crescimento no rendimento dos trabalhadores em instrução, que subiu 9,03%, de R\$842 para R\$918 por mês. A população com ensino de nível superior completo cresceu 2,22%, de R\$4.997 para R\$5.108 por mês.

Já em 2019, a taxa de desemprego caiu para 11%, contra 12,3% no ano anterior, com o crescimento do número de trabalhadores informais, que atingiu o maior nível desde 2016. No primeiro trimestre de 2020, o desemprego voltou a subir, já sob o efeito da pandemia de coronavírus, chegando a 12,2%.

É importante entender uma dinâmica no mercado de trabalho, é que quanto menor o nível de escolaridade, menor a renda, menor a condição de se manter empregado, e maior as desigualdades sociais futuras, pois indica baixo índice de formação profissional. Entendendo também que as más condições nas estruturas escolares, e a baixa qualidade de aprendizagem, diminui as oportunidades de emprego.

O grande desafio para o Estado e município do Rio de Janeiro é o crescimento da indústria de transformação, da construção civil, do turismo, todo e qualquer movimento em direção ao aquecimento da economia, e que possa pelo menos mitigar o desemprego, o trabalho informal e conseqüentemente as várias formas de violência vivenciada contínua e cotidianamente pela população, que sim é de maioria negra.

As eleições de 2016 e 2018 consolidaram o retrocesso político, econômico, social e histórico. A falta de investimento econômico, de vontade política e de gestão dos governos federal, estadual e municipal traz, para além do esvaziamento do parque industrial, um forte impacto para essa população que vive do trabalho.

3.2 Das representações políticas à estrutura do poder

Do ponto de vista da representação política, e das relações de poder, se faz necessário uma nova forma de fazer, tratar e representar as relações sociais e sua composição. A velha política não traduz esse cimento social. As novas representações não estão representadas nas estruturas de poder. As tentativas de mudanças no contexto cenário, para uma maior participação das mulheres na política foram aprovadas inicialmente em 1995, com a

proporcionalidade com mínimo de participação de 20%, Lei nº 9.100/95 em seu artigo 11, §3º, trazendo a seguinte redação: “ Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (Brasil, 1995). Diante das críticas e mobilização por igualdade de oportunidade e de condições, e pela pressão impulsionada pelos movimentos sociais de Mulheres. Esse debate foi amenizado com a Lei nº 9.504, sofreu alterações trazendo a seguinte definição:

Os 30% de lugares a preencher tanto podem ser reservados para mulheres como para homens; por conseguinte, os 70% de lugares restantes serão, obrigatoriamente, preenchidos por candidato do sexo oposto ao que preencheu os 30% de lugares iniciais. sendo assim, a vaga remanescente do sexo feminino não se poderá preencher com homens, e vice-versa (Brasil, 1995).

Entendendo que “Democracia não se faz sem Igualdade Racial”- CTB¹⁴ (2010), a luta pela representação da população negra nos espaços de poder sempre existiu, sua baixa representação tem sua origem histórica e econômica na formação do Brasil. Mas a história também se faz como testemunho das lutas dessa população pela liberdade, pela vida, pelo direito de produzir, de comercializar, de firmar sua fé, de constituir sua cultura, de pertencer, de resistir e restituir sua identidade. Os Quilombos representaram essa potência, e as favelas a representam hoje, e como tal devem ser compreendidas. Como um espaço de oportunidades, e representação, e não como um manancial de votos (curral eleitoral), mas sim um celeiro de lideranças, representando esse novo tabuleiro, esse novo tempo, essa nova forma de Ser e de Fazer política.

As Favelas tem seu valor político e social, não mais negativamente como signo de exclusão, não mais como reserva de mão-de -obra barata, ou como manancial de votos. Mas como potência. E é essa representatividade que está em disputa. E é essa representação pode ser constituída no Projeto de Lei 4041/20, que de acordo com Agência Câmara de Notícias, o projeto prevê que os partidos reservem cotas mínimas para candidaturas de afro-brasileiro nas eleições nas três esferas da casas políticas. De acordo com a autora do Projeto de Lei, a Deputada Benedita da Silva (2020): “Existe ainda no Brasil uma sub-representatividade de pessoas negras em poderes eleitos, o que não condiz com a realidade brasileira, em que mais de 50% da população se autodeclara negra”.

¹⁴ CTB - Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil/ campanha da Secretaria de Igualdade Racial em 2010.

Figura 19 - Marcha das Mulheres Negras



Fonte: Tânia Rêgo/Agência Brasil.

A campanha Mais Mulheres na Política, Mais Mulheres no Poder, foi a mobilização que mais tomou corpo a partir do ano de 2016¹⁵ aos dias atuais, pela sua envergadura. Mais Mulheres no Poder é um fator de mobilização em toda a estrutura social, política, cultural e ideológica. Vai de uma ponta a outra debatendo as diferenças dentro da igualdade, que é o fator mulheres negras e brancas, e as condições de diversidade, pluralidade e equidade.

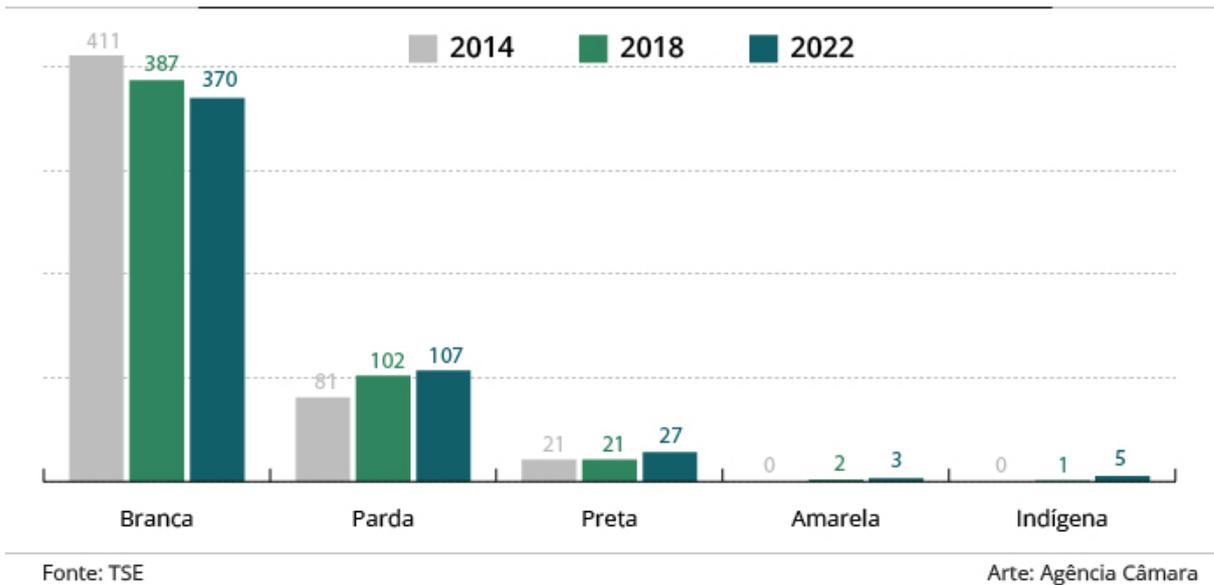
De acordo com o IBGE, dos 513 deputados federais eleitos em 2018, 104 se reconhecem como pardos (20,27%) e 21 se declaram pretos (4,09%), totalizando 24,36% de deputados negros. Com objetivo de superação desse cenário político, o texto prevê igualdade de condição no tempo de propaganda eleitoral, na participação do fundo eleitoral, disponibilizando dentro dos 30% da reserva de vagas para mulheres a igualdade de oportunidade, prevendo 50% para mulheres negras e 50% para mulheres brancas.

A contribuição do Projeto de Lei 4041/20, traz a perspectiva de descortinar as relações políticas e ideológicas dentre e entre os movimentos sociais e partidários. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), disponibiliza uma ferramenta dentro das suas normativas, que é a forma de distribuição desse financiamento, respeitando a diversidade de

¹⁵ Em 31 de agosto de 2016, foi o dia em que o mandato da 1ª mulher e então Presidente da República Dilma Rousseff foi interrompido.

gênero e raça. Fazendo transparecer as relações utilitárias das plataformas de campanha eleitorais, dos estatutos partidários, e das estruturas de direção partidária, sindicais, e dos movimentos sociais mistos. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha expõe a falta de compromisso de alguns setores políticos com a pauta sobre equidade política e social.

Figura 20 - Deputados eleitos por raça/cor



Segundo o G1, a Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira dia 11 de julho de 2024, a Proposta de Emenda à Constituição que livra os partidos políticos de multa por irregularidades na prestação de contas e também por não terem cumprido as cotas de gênero e de raça nas eleições de 2022. Essa notícia possivelmente possa nos dar a dimensão da disputa que se segue. Dessa forma, para a Agência Câmara de Notícias:

Apesar do aumento de 36,25% das candidaturas de pretos e pardos para a Câmara dos Deputados em 2022 frente a 2018, o número de candidatos efetivamente eleitos com essas características autodeclaradas cresceu apenas 8,94%. Neste ano, pretos e pardos eleitos somam, respectivamente, 27 e 107; em 2018, eles eram 21 e 102. (Agência Câmara de Notícias, 2022).

É com base nos dados acima que trazemos como experiência concreta de um espaço geográfico, contextualizado com essa realidade, trazendo as rugosidades do tempo e das transformações espaciais. O bairro do Jacarezinho. Esse bairro que pelo seu contexto histórico geográfico, apresenta um território extremamente negro. E para entender, e conhecer melhor esse território, Tavares (2019), vai nos mostrar, parte história da favela do Jacarezinho. E como foi descrito anteriormente tem sua complexidade pela composição histórica, e pela sua

formação, segundo os muitos moradores que chegaram nas décadas de 40 em diante, relatam que na construção das suas casas, encontraram grilhões de escravizados, e seus restos mortais. O ponto de referência da comunidade naquela época era a Estação Vieira Fazenda e a Rua Guandu. E onde é localizada a Favela do Jacarezinho era uma chácara (fazenda Velha).

De acordo com Rumba, no local onde os restos mortais foram encontrados, o padre construiu a Capela das Almas. E o Jacarezinho nasce dessa história, diz Rumba. O Rio de Janeiro recebeu milhares de escravizados ali no Cais do Valongo, esses negros que chegavam iam para lugares como a Fazenda Velha, hoje o Jacarezinho, onde ocorreu a maior concentração de negros no Rio de Janeiro.

Esse quilombo, hoje favela, é uma das maiores referências de território político, de consciência de classe operária, palco de resistência que se inicia com formação da própria favela com o apoio das igrejas e dos movimentos sociais (sindicais e partidários), no período dos anos de 1960. Nesse período de Golpe Militar a favela chegou a ser apelidada de moscouzinho, em função dos setores de esquerda ali organizados, como exemplo a presença dos sindicatos ligados aos setores econômicos ali localizados, como os gráficos, vidreiros e metalúrgicos. Esse movimento contribuiu no fortalecimento, e crescimento das mobilizações pela Constituinte de 1988, e posteriormente a redemocratização, a representação da esquerda no Congresso Nacional.

Para Rumba (2021), os esvaziamento sofrido pela favela nos últimos anos, vai para além da pauta econômica, e das políticas públicas, segue também no esvaziamento da consciência política, a favela que foi um parelho importante, abrigando revolucionários de várias frentes, forte no enfrentamento ao sistema, rica na politização, e grande nas ações políticas, ficou órfão. E o Jacarezinho se tornou um território de analfabetos didáticos e políticos. Esse território que sempre foi palco de enfrentamento contra o sistema, hoje se encontra desmontado por ele. A cultura de resistência, a consciência ativa, os ativistas políticos, e a associação de moradores se perdem em meio a um cenário de violência, desemprego e desesperança. Afligindo toda sua população, que sim é de maioria negra.

Nesse sentido é importante ter a compreensão que o racismo e a desigualdade têm lugar de fala, e eles gritam que temos que continuar no nosso “lugar de existência” aqui, nas favelas/senzalas contemporâneas. É a partir dessa condição diz Araújo (2020):

“(…) que se busca perpetuar a coordenada do negro como lugar através do fenótipo (crioulo), a condição social (pobre), o patrimônio cultural (popular), a origem histórica (ascendência africano), e identidade (autodefinição, e definição pelo outro). E o autor conclui que a coordenada mais fraca é o fenótipo, uma vez que a maioria

da nossa população tende para o escuro. Brasileiro é, como se deduz, o melhor sinônimo de negro; e o branco um sinônimo de não brasileiro” (Araújo, 2010).

O apartheid socio-racial que atravessa os séculos, afeta a população e as pessoas em si de várias formas, o abismo social leva essa população a uma degradação tão absurda quanto o período escravagista, nos retirando o que há de mais humano. A esperança e a Liberdade.

3.3 As formas de violência, das senzalas às favelas

A violência historicamente serviu e serve como relação de poder, como método de submissão, e de controle social. A violência tem suas formas e versões, bem como suas classificações, sendo elas diretas ou indiretas, se intensificam de forma física, moral, psicológica, sexual, econômica e social.

A violência é parte essencial desse tripé que institui o Racismo Estrutural. O povo negro conhece bem esse fato, esse fator de aprisionamento ontem e hoje. A violência física, emocional e espiritual, sofrida desde os tumbeiros¹⁶, segue, se ontem nossos corpos alimentavam os oceanos, hoje nossos corpos viram adubo. A coisificação, a desumanização da população negra persiste, e 136 anos pós abolição as formas de violência são potencializadas, reestruturadas e codificadas.

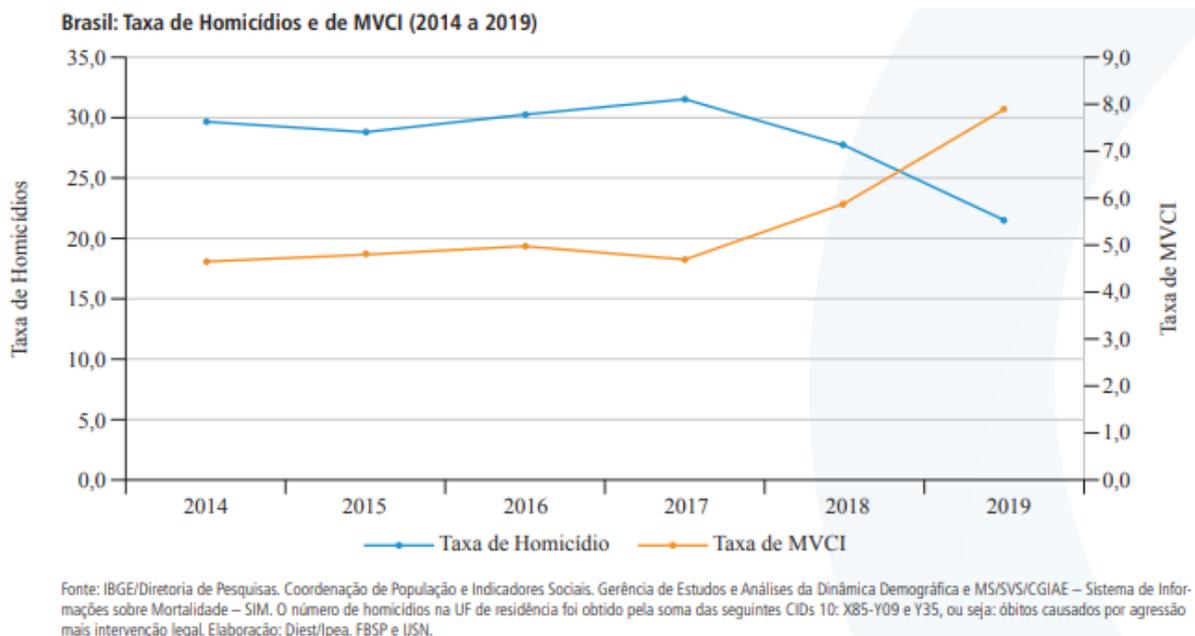
As formas de racismo relatam um tempo, uma contemporaneidade correlata, em que a perversidade se apresenta de maneira subjetiva, chamada de violência simbólica. O cotidiano da população negra está arraigado de racismo no sistema educacional, nos esportes (Futebol), na saúde (Violência Obstétrica), na cultura (Discriminação de Gênero/Raça), na religião (Racismo Religioso), no mercado de trabalho (Estratificação Salarial), na habitação, e no auto índice de encarceramento da população negra. E desta forma incide o Racismo Institucional (Ação do Estado/Necropolítica. Desta forma os açoites, os calabouços e as torturas preservadas até os dias atuais são resquícios da escravidão.

¹⁶ Condutor de tumba; aquele que leva os mortos para enterrar. Navio negreiro que transportavam africanos até o Brasil eram chamados de tumbeiros, porque grande parte dos negros, amontoados nos porões, morriam durante a viagem.

4 AS FORMAS DE VIOLÊNCIA LETAL

Mas para falar do Racismo Institucional¹⁷, na dimensão de violência Física, na sua forma letal com o corpo, para dizermos o quanto a vida da população negra é ceifada em um cotidiano interminável, vamos usar o Atlas da Violência de (2021), que segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2019 apresentou 45.503 homicídios no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. Já as Mortes Violentas por Causas Indeterminadas (MVCI), aquelas em o Estado foi incapaz de identificar a motivação do óbito. Esse número sai de 9.799 em 2017, e sobe para 16.684 em 2019, um aumento de 69,9%. Mas segundo o Atlas (2021), considerando o percentual de MVCI em relação ao total de mortes violentas, têm-se uma crescente que segue de 6,2% para 11,7% entre 2017 e 2019, um aumento de 88,8%. Um percentual considerável a partir do momento em que o índice de mortes violentas reduz em todas as unidades da federação.

Figura 21 - Taxa de homicídios e de MVCI



¹⁷ Racismo Institucional é qualquer sistema de desigualdade que se baseia em raça que pode ocorrer em situações como órgãos públicos governamentais, corporações empresariais privadas e universidades.

Percebendo-se que podem ter ocorrido a ocultação de dados em função da deterioração da qualidade destes através do SIM/MS, busca-se uma análise mais detalhada e verifica-se que o crescimento nas Mortes Violentas por Causas Indeterminadas - MVCI na verdade corresponde a homicídios não classificados como tais. Essa análise mais detalhada ressalta que não é um problema generalizado em todo país, mas sim na qualidade dos dados em alguns estados, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, e Bahia. Pontuando que a situação do Rio de Janeiro é dramática, por mostrar que a taxa de homicídio reduziu em 45,3% em 2019, ao mesmo tempo que a taxa nas Mortes Violentas por Causas Indeterminadas - MVCI cresceram em 2374 no mesmo ano. E conclui que no Rio de Janeiro, em 2019, 34,2% do total de mortes violentas foram classificadas como MVCI.

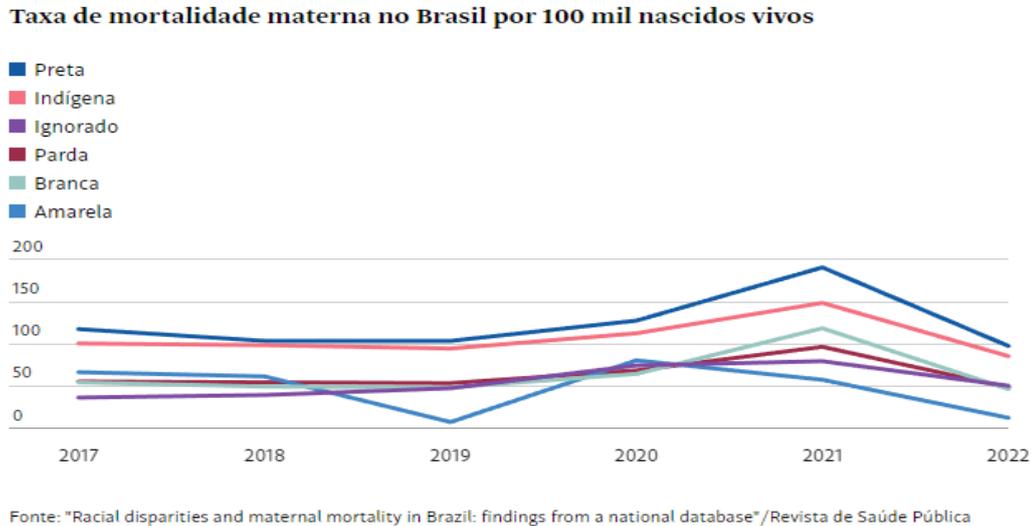
O Atlas da Violência (2021) no seu relatório institucional faz um recorte sobre o tema - Questões atuais e de riscos conjunturais futuros, e cita quatro elementos que contribuíram efetivamente com a crescente escalada de violência em alguns estados e setores no Brasil. A primeira diz respeito à política permissiva em relação às armas de fogo e à munição patrocinada pelo Governo Federal a partir de 2019. A segunda questão diz respeito ao recrudescimento da violência no campo. Segundo o relatório “Conflito no campo 2019”, da Comissão Pastoral da Terra (Canuto; Luz; Santos, 2020). A terceira questão diz respeito ao uso da violência por policiais, conjugada à ausência de mecanismos institucionais de controle quanto aos padrões institucionais do uso da força, o que propicia não apenas a vitimização de civis, mas também de policiais. E a quarta e última questão diz respeito ao risco de politização das organizações da segurança pública, em particular de policiais militares, o que coloca em risco não apenas a paz social, mas a própria democracia.

Mas quero me reportar aqui, a terceira questão tratada pelo Atlas da Violência (2021), onde trata sobre o uso da violência por policiais, conjugada à ausência de mecanismos institucionais de controle. Essa questão revela que em 2020, segundo o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021” (FBSP, 2021), o resultado desse tipo de ação do Estado significou 6.416 civis mortos por intervenção de policiais civis e militares da ativa, contra 194 policiais vitimados fatalmente. Esse fato deixa nítido o regular uso de uma ferramenta muitíssimo utilizada no período da ditadura militar, chamada de auto de resistência. Para ilustrar esse fato o Atlas traz a Operação Exceptis realizada pela Polícia Civil no Jacarezinho, em maio de 2021, e, de acordo com o relatório, esse é um exemplo sintomático desse grave problema, que é a letalidade da ação da polícia nas comunidades. A operação, que visava cumprir 21 mandados de prisão, terminou com a morte de 28 pessoas, algumas, por execução segundo moradores (Brasil, 2021).

4.1 As formas de violência na saúde da população negra

Ainda nos reportando às formas de violência, utilizaremos de ilustrações do cotidiano para demonstrar as formas de Racismos Institucional, desta vez falaremos sobre a saúde da população negra, das necessidades de políticas públicas, das representações nos espaços de poder, e da participação social para o enfrentamento do racismo, e dos seus impactos nas condições de saúde física, mental e emocional, dessa população. As formas de racismo se apresentam nas faces de discriminação direta e indireta, e isso incide no modo de acolhimento, tratamento, acesso, condição e equidade. A precariedade, e a baixa qualidade dos serviços do sistema de saúde, contribui nas condições de vida e morte da população que é de maioria negra. E mais uma vez precisamos ter a noção dos conceitos de Biopoder¹⁸ e Necropolítica¹⁹.

Figura 22 - Taxa de mortalidade materna no Brasil



¹⁸ Michel Foucault - A biopolítica tem como objetivo estabelecer mecanismos de controle que não mais incidirão sobre corpos individuais, mas sobre a população, estabelecendo censuras entre diferentes grupos sociais de acordo com interesse político almejado.

¹⁹ Achille Mbembe - Necropolítica é um conceito filosófico que faz referência ao uso do poder social e político para decretar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer; ou seja na distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer no sistema capitalista atual.

Ainda que haja avanços, eles devem ser horizontalizados para chegar até a ponta. Desde 2009, o Ministério da Saúde reconhece o racismo como determinante para a saúde da população negra, e a partir deste fato então o Ministério implementa a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Ainda assim, a população negra tem os piores índices gerais de saúde no país. Uma das questões mais emblemáticas é a mortalidade materna. Segundo a professora da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) Fernanda Garanhani Surita, mulheres pretas têm duas vezes mais riscos de morrer durante o parto, ou no puerpério, que mulheres pardas e brancas. A taxa de mortalidade materna de 2017 a 2022 foi de 67 mortes por 100 mil nascidos vivos no Brasil.

Contudo, mesmo com determinados avanços, é imprescindível que haja atenção aos períodos pré e pós-parto, com a finalidade de proteção e tratamento nas condições potencialmente fatais, diz Surita (2024).

4.2 O encarceramento como controle social

A prisão como forma de humilhação, castigo e martírio do tempo do colonialismo, sofreu modificações a partir das mudanças do modo de acumulação de capital do século XVIII. O início da industrialização coincide com as necessidades do capital de controle de uma população cada vez mais pobre, miserável. De acordo com a Escola Nacional de Serviços Penais ESPEN (2021), em tal condição as pessoas passaram a cometer delitos patrimoniais, e para segurar a população que já não mais temia o martírio e as agressões, encontra-se o caminho da pena privativa de liberdade como uma grande invenção que demonstra ser o meio mais eficaz de controle social. Sobre essa questão diz Foucault:

“Pode -se compreender o caráter de obviedade que a prisão-castigo muito cedo assumiu. Desde os primeiros anos do século XIX, ter-se-á ainda consciência de sua novidade; e entretanto ela surgiu tão ligada, e em profundidade, com o próprio funcionamento da sociedade, que relegou ao esquecimento todas as outras punições que os reformadores do século XVIII haviam imaginado (Foucault, apud, pág.70)”

E ainda trabalhando as relações de poder de cada época, traduzindo a necessidade de cada arranjo econômico, o papel do cárcere dos porões aos presídios, estabelecendo poder não mais sobre indivíduo, e sim de forma coletiva, atualizando as formas do capital e da sociedade vigente para um modelo de sistema que responda a esse novo tempo. Um tempo de

privação da liberdade. Essa estrutura ideológica fomenta a construção de prisões organizadas para a correção dos apenados. E segundo Foucault:

“Com as novas formas de acumulação de capital, de relações de produção e de estatuto jurídico da propriedade todas as práticas populares que se classificavam seja de forma silenciosa, cotidiana, tolerada, seja de forma violenta, na legalidade dos direitos, são desviadas à força para a ilegalidade dos bens...“a ilegalidade dos bens foi separada da ilegalidade dos direitos.” ...” O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade”... (Foucault, 1987, *apud*, p. 74,76).

Para Foucault (1987) a finalidade da prisão deixou de ser então o de causar dor física e o objetivo da punição deixou de ser o corpo para atingir a alma do infrator. A prisão torna-se como pena privativa de liberdade e constitui em uma nova tática da arte de fazer sofrer. Com isso, a forma de controle social, fundamenta-se teoricamente no que hoje são os presídios, e sua forma de penalidade, isolando-o da família e de todas as relações sociais. Nesse sentido é importante fazer um contraponto, para não perdemos o fim da meada e ter o entendimento da violência que se trata o objetivo do encarceramento, e de quem esse poder elege como inimigo. E com esse propósito se posiciona Mbembe:

Explicita que a criminalização do colonizado, com fulcro em uma lógica de inimizade e alteridade, não enseja o restabelecimento da justiça, da ordem pública ou a autodefesa: ao contrário, se o sistema colonial criminaliza seu inimigo, o faz porque considera o colonizado como um inimigo por natureza. Desta forma, o exercício do poder de punir nas sociedades de matriz colonial, para além de seu caráter repressivo, suscitou a produção de um discurso capaz de justificar e legitimar a ordem vigente de sorte a retroalimentar as subjugações raciais em território colonial. (Mbembe 2017, p. 46).

A intervenção de Mbembe (2017), nos ajuda a compreender o papel do estado hoje, o motivo pelo qual o sistema prisional tritura corpos e almas da população, transpondo historicamente o povo preto como inimigo do sistema, e como tal questão se justifica. A população carcerária brasileira é a terceira no ranking mundial, chegando ao número de 832.295 no fim do ano passado, representando um aumento de 257% desde 2000. Segundo o Infopen (sistema de informação e estatísticas do sistema penitenciário brasileiro).

É importante observar que a estrutura ideológica das relações de poder desenvolvida pelo estado atende a propriedade privada, e ao capital. No Movimento Negro utilizamos de uma máxima, “Não existe capitalismo sem o racismo”. Aqui se aplica a tal retroalimentação e subjugação racial apresentada por Mbembe.

Segundo autor, o perfil dos presos brasileiros é de jovens e negros. Um dos reflexos dessa situação é a desigualdade racial no sistema prisional brasileiro, que revela um quadro de

exclusão e violência contra essa parcela da população. O percentual de presos entre 18 e 24 anos equivale a 19%, enquanto jovens entre 25 a 29 anos representam 24%, totalizando 43% da população carcerária. Os negros totalizam 68% das pessoas privadas de liberdade. O Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra ainda que este é também o perfil da grande maioria das vítimas de mortes violentas intencionais.

E dentro de todo esse processo de superlotação dos presídios, encontra-se um número expressivo de pessoas aguardando julgamento, agravando os problemas já existentes. O crescimento da população carcerária já é uma questão global que tem se expandido cada vez mais nos últimos anos. Resultado de mudanças no uso da prisão como “instrumento de controle e gerenciamento do crime”.

Tal realidade fez o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecer que, diante da quantidade de presos e número de celas, entre outros problemas do sistema carcerário, o Brasil enfrenta o “Estado de Coisas Inconstitucional” e uma violação dos direitos fundamentais e humanos dos presidiários.

Os cinco estados que apresentam as maiores populações carcerárias são São Paulo com a maior população carcerária do país, 209,4 mil em seguida Minas Gerais, 70,5 mil, Rio de Janeiro com 53,1 mil, Pernambuco, 48,4 mil e Rio grande do Sul 41,3 mil.

4.3 Violência contra a mulher - violência humana

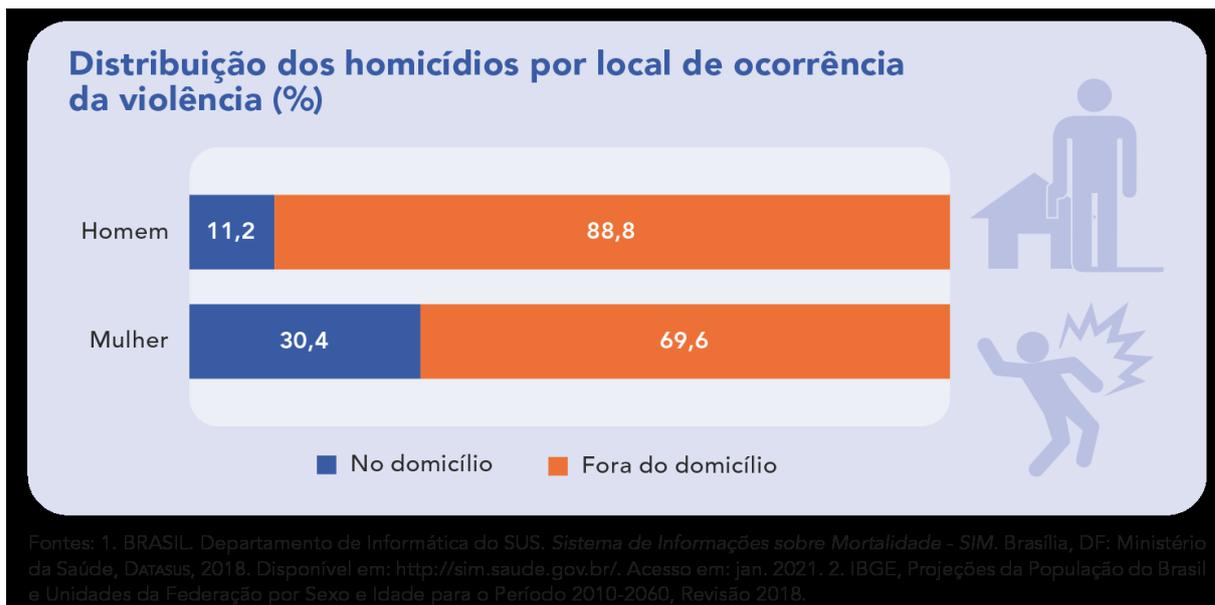
O Patriarcado enquanto sistema sócio político-ideológico, deixa suas marcas histórica, cultural, e econômica. Deixa suas marcas também na vida das pessoas que fazem parte da rede de proteção e de afeto da vida dessas mulheres oprimidas por esse sistema que segue forte até os dias atuais triturando corpos e almas. O patriarcado é um bom debate dentro movimento feminista, entendendo que este sistema não representa as mulheres negras, visto que no sistema escravagista não existia diferenças entre sexos dentro do modo de produção. Mas essa polêmica é secundária nesse momento. O importante é que essa relação de poder atravessa signos e estratificações históricas como raça e classe. A outra ponta importante é a contradição sugerida de que, ainda que o patriarcado não represente as mulheres negras, a relação de poder exercida pelos homens em sociedade, faz das mulheres negras um grupo de maior vulnerabilidade. O combate à estrutura patriarcal é uma batalha de todos, e simboliza

mais do que derrubar ou confrontar um sistema, significa esperar a vida, lutar pela dignidade, e , e pelo direito à liberdade.

Segundo o IBGE (2024), a violência contra a mulher cresceu no Brasil em 2023. Dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apontam que o número de feminicídios subiu 0,8% em relação ao ano anterior. Foram 1.467 mulheres mortas por razões de gênero, o maior registro desde a publicação da lei que tipifica o crime, em 2015. Também foram verificados aumentos nas taxas de registro de agressões em contexto de violência doméstica (9,8%), ameaças (16,5), perseguição/stalking (34,5%), violência psicológica (33,8) e estupro (6,5%).

Nesse país de cultura e estrutura patriarcal, a autoridade e o poder político, econômico é masculino e branco. O fenômeno do feminicídio definido na Lei nº 13.104/ 2015, classifica as formas de violência contra a mulher quando trata do homicídio, da violência doméstica, ou familiar, o menosprezo e a discriminação a condição de ser mulher. Segundo os indicadores do IBGE, todas essas taxas quando comparadas as taxas de homicídios entre as mulheres pretas ou pardas e as brancas, tanto no domicílio quanto fora dele, nota-se que a questão de cor ou raça tem um peso significativo. No domicílio, a taxa para as mulheres pretas ou pardas era de 34,8% maior que para as mulheres brancas: fora do domicílio era 121,7% maior.

Figura 23 - Distribuição dos homicídios por local de ocorrência da violência



Esses dados contribuem para uma forma de reflexão crítica sobre as estruturas de poder e opressão que vão do Brasil Colônia à República Federativa do Brasil, e desnuda o

grande abismo entre o direito constituinte e o direito à vida. Entre o real e o possível. No Artigo 5º da Constituição, no inciso VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direitos a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Desta forma combater a tripla discriminação (gênero, raça e classe), desconstruir estereótipos, preconceito discriminações direcionadas em especial as mulheres negras é o caminho que se aponta dentro de uma plataforma potente do Fórum de Mulheres Negras que é o Bem Viver.

4.4 O poder da violência simbólica: não criamos filhos nem para matar, e nem para serem mortos

A violência é a materialidade do poder, o poder de um homem sobre outro, que, de acordo com Marx, reside naquele que possui os meios materiais de produção de capital, e pela luta de classes, que evidencia essa forma de domínio político, ideológico, cultural e econômico, expressadas no corpo e na mente desse inimigo dominado, existente na humanidade desde seu princípio. Para Weber, o poder é a imposição da vontade de uma pessoa ou instituição sobre o outro. E para Foucault essa relação em um contexto contemporâneo vai para além da relação de poder que se posiciona no físico, mas dessa condição na emoção coletiva e individual. Essa forma invisível do poder de subjugação, submissão, e domínio é de tal grandeza que condiciona o submetido à culpa pela violência vivida. Essa invisibilidade sentida pela população pobre e preta, que historicamente tem a violência como uma realidade cotidiana desde as cercanias do Engenho Novo no Brasil Colônia, até o bairro do Jacaré/Jacarezinho na República do Brasil, é máquina de moer gente.

Nos tópicos anteriores, buscamos mostrar as formas de violência e como somos afetados dentro desse espectro; o quanto a estrutura do racismo se posiciona e condiciona o elemento viver, o quanto somos excluídos das igualdades de oportunidades e de condições, e de quanto esse fator nos limita a possibilidade de vida, de viver. Foi assim ontem, é assim ainda hoje. A favela do Jacaré/Jacarezinho não é diferente de nenhuma outra comunidade das grandes metrópoles brasileiras, ela é resultado do desenvolvimento industrial e urbanístico

que hierarquicamente levou a população a um lugar aqui no município do Rio de Janeiro: o subúrbio.

Esse subúrbio que cresceu decorrente do desenvolvimento industrial dos anos de 1960, hoje sofre com desaceleração econômica e a desindustrialização recorrente aos anos de 1990/2000, resquícios da 3ª Revolução Industrial, e do modelo econômico do período (abertura neoliberal). O movimento de esvaziamento no bairro, seja pela abertura econômica, pela reestruturação produtiva, guerra fiscal, ou de interferência local (as cotas do tráfico), o resultado foi o fim de postos de trabalho, precarização e rotatividade, e o desemprego. Impactando significativamente o comércio local, o custo, e a qualidade de vida da população quando tem de sair do bairro para buscar condições de trabalho, despendendo mais tempo e recurso no trajeto casa/trabalho.

A favela do Jacaré/Jacarezinho sabe mais que nenhuma outra comunidade o peso de viver entre violência, a pobreza, e a desesperança. A favela que foi quilombo, aparelho,²⁰ território de luta, e resistência sofre com o esvaziamento político, econômico, e sócio cultural. Os anos 90 no mercado de trabalho traz a acidez da 3ª Revolução Técnico Científica/Reestruturação Produtiva (novas relações e condições de trabalho), e nas relações sociais a chamada reengenharia do tráfico (reorganização do Comando Vermelho, nas favelas e comunidades carioca/violência nos anos de 1994/95). E por seguinte os anos 2000 traz a pá de cal, pois as empresas dos setores de eletro-eletrônica, e outras que se estabeleciam na favela e no seu entorno, por motivos econômicos (reestruturação) e sociais (tráfico), abandonaram a área, desempregando uma boa parte dos moradores da favelas e neste caso, a maioria desses desempregados eram as mulheres. As empresas de maioria mulheres que saíram da área de acordo com diretor do sindicato, nascido e criado na favela Severino Lourenço, foram as empresas: Kibon, CCPL, Gillette, Eletromar, Cisper, e por fim a gigante GE. Desta forma o Rio de Janeiro é tomado pelo crescimento do tráfico, e o Jacarézinho volta a ser palco, desta vez da mais ampla forma de violência, pois agora a população está encurralada em um fogo cruzado, entre a mão armada do tráfico, e o braço forte do estado.

Esse território remonta nos dias atuais, o Pós-abolição, onde todo um povo/uma população é excluída do sistema, ficando sem eira, e nem beira²¹ exposto a toda sorte de violência. O grande diferencial para além da questão do “tempo”, é que o Pós-abolição

²⁰ Aparelho, no contexto da ditadura militar refere-se ao lugar que servia como refúgio para organização política clandestina, com objetivo reunir, confeccionar materiais, armas e dinheiro e outros.

²¹ Pessoas sem bens materiais, sem posses. Eira é um terreno de terra batida ou cimento onde os grãos ficam ao ar livre secando. Beira é uma extensão de telhado que avança além das paredes externas e protege a eira. Assim sendo, que não tem eira e nem beira não tem casa e nem fonte de renda.

simbolizava a culminância da luta abolicionista pelo direito à vida, à liberdade. E a bandeira de luta desse tempo, ainda é o direito à vida, à liberdade e ao trabalho, sem avanços significativos no campo do trabalho. Os movimentos sindicais/sociais, remontam o movimento abolicionista nos dias atuais, que tem como princípio a defesa dos direitos fundamentais que é de ser, ter e existir. E entendendo a cultura e os ditados populares, um desses ditados é bem significativo, quando se diz: “você vale aquilo que você tem no bolso”. E se era assim, e assim ainda se faz. E se a máxima é valer o que se tem no bolso, o quê vale essa massa desempregada? Talvez esse ditado explique melhor o braço forte do estado, e ao mesmo tempo a sua ausência nas políticas públicas. É que um povo sem eira e nem beira, e sem nada no bolso, pode valer o quê? E se o poder é o poder do dinheiro, quanto vale um desempregado? Mas essa condição dá ao Estado, o direito às suas vidas? (limpeza étnica/eugenismo). Nesse caso o estado é presente sim, e se estabelece em pleno exercício de biopoder.

De acordo com o IBGE (2021), o Rio de Janeiro tem um dos índices mais altos de desemprego do país, com uma taxa de desocupação na casa de 17,4%, altos custos de vida, e uma significativa redução da renda, junto a um alto índice de violência. O desemprego contribui na falta de perspectiva diante da condição de esvaziamento do parque industrial.

O nível de violência é de tal monta que ceifa vidas e almas pelo simples fato de que nenhuma mãe está preparada para enterrar seu filho, para conviver em cárcere com seu filho, para viver a violência de forma sistêmica em plena condição de saúde, seja ela física, ou emocional.

A ação do Estado, nas comunidades/favelas, tem resultado não apenas nos altos índices de inocentes mortos violentamente ou encarcerados, mas também nos altos níveis de morte simbólica, a depressão. E de acordo com o Intercept Brasil (2021), que conversou com dez mulheres que tiveram seus filhos assassinados por agentes do Estado, revelou as dores de suas perdas, a impotência diante dos fatos, e a sensação de que as balas que levaram seus filhos, ainda as alvejasem a todo tempo.

Essas mães adoecidas em decorrência a violência policial, segundo o Portal Favelas não ficaram caladas e buscam a justiça pela a vida e pela a história de seus filhos, tendo como apoio a Rede de Atenção a pessoas Afetadas pela Violência de Estado - RAAVE, que buscou o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público Federal para fazer uma representação pedindo a federalização de caso de letalidade policial no Rio de Janeiro, que denuncia a estagnação e o arquivamento indevido de inquéritos de mortes provocadas por

agentes públicos. Dentre eles a Operação Exceptis (2021), conhecida como chacina do Jacarezinho, a operação mais letal da história do Rio de Janeiro.

Sobre essa forma de violência que consome as mães, a família e amigos em detrimento a vida e a memória de seus entes queridos, que diante do estado tem pecha de criminosos, a RAAVE segue dizendo:

“A preservação dos direitos à verdade, à memória, justiça e reparação é crucial para garantia do direito à saúde física e psicossocial das famílias dessas vítimas porque sem isso, o que a gente tem observado é um adoecimento muito grande dessas famílias, algumas mães chegam a morrer de tristeza ou ter outros tipos de adoecimento, e é um problema que vai como uma bola de neve, afetando a família como um todo, a vizinhança, todo um território onde aquela violência aconteceu, por isso a investigação elucida, a responsabilização e principalmente a reparação dessa violência é crucial se a gente for pensar em saúde dessas famílias, que é o foco da RAAVE”, finaliza. (Pimentel Guilherme, 2024).

A violência, a truculência, a desconsideração, e a desmoralização da população favelada do Jacarezinho foi a tônica da ocupação pela Operação Exceptis, no dia 06 de maio de /2021, revelando toda uma culminância de desprezo do Estado por um território, uma comunidade que segundo Rumba, historicamente abrigou desde os escravizados, aos operários, e os proletários migrantes de todo país. E não havendo reconhecimento desse composto sócio-cultural, a resposta do Estado pela história de resistência e luta da população do jacaré/Jacarezinho foi a seguinte de acordo com o G1:

“A operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro aconteceu em um lugar que já foi um “quilombo urbano”: a favela do jacarezinho” G1 (2021).

“A região na Zona Norte do Rio de Janeiro abrigou negros fugitivos durante a escravidão, fez parte de um grande polo industrial no século 20 e ficou marcada no decorrer dos anos pela sua enervescência cultural e sua mobilização política” G1 (2021).

9 horas de terror, 28 mortes “O pior despertar que existe”. “Esse despertador é o pior despertador que existe. Não foi a primeira vez que aconteceu, mas tinha bastante tempo que não acontecia aqui,” lembrou uma moradora de um bairro perto da comunidade, na Zona Norte do Rio. G1 (2021).

Uma outra pessoa que vive no local classificou a situação da seguinte forma: “Sensação de impotência. Descontrole total.” Áudios com pedidos de proteção se espalharam por aplicativos de conversa. G1 (2021).

O som de tiros no Jacarezinho deixou moradores da favela e de bairros próximos aterrorizados desde as primeiras horas de quinta-feira (6). Eram os primeiros minutos da operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro. Agentes da Polícia Civil ficaram na favela por nove horas -nove horas de terror para quem vive na comunidade. 28 corpos contabilizados - 27 criminosos segundo a polícia, e o policial civil André Frias, baleado na cabeça quando tentava retirar uma barricada. G1 (2021).

Em meio à troca de tiros, moradores do Jacarezinho relatam terem tido as casas invadidas por criminosos e policiais.

“Um meliante invadiu a minha casa. Como eu moro na comunidade, eu não tenho como botar para fora, entendeu? Já estava baleado, ferido, e logo, assim atrás, chegou as polícias. Nisso eles entraram, perguntaram se tinha alguém, eu só balancei a cabeça que ‘sim’, porque eu tenho família aqui dentro, eles já saíram entrando e assassinaram o menino dentro do quarto da minha filha.”

“Que Deus proteja a todos. As crianças, os trabalhadores que estão chegando para trabalhar. O bagulho tá sério.” G1 (2021).

De acordo com o sociólogo Daniel Hirata, do Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos (Geni) da Universidade Federal Fluminense (UFF), a operação Exceptis aconteceu em meio a ordem do Supremo Tribunal Federal (STF), que limitava enquanto durasse a epidemia de Covid-19, as operações policiais em favelas do Rio, poderiam acontecer apenas em casos “absolutamente excepcionais”, sob pena de responsabilização civil e criminal em caso de descumprimento da ordem, mas que havia uma violação sistemática da determinação. E afirma:

O índice de letalidade policial é um termômetro das mortes ocorridas nas favelas. “A letalidade é um bom indicador, porque a maior parte das mortes perpetradas por policiais são em operações.” Daniel Hirata, (2021).

Moradores também denunciam que alguns suspeitos foram executados.

“Quando meu filho foi se entregar num local chamado Beco do Caboclo com outros 15, eles [policiais] mataram todos. Foi a hora que meu filho parou de falar comigo”, diz a mãe de um dos mortos. Geni (2021).

A polícia nega que tenha havido execuções e diz que a ação foi planejada.

“‘Pseudo entendidos’ de segurança pública criaram uma lógica de que, quanto mais inteligência, menor o confronto. Isso não funciona assim. Quanto mais precisa a informação, maior é a resistência do tráfico (...) A polícia Civil não age na emoção. A operação foi muito planejada, com todos os protocolos e em cima de 10 meses de investigação”, disse o delegado (Rodrigo Oliveira, 2021).

Figura 24 - Operação Exceptis



Diante de tais fatos, qual poderia ser o argumento? O tempo passa, mas, como canta Elza Soares, “a carne mais barata do mercado ainda é a carne negra”.

É importante ressaltar que, contra todas essas formas de violência, existe a força e resistência de mulheres que, sem direito ao luto, pela memória e dignidade de seus filhos que tiveram a vida ceifada pelo braço forte do Estado. Refiro-me aqui às Mães de Manguinhos, mulheres pretas faveladas unidas pela dor, pela coragem, pelo direito às vidas negras, pobres, faveladas, e periféricas que dedicam-se ao acolhimento de mulheres negras, mães de vítimas e familiares da violência do Estado, a exemplo do ocorrido na favela vizinha do jacarezinho.

Nossos passos vêm de longe, desde as Quituteiras (as escravas de ganho), que através de seu trabalho criavam as condições de comprar a “liberdade”, alforria de sua família, até as domésticas, e esse compromisso não superou o tempo, e segue até os dias de hoje levando a família adiante, não deixando ninguém para trás, criando espaços seguros, restaurando emoção, condição, pertencimento, batalhando pela memória, dignidade, a vida, e o bem viver de nossos entes queridos, de nossa comunidade, de nossa história.

Neste capítulo, buscamos mostrar as letras mortas do Estado, digo as Leis que promulgamos, que defendemos, que lutamos tanto como base fundamental de Direitos Humanos, de direito à vida, à dignidade, à cidadania. Tudo isso em uma pauta que é a mais avançada em termos de direitos coletivos e individuais em um contexto internacional, que é a nossa Carta Magna, a Constituinte de 1988. Toda essa esperança de um novo contrato, por um novo tempo, calcado na restituição de nossa soberania buscando a redemocratização do país.

A importância de retratar esse fato político e histórico vem da necessidade de evidenciar que os avanços nos direitos sociais ocorridos em nosso país, emblematicamente nos 100 anos da Abolição objetivamente não significou mudança reais na condição de vida, e nas relações sociais, culturais, e econômicas da população brasileira, muito menos nas chamadas “minorias” política, as mulheres e os negros de nosso país.

A tão sonhada igualdade promulgada na Carta Magna de 1988 na Constituição Federal do Brasil, no seu artigo 5º, que nos garante a isonomia sem distinção de qualquer natureza, nos garantindo o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, são as letras mortas mencionadas acima. Precisamos dizer que em função desta realidade os anos seguintes, os anos 90 foi de luta pela consciência dessa verdade, a verdade do mito da chamada democracia racial, da necessidade de se buscar a Igualdade de Oportunidade e a Igualdade de Condições, que poderíamos chamar de cidadania.

Esse direito negado historicamente, essa condição apartada do direito de bem viver, é o racismo nosso de cada dia. Esse Estado que nos expurga, e nos reduz a números, aos índices de violência e mortalidade, nos conduzindo a esfera do biopoder/Necropolítica, é o que chamamos de Racismo Estrutural. E a nossa luta pela vida, pela dignidade, pela memória e respeito pela nossa família, nossa comunidade, identidade e pertencimento, chamamos de Reparação.

CONCLUSÃO

Quando iniciei esta pesquisa, foi com a inquietação e a centralidade de compreender o impacto da reestruturação produtiva e da desindustrialização na favela do Jacarezinho, um território majoritariamente negro, que foi o 2º maior polo industrial do estado do Rio de Janeiro nos meados dos anos 60. À medida em que o projeto foi evoluindo, suscitou questões e contextualizações que contribuíram na compreensão da formação do território, na sua evolução política, econômica e social. Porém, trouxe também a contradição e a dialética da produção capitalista, com o seu modo de produção e reprodução do espaço, da “sociedade” construtora e transformadora, além do dissolvimento desse espaço, dessa sociedade, com a ausência do sistema de produção capitalista.

Nesse sentido, a contradição apresentada foi a nitidez de que, a ausência da produção capitalista, interfere na produção social do espaço no sentido de construção e desconstrução social e econômica, alterando as condições materiais e ambientais, sucumbindo o modo de vida daquele lugar, daquelas pessoas, corroborando com a desconstrução de uma identidade histórica, social e cultural do espaço.

A dialética aparece aqui como pressuposto do movimento das contradições de classe, reafirmando o papel do capitalismo no sentido de existência da classe operária, entendendo a mesma como transformadora desse espaço no sentido da produção de riquezas, de consciências e de emancipação. Busco apresentar aqui um trabalho com a perspectiva dialética, com essa essência de movimento de contradições inerente à sociedade, com um sentido de entendimento que são essas contradições que permite a reprodução do sistema, na qual Marx denominava super estrutura.

Dessa forma, as contradições apresentadas pela dialética expõem o papel histórico e social da favela do Jacarezinho, ampliando o ponto de vista da pesquisa compreendendo e reafirmando o papel econômico, mas também seu papel político e histórico na construção espacial daquele território. Me dando vistas de uma inversão de valores na construção de meu conhecimento, de minha narrativa sobre a contribuição dos movimentos sociais no lugar, o porquê de sua potencialidade como um território de resistência. A existência dessa mão dupla, retroalimentando esse lugar antes quilombo, hoje favela, e a efervescência dos movimentos sociais, sindicais, a partir de sua essencialidade de classe, em um lugar que respira resistência e luta pela liberdade, pela vida, pelo direito de existir desde sua formação.

Isso possibilitou à pesquisa um diálogo muito simbiótico, condicionando minha atenção, ora na reestruturação produtiva e abertura econômica ocorrida nos anos 90, que contribuíram para o esvaziamento do parque industrial no bairro, ora no papel que o bairro teve no fortalecimento dos movimentos sociais no período dos Anos de Chumbo e na Campanha pela Abertura e pela Redemocratização do país, bem como no papel do Estado na construção de sub-espço e geradores de centrífugas sociais. Interpretar e compreender como o Estado estruturante do capital enxergava os trabalhadores, e essas sub-regiões. E de como essas sub-regiões dão espaço aos subúrbios e de como esses subúrbios criam espaços de estratificação populacional e habitacional, chegando ao ponto da formação das favelas como reserva/celeiro de votos, abrindo caminho para a estrutura eleitoral nos dias atuais. Permitindo assim à pesquisa essa característica mais ampla talvez.

A pesquisa nos mostra que os anos de 1990 tem um papel *sine qua non* no esvaziamento dos pátios industriais, na construção do desemprego estrutural, e na consolidação do racismo estrutural. Os anos 90 é emblemático no xadrez político das conjunturas nacionais e internacionais, na recomposição capital, e do capitalismo com a queda do muro de Berlim, e o triunfo neoliberal. Esse é um período de impacto profundo na política, na economia, na cultura e na soberania de nosso país, de nosso povo. “Coincidindo” com o aprofundamento do abismo social vivido a partir das disparidades instituídas ao longo do processo histórico de formação de nosso país. Nos anos 90, o desemprego, a fome e a miséria faziam parte da vida e dos noticiários em nossos cotidianos. E assim como em outras cidades, o Rio de Janeiro foi impactado com essa avalanche conjuntural, e os seus bairros industriais, varridos da condição social e humana do direito ao trabalho. E um dos lugares e parte importante da atuação do SindiMetal/Rio que mais sofreu com esse processo de reestruturação e esvaziamento econômico foi o bairro/favela do Jacaré/Jacarezinho.

Mas a potencialidade dos anos 90 era uma via de mão dupla, nesse mesmo período os movimentos sociais criaram grandes ações, mobilizações, construíram alianças e capilaridade envolvendo vários setores da sociedade. E isso incluía as Associações de Moradores, Grêmios de Escolas de Samba, setores da Igreja Católica, e tantos outros que contribuíram significativamente para a reconstrução da democracia de nosso país. As mobilizações repercutiam em todo país, fosse elas no campo ou na cidade, os movimentos sociais, e partidários tendo como força motriz o movimento sindical arrastou multidões, organizou milhares e tinha referência às comunidades e favela como Jacarezinho, apelidada carinhosamente de Moscouzinho. A classe operária representada por Sindicatos como as Costureiras, Gráficos, Vidreiros, Metalúrgicos, Alimentação, e Construção Civil, organizados

por local de trabalho, na base do Jacarezinho desempenharam um papel extraordinário nas batalhas eleitorais de 89, pelo Fora Collor, na Caminhada dos 100 mil, nas lutas contra a privatização da Vale do Rio Doce, 300 anos de Imortalidade de Zumbi, Brasil outros 500, e por fim, a vitória na batalha eleitoral de 2003. E essa análise é confirmada com a fala de quem é morador da favela desde seu nascimento, e o líder comunitário, diz o seguinte:

“No período que antecedeu a redemocratização, tínhamos uma presença intensa de atividades políticas e trabalhadores sindicalizados. Durante a ditadura, havia aqui um aparelho que abrigava revolucionários e uma presença muito intensa de sindicatos. Nessa época, o território cresceu muito e ficou rico na politização, gente que saía para o enfrentamento com objetivo de trazer projetos pra cá.” (Rumba, 2021).

A virada na década de 90, a chegada dos anos 2000, traz esperança, dada pela compreensão da amplitude, e radicalidade que os movimentos sociais alcançaram, a pujança imprimida no tempo de que as coisas precisavam acontecer, a necessidade de maturidade nas disputas política dentro do nosso campo (ação/das ideias), o entendimento de quem era o inimigo. E a superação do nosso ponto nevrálgico, a unidade popular. E o Jacarezinho foi campo e palco de todas essas batalhas.

Esse lugar acolhedor dos movimentos sociais, campo e palco de muitas lutas e resistências historicamente relatadas, esse lugar de efervescência e pujança, foi sendo ocupado pelo subemprego, pelo esvaziamento de seu parque industrial, pelo desemprego, e por fim pela ocupação do tráfico, resultando em todas as formas de violência.

Os meados dos anos 2000, que trouxe esperança com resultado eleitoral, só nos deu algum fôlego, pois o pior já estava em curso, o fim de alguns setores econômicos e com eles alguns postos de trabalho, foi consequência da simultaneidade de abertura econômica e reestruturação produtiva no governo de FHC. E os investimentos econômico no Estado do Rio a partir do governo Lula, através dos PPPs, do PAC, investindo em economia local, que buscavam gerar empregos diretos e indiretos na Construção Civil, e no Setor Naval, e outros. não resultou em mudança na rota de esvaziamento político e econômico em que se encontra a Favela do Jacarezinho.

Dentro de uma cultura de devoção ao trabalho, tendo este em primeiro plano como um instrumento de transformação da história da humanidade, em segundo como gerador da riqueza no mundo (instrumento de acumulação do capital) e em terceiro como controle social, o desemprego não pode ser uma opção. E mesmo sendo uma condição, se faz necessário dar

dimensão à importância da questão, onde esse desemprego se apresentasse em detrimento a uma crise, temporária e não em um formato estrutural, definitivo.

O trabalho como controle social é um produto essencialmente capitalista, enraizado culturalmente como valor de transformação econômica e social de um indivíduo, de um lugar, de um território, de uma sociedade. Não havendo indústria, não tem classe operária, não tem um bairro operário. Não havendo empresas, não têm trabalho, não têm trabalhador, por tanto não existe um pertencimento de classe.

A formação desse lugar fabril, deu espaço a formação de uma cultura operária, marxista, de uma consciência emancipacionista, um território que foi mola propulsora das grandes lutas sociais no Estado. O esvaziamento desse parque industrial, o desemprego estrutural a que se estabeleceu neste lugar, se constitui em um signo de morte, a morte de um território operário, de uma classe operária, de uma esperança emancipacionista.

Essa realidade de mutação cultural do bairro é um fato, se tratando das implicações do modelo econômico e do método organizativo dos meios de produção à partir dos anos de 90 em diante, já se forma uma outra característica de classe, a classe trabalhadora, deixando de ser um bairro operário, dando lugar a um bairro proletário.

Fica evidente que, essa então classe operária, proletária do Jacarezinho, representada pela sua história de luta emancipacionista, sofre as consequências do remanejamento do capital, de uma desconcentração do poder público, de uma ausência de ideias e ações progressistas, agravadas com a ocupação deste espaço sócio-ambientais, e culturais pelo tráfico.

Diante do exposto nesta pesquisa, ficou nítida a potencialidade do processo produtivo, a importância do capital, da contradição capital x trabalho na evolução do pensamento social, da percepção dessa ferramenta como defesa de uma condição de vida digna. Trata-se aqui do grau de profundidade das sequelas desse conjunto político, econômico e social que resultou na falência de um bairro operário.

O objeto da tese inicial da pesquisa, sobre as sequelas da reestruturação produtiva no bairro/favela do Jacarezinho, se confirmou, a grandeza do histórico de formação do território elucidou a principalidade dos movimentos sociais naquele lugar. Foi emocionante a pesquisa, me encontrei ali, com os meus 23 anos, na entrada do jacarezinho, em meio a bandeiras, panfletos, carro de som. Era a minha primeira atividade política enquanto dirigente do SindiMetal fora da minha empresa FAET/SA, em 1993. O primeiro contato com empresa de políticas anti sindicais foi também na área do Jacaré/ Jacarezinho, a GE, empresas grandes e médias com maioria de mulheres, também na área do Jacaré/Jacarezinho e Inhaúma, tendo

como referência a GE e a Eletromar. A pesquisa foi enriquecedora para a pesquisadora, para a militante e para confirmação de minha tese de dissertação.

A metodologia utilizada como ferramenta foi o Materialismo Histórico e Dialético de Marx, o que contribuiu de maneira elucidadora na compreensão das questões que envolviam a reestruturação produtiva e a desindustrialização, o desemprego, a consequente produção de desigualdades, pobreza e violência, uma possível desintegração de uma consciência enquanto classe e o quanto essa poderia ser uma estratégia de relação de poder do Estado. Essa ideia foi conscientemente trazida ao debate, através da metodologia apresentada.

O bairro/ favela do Jacaré/Jacarezinho, apresentado e debatido nesta pesquisa, foi marcado por profundas mudanças políticas, econômicas e sociais desde a década de 1990 até os dias atuais. Os anos 2000 traz esperança, um fôlego, um alento com o resultado da batalha eleitoral de 2002. O Estado e o Município do Rio de Janeiro voltam a se reconhecer com potencialidade econômica e política no cenário nacional, os empregos chegam, as categorias comemoram os índices de inflação e os aumentos reais, o crescimento de carteiras e de novos sócios na base. É um momento ímpar de retomada nas relações econômicas e sociais, incidindo em progressão individual e coletiva.

É importante frisar que todos esses avanços, não barraram o processo de desindustrialização em curso no bairro/favela do Jacaré/Jacarezinho. Se faz necessário dizer da disposição da direção do SindiMetal na busca de solução para tais problemas que já eram sentidos e debatidos na categoria, e em bilaterais (Firjan/Sindicato/Empresa), (Sindicato/Governo do Estado), toda essa disposição política, ações práticas de flexibilização nas lutas e reivindicações não foi o suficiente para a manutenção dos postos de trabalho e do empregos. Não foi o suficiente para manter a gigante, General Electric no estado, no Jacarezinho.

A saída da GE demonstra a fragilidade do setor industrial do Estado, demonstra também problemas estruturais da economia que representam uma via de produção e reprodução de desigualdades (gênero/raça/classe), a incisão destas desigualdades no cotidiano de território empobrecido, convivente com a miséria (política/econômica) e a várias formas de violência.

Por fim, a pesquisa aponta para a possibilidade de um aprofundamento da desagregação socioespacial, de um novo rearranjo nesse território que segundo RUMBA (2021), já um quilombo, um bairro operário, hoje com as condições estabelecida pelo Estado caminha para um território de subproletários.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo LC. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho** / Ricardo Antunes.- [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]- São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BECKER, Bertha K. **A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BORGES, Altamiro. **Encruzilhada do Sindicalismo**. São Paulo: Anita Garibaldi. 2005.

CASTRO, Iná Elias de. **Território, escala de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Edmilson. **Globalização e o Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão popular, 2008. 130 p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo.2017. 15 p.

FRISCHTAK, Cláudio Roberto. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Firjan, 2008. Disponível em www.firjan.org.br/. Acesso em 24 de julho de 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Portugal : Antígona 2014,113 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: Classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo: conflitos e superações no espaço do capital**. Consequência, 2016.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção Primeiros Passos; 48).

MOREIRA, Ruy. O capítulo 24 E o segredo da atualidade analítico-estrutural do capital de Marx. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 16, p. 9-19, 2015.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2. ed., 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2021.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. Editora Contexto, 2011.

SANTOS, Milton. **O Brasil: Território e Sociedade no Início de Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: Um Estudo Sobre a Problemática Socioespacial nas Metrôpoles Brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____, Marcelo Lopes de. **Território: Geografia conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Indústria Naval do Brasil**. Rio de Janeiro: IHGB, 2002.

TRAMARIM, Eduardo. O "milagre econômico brasileiro". **Câmara dos Deputados**, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/279588-o-milagre-economico-brasileiro>. Acesso em: 28 de mar. de 2024.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. Reestruturação econômica, poder público e desenvolvimento social: possibilidades de disputas e de recomposição do poder no território. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, vol. XI, n. 245 (65), ago. 2007, Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24565.htm>. Acesso em: 15 mar 2022.

TAVARES, Fábio. **História do Jacarezinho**. Jacarezinho-RJ, 2019. Disponível em: <https://jacarezinhorj.blogspot.com/p/fundacao-do-jacarezinho.html>. Acesso em: 27 fev. 2022.

THIAGO, Cristiane Muniz. **Rio de Janeiro operário: memória dos trabalhadores do bairro do Jacaré**. PPGMS/CCH/UNIRIO, 2007. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss207.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DO RIO RECUPERAM VAGAS PERDIDAS NO INÍCIO DA PANDEMIA, DESTACA FIRJAN. **Firjan**, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021. Notícias. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/noticias/industria-e-comercio-do-estado-do-rio-recuperam-vagas-perdidas-no-inicio-da-pandemia-destaca-firjan.htm>. Acesso em: 12 mar. 2022.

RJ TEM A PIOR TAXA DE DESEMPREGO E MAIOR QUEDA NA RENDA DA REGIÃO SUDESTE. **G1**, Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/01/rj-tem-a-pior-taxa-de-desemprego-da-regiao-sudeste.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2022.

REFORMA TRABALHISTA **LEI nº 13.467/2017**. Distrito federal em 02 de maio de 2019. Disponível em <https://www/12/senado.leg.br>. Acesso em: 20 dez. 2022.

APÊNDICE A - Entrevista com os ex-Presidentes do Sindimetal/RJ

Entrevistados: Luís Chaves

Maurício Ramos

Roteiro de entrevista:

Entrevistas com do Sindicato Metalúrgico ex-Presidente Luiz Chaves (1996/2002)

1 - Qual o seu nome, onde nasceu, e foi criado?

Luiz Alberto Albuquerque Chaves, mais conhecido na categoria como Chaves, nascido e criado em Duque de Caxias,

2 - Conta um pouco sobre o início da sua vida profissional, como você chega a metalurgia, e qual empresa você trabalhou?

A minha vida profissional se inicia em nível de indústria em Salvador na década de 79, 80, no Polo Petroquímico em Camaçari. Depois venho para o Rio de Janeiro, onde passo pela Estamparia Esperança, fui convocado para o Sindicato, enquanto estava na metalúrgica Esperança, como convocado pelo presidente Valdir Vicente saí por questão política, e discordância de encaminhamentos da direção do sindicato, e logo depois, fui para a Sermetal que trabalhava para a Ishikawajima do Brasil. Participei da eleição do Sindicato em 1985, com o Washington Costa na cabeça de chapa, ganhamos as eleições, e fui diretor suplente do sindicato nessa época. Então chego na categoria em 85/86 e início de uma militância grande.

3 - Como era a categoria quando você chegou?

A categoria quando nós chegamos no sindicato em 1985, era muito desorganizada, um sindicato completamente viciado, e atrelado aos interesses dos empresários em detrimento aos trabalhadores.

4 - Qual era a pauta de reivindicação do período? E como eram as relações do trabalho?

Em 1985 retornamos ao sindicato com a nossa chapa de Oposição, que ganhou as eleições em 86, com o Washington Costa, que a luta foi grande. Mas a gente conseguiu, começamos a organizar a categoria, avançamos muitas lutas, como comissão de fábrica, Cipa, aumento real, Creche, no campo das mulheres trabalhadoras, a luta pela emancipação da mulher, o respeito

à mulher no chão de fábrica, as mulheres ocuparam espaço na entidade sindical, aumentamos o número de mulheres na direção da entidade, o reconhecimento dos seus espaços, a luta pela creche, e contra a discriminação salarial das companheiras.

Não era fácil, tinha muita briga, muita luta, muitas demissões, perdemos muitos companheiros, e companheiras no caminho, tínhamos um compromisso muito grande, nossas pautas buscavam trazer um sindicato combativo de volta.

5 - Quais os setores mais importantes?.

Nós tínhamos vários setores importantes na categoria, dentre elas o Sindirepa, Sindipeças, Setor Naval, Setor de Elevadores, Eletrônico, Eletroeletrônico, Metal Mecânica, Estamparia.

6 - Economicamente qual setor era a espinha dorsal da categoria?

O setor de maior potencialidade política e econômico historicamente, o coração da categoria, o carro chefe nas grandes lutas de maior mobilização, à exemplo das greves, passeatas, campanhas salariais. Um setor fundamental para a categoria, e a nossa espinha dorsal o setor naval.

7 - Como a reestruturação produtiva dos anos de 1990 interferiu na dinâmica das lutas do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, quando se trata do processo de redução da base e da representação sindical?

A reestruturação produtiva, e econômica, de novas tecnologias e novas formas de produção, em vários setores da categoria, foi uma derrota, um enfraquecimento muito grande para a estrutura do sindicato, milhares e milhares de trabalhadores demitidos, muitas empresas fechando as portas. Para se ter uma ideia em 85, 89 início dos anos 90 nossa categoria teve uma base de mais ou menos 200 mil na base, o terceiro maior sindicato da América Latina, tínhamos uma concentração grande na base Naval de 30 a 35 mil trabalhadores, essas mudanças na orientação produtiva, nas relação de trabalho, possibilitaram as contra propostas como a redução de salários com redução de jornada, banco de horas para não pagar hora extra aos trabalhadores, tudo isso com o argumento de não demitir e demitiram da mesma forma. Foi uma enxovalhada, um grande prejuízo que vem até os dias de hoje. Esse avanço tecnológico não serviu para geração de emprego e condição de melhorias para os trabalhadores e o sindicato.

8 - Esse trabalho de dissertação tem como objeto de pesquisa o bairro/favela, do Jacaré/jacarezinho, partindo dessa premissa, quais as consequências da saída da GE no bairro, qual foi o lastro em relação ao número de desempregados e para a organização sindical?

O estrago foi grande para os trabalhadores e para o sindicato, pois ela tinha peso fundamental na mesa de negociação. Não houve uma greve na categoria que não tivesse que parar a GE para mexer na mesa de negociação. É uma grande perda, uma grande derrota, quando você demite trabalhadores localizados em determinados bairros, você sente a pressão nas condições de vida das famílias, no comércio, a GE era uma força econômica muito grande, movimentava a economia. O bairro perde com isso, é uma derrota econômica absurda para o lugar.

9 - Qual era a importância do bairro do jacaré/ Jacarezinho na organização do sindicato?

O Jacarezinho sempre teve um papel muito importante para organização do sindicato, foi dali que saiu vários dirigentes sindicais, foi daquele bairro ali, que a gente organizava nossas lutas, a gente tinha grupos de sindicalistas, militantes de diversas correntes sindicais, que nos ajudava, participavam viviam aquele momento. Um bairro muito importante para a organização do sindicato sem dúvida.

10 - Como o sindicato organizava as relações de proximidade e sociabilidade com a categoria e no bairro/favela?

A maneira de a gente se aproximar, organizar e sociabilizar eram de diversas formas, uma delas seriam as comissões de fábrica, um elo, uma organização fundamental de representatividade, tínhamos também as Cipas, e disputávamos as Cipas com os empresários, e com isso interferíamos nas empresas e a GE não fugiu disso. Associação de funcionários, atividades, o Colégio Metalúrgico, e uma política classista de chão de fábrica, enraizada

11 - Quais ações, mobilizações você destacaria nesses anos de atuação no sindicato? Elas mudaram ao longo do tempo? Como?

Eu destacaria, fizemos muitas ações, muita política, uma atuação muito limpa, transparente. As greves gerais, a defesa da economia, da soberania, mais democracia, mais emprego e renda. O nosso papel nas grandes lutas eleitorais, quando trazemos o Lula e o Brizola em nosso sindicato em 98, as batalhas junto os Marítimos e Petroleiros com a antiga Fronape, em hoje Transpetro, a ocupação do BNDEES em 1997, a greve em 96 em que as mulheres pararam o estaleiro em arrastão. As nossas formas de atuação em trazer e abrir o sindicato

para a categoria, as lutas nacionais, as políticas públicas que defendemos, sempre tivemos como bandeira mais democracia, mais mulheres na política, o Combate ao Racismo. Buscamos fazer o melhor, o bom combate.

Entrevistas com ex-Presidente do Sindicato Metalúrgico Maurício ramos (2002/2008)

1 - Qual o seu nome, onde nasceu e foi criado?

Me chamo Maurício de Mendonça Ramos, filho único de Alfredo Ramos, o russo, operário da antiga Fábrica Nacional de Motores - FNM, de caminhões situada em Xerém, Duque de Caxias. E de Elza de Mendonça Ramos, negra, do lar. Nasci em 3/11/1959 num hospital no Rio de Janeiro devido a gravidez de risco de minha mãe, epilética. Mas, foi em Xerém a minha infância até aos 10 anos de idade.

Em 1969, meu pai foi demitido da fábrica quando da privatização e aquisição pela Multinacional FIAT, com a indenização papai comprou uma casa na Vila São Luís, aqui mesmo em Duque de Caxias, onde moro.

2 - Conta um pouco sobre o início da sua vida profissional, como você chega a metalurgia, e a presidência do sindicato?

Aos 13 anos, já morando juntos, eu e mãe, numa meia água, em frente a casa da tia Iolanda, comecei a fazer bico. Fazia carroto na feira, vendia picolé, ajudava na obra.... Aos 15 anos meu primeiro emprego de carteira assinada foi de auxiliar de serviços gerais no Palácio das Ferramentas e Máquinas LTDA no Rio. Depois, aos 16, pela manhã trabalhava na obra, à tarde estudava no SENAI, curso de ajustador mecânico e a noite fazia 2º grau. Em 1978, aos 17 anos, fui trabalhar de ajudante de encanador numa empreiteira no Estaleiro Mauá, Niterói, no turno da noite. Após seis meses passei pro estaleiro como meio oficial. Iniciando assim minha vida profissional.

Em maio de 1979, ainda no Estaleiro Mauá, participei da greve da categoria metalúrgica de Niterói, parte de uma grande mobilização nacional de luta contra o arrocho salarial da ditadura militar. Momento que inicio minha militância sindical e também conheço o glorioso Partido Comunista do Brasil.

Oriundo da indústria de construção e de reparo naval, trabalhei em várias empresas desse setor e em empreiteiras que faziam manutenção em siderurgias (CSN em Volta Redonda e Hime em Neves, São Gonçalo).

Em Niterói, em 1983 fui eleito diretor do Sindimetal ao lado do saudoso presidente do Sindicato Abdias José do Nascimento.

Em 1986 vim para o Rio ajudar a oposição sindical. Em 1987, é eleita a chapa de oposição, fruto da unidade das forças operárias no chão de fábrica (PT, PDT, PCdoB e independentes). Tendo a frente o também saudoso presidente Washington da Costa ao lado de companheiros como Roberto Silva, Renato Arthur, Jaime Santiago, Tavares, Luiz Chaves, Silas, Carlos Manoel, Lilia da GE, Inês, Fátima Duda, Maria da Remington, entre outros. Foi um mandato de muitas greves por melhorias das condições de trabalho e de salários.

Em 1990, Carlos Manoel sucedeu Washington na presidência do sindicato. Em 1996, o jovem Luiz Chaves(cabrinha) é eleito presidente numa chapa de oposição ao Carlos Manoel.

Foi, então, no segundo mandato de Chaves (1999/2002), que fui convidado a entrar na chapa da diretoria eleita. Em 2002, sucedi Chaves na presidência, eleito e reeleito em 2005 em chapa única.

Posteriormente assumiram a presidência Alex Souza (2008/2011, e 2011/2015). Jesus Cardoso (2015/2019 e 2019/2023). E atualmente no exercício da presidência o companheiro Melquisedeque Flor, cujo mandato se encerra em 2027

3 - Como era a categoria quando você chegou?

Na década de 80, a categoria metalúrgica no Estado do Rio era numerosa com mais de 200 mil trabalhadores na base. No Rio, só os estaleiros reuniam mais de 30 mil. Grandes fábricas como GE no jacarezinho, Gilete e a Fabrimar na Pavuna, Remington em Guadalupe, Faet no Rio Comprido, Bargoa em Jacarepaguá... reuniam milhares de mulheres metalúrgicas.

4 - Qual era a pauta de reivindicação do período? E como eram as relações do trabalho?

A pauta de reivindicações sempre esteve relacionada com a realidade dos trabalhadores no chão da fábrica. Naquele momento o aspecto central era o salário. O combate ao arrocho salarial.

A defesa da saúde dos trabalhadores ocupava lugar de destaque, versos a luta pelo pagamento da insalubridade. Havia excesso de acidentes com perdas de membros como dedos , mãos, e sobretudo os fatais. Assim como o surgimento das doenças do trabalho, em especial as do pulmão (pulmão de pedra). Importante registrar a ação e solidariedade desempenhada pela instituição Fiocruz, seus servidores e os médicos. Eles iam nas fábricas com a diretoria do sindicato, faziam perícias e peitavam os patrões. Por mais que buscássemos alianças para defender os trabalhadores dos setores ameaçados, a relação capital e trabalho nunca deixou de ser conflituosa.

5 - Quais os setores mais importantes?

A categoria é constituída por trabalhadores dos seguintes setores das indústrias metalúrgicas: Mecânicas, de Informáticas, Material Elétrico e Eletrônico, Construção e Reparo Naval, Montagem de Estrutura Metálica, Construções e Instalações Elétricas, Construções e Instalações de Telefonia, Manutenção e Conservação de Elevadores, Material Bélico, Fábricas de Ferro, Aço e seus derivados, Construção, Reparação e Manutenção de Veículos e Refrigeração.

Sobre os mais importantes na época destaco os setores de Mecânica (fábrica que fabrica maquina) e o da Construção Naval.

6 - Economicamente qual setor era a espinha dorsal da categoria?

Difícil esta pergunta. Também é difícil para mim afirmar que este ou aquele setor a época era a "espinha dorsal" da categoria. Entretanto, para a economia nacional e do Estado do Rio, assim como para o SINDIMETAL, a Indústria Mecânica e de Construção Naval foram setores estruturantes repercutindo no desenvolvimento de demais setores econômicos.

7 - Como a reestruturação produtiva dos anos de 1990 interferiu na dinâmica das lutas do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, quando se trata do processo de redução da base e da representação sindical?

Esse processo de reestruturação impactou muito os trabalhadores e a sua entidade de classe. Veio acompanhado de mudanças tecnológicas e demissões. A partir do início dos anos 90, com a reestruturação produtiva, as novas técnicas de gerenciamento aliado a abertura econômica de setores estratégicos da indústria nacional, intensificou um processo de desindustrialização e o conseqüente fechamento de grandes , pequenas e médias indústrias.

Inclusive de segmentos inteiros como o de informática, e posteriormente o da indústria naval com desemprego em massa.

APÊNDICE B - Entrevistas com a ex-funcionária da GE, e ex-diretora do Sindicato**Metalúrgico Sandra Mara**

1 - Qual o seu nome, onde nasceu, e foi criado?

Sandra Mara Freire Alves, Rio de Janeiro, em Barros Filho.

2 - Conta um pouco sobre o início da sua vida profissional, como você chega a metalurgia, e qual empresa você trabalhou?

Comecei a trabalhar com 15 anos na DeMillus, a primeira metalúrgica que trabalhei foi a General Electric do Brasil, fui pra lá através da minha mãe, que trabalhava na cozinha da empresa.

3 - Existiam muitas mulheres na empresa ? Em que funções?

Sim, a maior parte na área de produção, mas existiam encarregadas.

4 - Qual era a sua relação com seu sindicato, e como se deu a sua inserção no Sindicato dos Metalúrgicos?

Fui diretora do sindicato, cheguei ao sindicato quando sofri um acidente de trabalho e precisei do CAT.

5 - Quais outras empresas havia nos arredores, como esses trabalhadores se relacionavam, aconteciam encontros, como se davam a relação com o comércio local ?

Sim existiam empresas ao redor sim, tinha encontros no campo da GE , no clube dentro da empresa.

6 - Como era a relação da G & E com o sindicato, e com os funcionários (a) sindicalizados?

Que eu me lembre não era muito amistosa , que eu me lembro não teve muitas reuniões entre eles. Também não havia muitas pessoas sindicalizadas.

7 - Quais as consequências da saída da GE no bairro, qual foi o lastro em relação ao número de desempregados e para a organização sindical?

Acredito que foi muito grande pois uma boa parte dos funcionários eram moradores do bairro.

8 - Como o crescimento do tráfico no bairro alterou as relações sociais ao longo do tempo? E como essas mudanças no bairro afetaram o funcionamento das fábricas?

Na época que trabalhei , quando a empresa fechou em 2009 o tráfico já era bem ativo no local, pois presenciei eles invadindo a empresa várias vezes para fugir da polícia.

9 - Quais ações, e mobilizações você destacaria nesses anos de atuação no sindicato? Elas mudaram ao longo do tempo?

O sindicato foi muito importante quando a empresa fechou as portas e deixou todos os funcionários sem explicação e sem dinheiro, o sindicato fez várias mobilizações. Hoje vejo um sindicato mais preparado para negociar os direitos dos trabalhadores

APÊNDICE C - Entrevistas com Diretor do Departamento Jurídico do Sindicato Metalúrgico do Rio Severino Lourenço

1 - Qual o seu nome, onde nasceu, e foi criado?

Meu nome é Severino Lourenço de Souza, fui nascido e criado na comunidade do jacarezinho, Rio de Janeiro.

2 - Conta um pouco sobre o início da sua vida profissional, como você chega a metalurgia, e qual empresa você trabalhou?

Meu início na vida profissional como metalúrgico, se deu já na idade de 15/16 anos. Aqui na área do jacaré tinha muitas metalúrgicas micro, pequenas, grandes empresas, tinha muitas, muitas dessas metalúrgicas, então contratavam garotos para não ficar parados, e ajudar em casa na receita da família, e também para não ficar parados mesmo. Por exemplo, alguns estudavam de manhã, à tarde iam para a oficina ou vice-versa, às vezes ficavam de manhã na oficina e à tarde estudavam, e aprendiam a profissão ali mesmo. E muitos mesmo iam para o Senai, quando chegava a idade né. Eu mesmo fui um desses alunos, eu fui para o Senai, e ali comecei a me aperfeiçoar, praticava de manhã no Senai e à tarde ia para empresa., então terminava o curso muito rápido, aí depois eu fui com já com 18 anos fui para Whine Dresses comecei como meio oficial de torneiro mecânico.

3- Qual era a pauta de reivindicação? Como eram as relações do trabalho nesse período?

A pauta de reivindicação no passado em 1979, já nos primeiros passos de reabertura no país, o sindicato também com as possibilidades daquele mo momento político, ele tinha assim a Campanha Salarial, a famosa campanha de 1979, que o pedido da pauta era de 83%, seguindo uma inflação muito grande, então foi a primeira vez que fizemos assembleia na porta da empresa, e na região também nas fábricas da região, como Eletromar, Estil Eletrônica, Estamparia Valença que era a Rio Industrial, GE, Estamparia Esperança. Era uma campanha muito forte de mobilizações com ônibus para levar os trabalhadores para a assembleia. Tinha os jingles “Ou me dá os 83% ou paramos de trabalhar”, tinha música, eram muitas atividades, muita agitação. Tinha também as assembleias de área, por exemplo no Jacaré Inhaúma sempre faziam assembleia em dois locais ,uma na igreja católica vizinha da Whayne, no

quintal da empresa, e também uma sub-sede em Maria da Graça, onde fazíamos as assembleias com os trabalhadores da GE, Karan e também a EfeC Mitrans, era uma pauta de reivindicação bem extensa, já se pedia plano de saúde, auxílio creches, em função da grande presença de mulheres na categoria nas empresas. Então éramos muito incisivos nesse ponto, e essas assembleias preparavam os trabalhadores para a assembleia geral.

4 - Existiam mulheres na empresa? Em que funções?

Existiam sim muitas mulheres nas empresas metalúrgicas da região, por exemplo na GE mesmo, muitas mulheres, muitas metalúrgicas trabalhavam. Da GE saiu até diretoras do sindicato, tanto a nível de oposição quanto à nível de situação. Exemplo a saudosa Lilian, uma guerreira que lutou bravamente ali, uma inspetora de qualidade, a Inês também uma guerreira a nível de oposição também era inspetora de qualidade, também tinha mulheres em outras funções, trabalhavam na luz mista, operadoras de máquinas e muitas outras qualificadas. Na Eletromar mesmo de lá tiramos a Fátima Duda, e depois a Leuzimar. Tinha também a Vilma da Articulação PT, que também era uma metalúrgica oriunda da área (Jacaré/Inhaúma), digo isso enquanto relacionando o papel das mulheres na condição profissional e política sindical. Ali saía às agitadoras, e como diretora, e também as ativistas sindical, agitação é outra coisa, ativistas sindical.

5- Qual era a sua relação com seu sindicato, e como se deu a sua inserção no Sindicato dos Metalúrgicos?

A minha relação com o sindicato como dito antes, naquele momento político, o sindicato tinha a si mesmo sindicalização no interior da empresa dentro da convenção coletiva, então na época fui sindicalizado dentro da fábrica mesmo, na Wine, foi lá equipe de sindicalização, levando os benefícios como projeto de casa própria, a farmácia, a Escola Técnica dos Metalúrgico, tinha a clínica dentro do sindicato (Departamento Médico) e o seguro reservado aos associados, e eu era um dos assegurados. Então minha relação, minha inserção, começou ali como sindicalizado, e depois eu fui convidado a vim em uma das chapas de oposição na época por praticamente duas metalúrgicas, duas mulheres, uma era a Fátima Duda funcionária da Eletromar e fazia a área do Jacaré/Inhaúma como diretora do sindicato, junto com a Jussara Florinda, que também era uma metalúrgica que atuava na área do Jacaré/Inhaúma, e também na área de Jacarepaguá, então foram elas duas que me colocaram, me inseriu no movimento sindical, na direção do sindicato.

6 - Quais outras empresas havia nos arredores, como esses trabalhadores se relacionavam, aconteciam encontros, como se davam a relação com o comércio local ?

Haviam sim muitas fábricas nesta área do Jacaré, Jacarezinho, Inhaúma, Maria da Graça, Tomás Coelho, e nas redondezas, como eu já tinha dito antes, havia ali pequenas empresas, médias e grandes. As empresas metalúrgicas se misturavam com outros setores da indústria da roupa, cosméticos, calçados, então se misturavam ali, mas as metalúrgicas eram muitas mesmo. E as médias empresas também, que já eram outro nível, se diferenciavam pelos benefícios, salários, como a Padim, a Metrox, Merinox, e as grandes não, as grandes não paravam era 24 horas de produção, e tinha a Cirpres com mais de 500 trabalhadores, a GE com mais de 4 mil trabalhadores e também não paravam, era 24 horas. Um contingente que se colocasse na ponta do lápis, juntando as pequenas, médias e grandes empresas dava mais de 10 mil trabalhadores, com empregos diretos sem contar os indiretos. A GE é um exemplo disso, tinha 4 mil trabalhadores, mas tinha as empresa lá dentro que faziam trabalho para ela, não eram terceirizados, era trabalho para a GE, isso no total chegavam a mais de 5 mil naquele chão de fábrica. E a relação com o sindicato era excelente, o sindicato só vivia lotado, muitos sindicalizados, Colégio lotado, então tinha as lutas, e todos os programas recreativos, campeonatos entre empresa com futebol, tinha a questão da rainha metalúrgica, tudo isso influenciava muito positivamente para o sindicato. E a questão com comércio local, o comércio faturava desde a birosquinha que vendia cerveja até o comércio de produtos alimentícios (mercado) crescia, material de construção. A fábrica movia toda uma economia, e gerava uma boa receita a nível de imposto para o Estado do Rio de Janeiro.

7 - Como era a relação da G & E com o sindicato, e com os funcionários (a) sindicalizados?

A relação com a GE sempre foi muito ruim, logo após o fim da ditadura, e ainda mesmo durante a ditadura, era uma relação muito difícil, e depois da abertura política houve uma grande greve, dentro da empresa que veio de dentro para fora. E ali foi de uma truculência muito forte contra os sindicalistas, contra os funcionários e principalmente sindicalizados. Por exemplo, o companheiro Jaime Santiago, que era funcionário, inspetor de qualidade, ficou preso na Polícia Federal cinco dias em quarto escuro. O Pereira ficou sumido por um período sem poder aparecer. E sobre os sindicalizados, a GE jogou pesado dizendo que quem continuasse como sócio do sindicato seria demitido, então houve uma revoada de desfiliação muito forte. Mas muitos trabalhadores que saíram de sócios no desconto em folha, muitos na verdade permaneceram tendo que fazer seus pagamentos de mensalidades na boca do caixa do

sindicato, devido a perseguição de sindicalizados, e a postura antissindical que permaneceu até os últimos dias.

8 - Quais as consequências da saída da GE no bairro, qual foi o lastro em relação ao número de desempregados e para a organização sindical?

As consequências da saída da GE, como já relatei, ficou lá um terreno até hoje fechado, abandonado, entre aspas, não está abandonado por que não houve invasão, e não houve invasão por que a empresa quando foi embora deixou um lastro de contaminação muito grande naquele terreno. Agora a nível mesmo da região, foi horrível pois a maioria dos trabalhadores da GE eram moradores do Jacarezinho, a maioria do chão de fábrica era do bairro, e a GE tinha política de contratar nas redondezas em função da passagem e despesas. Em Maria da Graça hoje os imóveis estão desvalorizados, em função da segurança, que ficou difícil a situação para os moradores, implicando inclusive nas condições da FAETEC que também ficou prejudicada com tal situação. O sindicato ficou mesmo prejudicado, que perdeu todos seus associados, que depois de uma grande luta a GE voltou atrás na decisão de relação antidemocrática, resultando em número expressivo de sócios. saindo da empresa mais de 5 diretores, sendo como a Lilian, o Pereira, a Inês, o Jaime, Cesar, Armando, o Mickey, o Alcides, Edmar, Sandra Mara. Então a saída da empresa foi muito daninha para o sindicato.

9 - Como o crescimento do tráfico no bairro alterou as relações sociais ao longo do tempo? E como essas mudanças no bairro afetaram o funcionamento das fábricas?

A saída da empresa do estado, a saída das fábricas deu lugar para outros tipos de organizações, que já vinham mesmo com abertura política, essas organizações cresceram, cresceram justamente com o fim da indústria, com o desemprego. É... no passado no jacarezinho você via as cores dos uniformes, que representavam as empresas, os setores econômicos (Têxtil, Comerciais, Metalúrgicas, Vidreiros, farmacêuticos), então você via 24 horas operárias e operários trabalhando, que não tinha tempo pra nada, todo mundo, praticamente o bairro todo trabalhando. Então com o fim dessas fábricas, não só a GE, mas de todas as fábricas, as relações sociais tiveram um outro encaminhamento, que você vê aí hoje nas matérias de jornais, e nos noticiários a triste realidade que se encontra essa região, pobre, que empobreceu, sem emprego você empobrece, e com isso um grau de miséria muito grande, e conseqüentemente a violência tomou conta infelizmente, e isso afetou muito mesmo a questão do meio social, político e de infraestrutura também, ficou carente de isso tudo por

que as grandes fábricas não existe mais então , o estado ficou desobrigado, se colocou nesse lugar de desobrigação não mais investir, só investir na violência policial.

10 - Como era a organização política do bairro? Tinha vínculo com as fábricas?

A organização política que a gente tinha, mesmo no período da ditadura era o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que atuava muito ali na região, nas fábricas, na própria GE, Cirpress, Eletromar, era uma coisa clandestina, inclusive na própria associação de moradores tinha gente do PCB. E depois com a abertura política, aí reacendeu o PC do B (Partido Comunista do Brasil), que estava na ilegalidade, e o PDT de Leonel Brizola, então o PDT (Partido Democrático Trabalhista), ele veio que nem um furacão, Brizola chega como um furacão ali na região.

A Igreja Católica permitia fazer palestra com o Brizola, não dentro do santuário, mas na quadra de futebol de salão. Na associação de moradores aconteciam as reuniões, na quadra da Escola de Samba também tinha reunião com PDT e PC do B, com objetivo de aglutinar esses trabalhadores das fábricas vizinhas e de outros setores da economia. O PDT era muito forte na região, com muita representatividade, como o Deputados como Pedro Porfírio, Chaui, Darcy Ribeiro, e o próprio Brizola, então esses foram os personagens políticos do momento, de tão grande e importante que era Jacarezinho, e os trabalhadores. E tinha também o João Amazonas quando veio do exílio, fez muita palestra ali na região, na igreja, nas associações na quadra da escola de samba, tinha muita atividade política mesmo, muito trabalho político ali envolvendo esses partidos. E o PT também nasceu no Jacarezinho, onde foi fundado o PT com o falecido Gilson, que você conheceu Gilson de Aquino, junto com os Ferroviários fizeram um grande trabalho dentro do bairro, e quando o PT foi crescendo aí começou a ter uma luta política contra o Brizola, o PDT, então os debates eram acalorados, e saía até briga corporal no pátio da Igreja, na Escola de Samba, se tornando uma luta muito séria que envolviam os três partidos políticos, então as organizações política tinha essa grande atuação no meio da classe trabalhadora nesta região.

11 - Quais ações, e mobilizações você destacaria nesses anos de atuação no sindicato? Elas mudaram ao longo do tempo? Como?

As ações e mobilizações que eu destaco, por exemplo, foi o papel do sindicato na abertura política, foi brilhante... sempre mantendo os trabalhadores atualizados do que foi a ditadura, que alguns nem sabiam que viviam em um regime antidemocrático. Tornou pública a luta dos

companheiros sindicalistas que perderam suas vidas e a saúde como o João de Deus e outros companheiros que antes de fundar a CUT viveram na clandestinidade como o saudoso Mauro Alemão, o Ferreirinha. Então essas pessoas começaram de uma forma e de outra mobilizar, gritar pela reabertura política, A fundação da CUT. As mobilizações Pelas Diretas Já, a Constituinte onde conheci o metalúrgico e Deputado Constituinte Edmilson Valentim, e a ECO- 92 nós colocamos outdoor, foi brilhante, fiquei orgulhoso do meu sindicato. A abertura política foi pauta de nossas assembleias, foi uma atuação grandiosa no chão e nas portas de fábricas. A Constituição de 1988 era o debate, de o por que o PT era contra, qual era o posicionamento dos partidos, e o PCdoB defendia a Constituinte. Essa efervescência era muito positiva para a classe trabalhadora.

As mudanças de fato foram consequentemente pelos objetivos alcançados, como a redemocratização, os direitos trabalhistas alcançados na Constituinte, a Liberdade e Autonomia Sindical, a Legalização das Centrais Sindicais. Mas ao longo do tempo foi mudando mesmo, elitizando os debates, tratando as pautas dentro dos gabinetes, ministérios perdendo a essência do poder de mobilização, buscando como eixo o sindicalismo de resultado, a exemplo da Central Força Sindical, e outros sindicatos próprios desse modo de ação. Essa desmobilização contribuiu em alguns atrasos ocorridos nos últimos anos, a exemplo da ponte para o futuro na gestão de Michel Temer, e da Carteira Verde e Amarela na gestão de Jair Bolsonaro. Isso pensando na conjuntura nacional, pensando em um contexto de política local, mas não particular, nos deparamos com desindustrialização, como esvaziamento político e econômico do Município do Rio de Janeiro, e sua crescente violência urbana. Esses fatores mudam as formas de ação e organização do sindicalismo em nossa cidade.